



UnB

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPGHIS

Entre Soberanos Negros e Senhores de Escravos: O Processo de Inserção Internacional do
Haiti e sua Coexistência com os Estados Unidos de 1825 a 1850.

NELSON VERAS DE SOUSA JUNIOR

Brasília

2019

Nelson Veras de Sousa Junior

Entre Soberanos Negros e Senhores de Escravos: O Processo de Inserção Internacional do Haiti e sua Coexistência com os Estados Unidos de 1825 a 1850.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília como requisito necessário para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Dr. Virgílio Caixeta Arraes.

Brasília

2019

Nelson Veras de Sousa Junior

Entre Soberanos Negros e Senhores de Escravos: O Processo de Inserção Internacional do Haiti e sua Coexistência com os Estados Unidos de 1825 a 1850.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília como requisito necessário para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Dr. Virgílio Caixeta Arraes.

Aprovada em 18 de Dezembro de 2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Virgílio Caixeta Arraes (Orientador)
Departamento de História
Universidade de Brasília

Prof. Dr. Luiz Paulo Ferreira Nogueiról
Departamento de História
Universidade de Brasília

Prof. Dr. Pio Penna Filho
Instituto de Relações Internacionais
Universidade de Brasília

“L’existence d’un peuple noir armé, occupant des lieux qu’ils ont ravagés par leurs actes criminels, est un spectacle horrible pour toutes les nations blanches”.

Charles Maurice de Talleyrand-Périgord, em correspondência com James Madison, 1805.

“Le peuple d’Haïti veut être libre et indépendant, je le veux avec lui; voilà la cause de mon refus, de ma résistance”.

Alexandre Pétion, em resposta ao Visconde de Fontanges, 1816.

Agradecimentos

Ao longo do extensivo processo de elaboração, construção e realização desta dissertação; gostaria de agradecer o apoio, a consideração, a paciência e, em vários casos, a assistência direta das seguintes pessoas: minha mãe, por ser compreensiva e prover os meios de realização do trabalho; meu pai, por se preocupar com todas as horas de sono perdidas com esse trabalho; e minha namorada, Julia Helena Lima, cujo amor, apoio moral, companheirismo e fé na minha capacidade resistiram bravamente aos inúmeros testes colocados ao longo dessa trajetória.

Gostaria de agradecer ainda à banca examinadora, em especial meu orientador Virgílio Caixeta Arraes, pelas ideias, conhecimento compartilhado, correções e disponibilidade em me orientar e atender; ao professor Luiz Paulo Ferreira Nogueiról, por ser o primeiro a despertar meu interesse na área de estudos há muitos anos e por proporcionar o ambiente para o surgimento da ideia do tema tanto da minha monografia na graduação quanto desta dissertação; e ao professor Pio Penna Filho por manter vivo meu interesse em história ao longo da minha graduação e por proporcionar conhecimento de forma tão vivaz em áreas menos priorizadas pela academia, como a história e as relações internacionais da África.

Agradeço aos amigos e colegas do mestrado que participaram direta e indiretamente do meu processo de formação com troca de ideias, experiências, bibliografia ou simplesmente de apoio. Agradeço também à Universidade de Brasília, aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em História e aos professores de diversos outros programas e institutos que mostraram que sempre posso ir além do meu campo de estudo.

Espero profundamente que esta dissertação, com todas suas limitações e imperfeições, seja capaz de contribuir um mínimo que seja para que a excepcional história do Haiti se torne mais conhecida no Brasil

Resumo

O surgimento soberano do Haiti no sistema atlântico do século XIX representou um desafio não apenas às instituições do colonialismo e da escravidão que ainda dominavam a maior parte do continente americano, mas à própria concepção do sistema internacional compartilhado entre a Europa e as Américas. Como resultado, o país teve um processo de inserção internacional muito mais lento e conturbado que o restante do continente. Ao longo desse processo, destaca-se a resistência dos Estados Unidos ao estabelecimento de relações formais com o Haiti. A manutenção do sistema escravista norte-americano mostrou-se incompatível com o reconhecimento da capacidade de autodeterminação e autogoverno de uma nação negra, especialmente em decorrência da influência desproporcional que a classe de proprietários de escravos exerceu na política externa norte-americana. O presente trabalho se dedica à uma análise do sistema internacional europeu na primeira metade do século XIX, das estratégias haitianas de inserção internacional e da interação diplomática entre o Haiti e os Estados Unidos entre 1825 e 1850.

Palavras-Chave: 1. Haiti; 2. Estados Unidos; 3. Atlântico; 4. Caribe; 5. Escravidão; 6. Reconhecimento; 7. Soberania; 8. Direito Internacional; 9. Diplomacia; 10. Raça; 11. Século XIX; 12. *Antebellum*; 13. Revolução Haitiana.

Abstract

Haiti's sovereign emergence in the nineteenth-century Atlantic system posed a challenge not only to the institutions of colonialism and slavery that still dominated most of the American continent, but to the very conception of the international system shared between Europe and the Americas. As a result, the country had a much slower and troubled process of international insertion than the rest of the continent. Throughout this process, the United States' resistance to establishing formal relations with Haiti stands out. Maintaining the American slave system proved incompatible with the recognition of a black nation's capacity for self-determination and self-government, especially as a result of the disproportionate influence that the slaveholder class exerted on US foreign policy. This dissertation is devoted to an analysis of the European international system in the first half of the nineteenth century, the Haitian strategies of international insertion and the diplomatic interaction between Haiti and the United States between 1825 and 1850.

Keywords: 1. Haiti; 2. United States; 3. Atlantic; 4. Caribbean; 5. Slavery; 6. Recognition; 7. Sovereignty; 8. International Law; 9. Diplomacy; 10. Race; 11. 19th Century; 12. *Antebellum*; 13. Haitian Revolution.

Sumário

Agradecimentos	5
Resumo	6
Abstract	7
Sumário	8
Introdução	9
Capítulo I - Direito Internacional e a Adesão de Novos Estados à Sociedade Internacional Europeia	20
1.1 - Sistema Internacional europeu e sua primeira fase de expansão no século XIX	21
1.1.1 - A inserção diplomática dos Estados Unidos	23
1.1.2 - A rejeição diplomática do Haiti	26
1.1.3 - As condições da inserção da América Latina	32
1.2 - O desenvolvimento da Lei das Nações e o lugar do não-europeu	36
1.2.1 - O não-europeu no Direito Natural	36
1.2.2 - O não-europeu no Direito Positivo	44
1.2.3 - A Condição de Estado e o ato de Reconhecimento	51
Capítulo II - Haiti e a Busca pelo Lugar do Estado Negro	57
2.1 - Contexto geral haitiano	58
2.1.1 - As estratégias internacionais do Haiti	68
2.2 - O relacionamento do Haiti com as potências europeias e a primeira onda de reconhecimento	74
2.2.1 - França	75
2.2.2 - Grã-Bretanha	81
2.3 - A ofensiva diplomática de Boyer pelo reconhecimento norte-americano	85
2.4 - O Declínio Haitiano	95
2.5 - Os Obstáculos ao Exercício de uma Soberania Negra e Haitiana no Século XIX	98
Capítulo III - Estados Unidos e a Expansão do Estado Escravista	104
3.1 - A Dinâmica Partidária Norte-Americana	105
3.2 - Escravidão e a Política Externa dos Estados Unidos	111
3.3 - Política norte-americana de reconhecimento diplomático	119
3.3.1 - Origem e desenvolvimento da doutrina jeffersoniana de reconhecimento	119
3.4 - Os Debates sobre o Reconhecimento do Haiti	124
3.5 - Haiti e Estados Unidos diante da Questão Dominicana	134
3.5.1 - A conturbada trajetória do leste	134
3.5.2 - A ascensão de Soulouque e a disputa internacional por Santo Domingo	142
Conclusão	149
Referências Bibliográficas	153

Introdução

O aspecto mais fascinante de se estudar o eixo americano da chamada era das revoluções é a constatação, no que diz respeito à manutenção da escravidão e da desigualdade racial, de uma natureza quase antagônica dos eventos ocorridos nas treze colônias britânicas em 1776 e na colônia francesa de Saint-Domingue¹ em 1791, assim como dos seus respectivos produtos: os Estados Unidos e o Haiti. Examinando através desse prisma, além da grande ênfase nos direitos do homem branco com propriedades, a revolução americana teve entre suas motivações o desejo de manter a instituição da escravidão protegida diante da crescente pressão abolicionista dos britânicos. Com a exceção de Cuba e Porto Rico, a duração da sociedade escravocrata de *plantation* acabou sendo mais longa nos Estados Unidos do que no Caribe, onde a abolição foi implementada de forma gradual e relativamente pacífica entre as décadas de 1830 e 1840.

No Haiti, por sua vez, a extensão de direitos fundamentais à população de ascendência africana e a abolição da escravidão foram os grandes condutores do movimento pela independência. Em contraste com a gradatividade posterior, o processo de emancipação dos escravizados teve início na região (e no mundo) de maneira súbita e vertiginosa em Saint-Domingue, onde a elite agrária francesa foi despojada, expulsa ou dizimada em pouco mais de uma década². A abolição instaurada no Haiti foi seguida pela criação de um sistema de cidadania racial no qual o conceito de raça migra do biológico para o político, de modo quase inverso à forma em que a cidadania vigoraria formalmente nos Estados Unidos e informalmente nas Américas.

Promulgada em 1805, a primeira constituição haitiana estabelece alguns precedentes a serem seguidos por quase todas as constituições seguintes até a ocupação norte-americana em

¹ Saint-Domingue é o termo que será utilizado ao longo do trabalho para se referir à colônia francesa na parcela ocidental da ilha de Hispaniola antes da independência haitiana. Em razão da profusão e do uso histórico altamente intercambiável de nomenclaturas semelhantes para designar coisas diferentes com relação à ilha, este trabalho utilizará as variações linguísticas a seu favor para melhor diferenciá-las. Dessa forma, o território que compõe a República Dominicana antes de sua independência em 1844 será definido, a depender do contexto, como capitania/colônia/território de Santo Domingo, ou simplesmente como parte oriental/espanhola da ilha. Sua capital, por sua vez, será referida como cidade de Santo Domingo. Para evitar maiores confusões, este trabalho não fará uso do termo ilha de São Domingos. Ao se referirem à qualquer lado da ilha, seja no período colonial ou independente, os relatos norte-americanos da época predominantemente utilizam sem distinção o termo *St. Domingo*, que será traduzido aqui conforme o contexto.

² PLUMMER, Brenda Gayle. *Haiti and the United States: The Psychological Moment*. Athens: The University of Georgia, 1992, p. 36.

1915: o veto ao direito de propriedade de terras aos brancos de qualquer nacionalidade, e também a determinação de que todos os cidadãos do novo país serão considerados negros independentemente do tom de pele³. Dessa forma, o negro é transformado no novo nativo daquele território, oficialmente indigenizando pela primeira vez uma coletividade negra fora da África e garantindo constitucionalmente os direitos políticos das pessoas de ascendência africana, algo até então sem precedentes nas Américas⁴. Segundo David Nicholls (1996), essa também é provavelmente a primeira vez que o termo “negro” é utilizado em um sentido ideológico, manifestando os primórdios de um pan-africanismo sempre presente na cultura política do país, especialmente em suas primeiras décadas de existência.

Durante parte significativa da trajetória historiográfica do declínio e da eventual abolição da escravidão nas Américas, a produção acadêmica de história e das ciências humanas ajudou a transmitir em suas conclusões ou omissões a impressão de que o negro, seja ele escravizado ou livre, teve um papel predominantemente passivo diante desses eventos. Por meio desta ótica, a emancipação dos escravizados do continente se deu graças à ação de setores progressistas das elites brancas, sejam elas francesas, britânicas, norte-americanas ou brasileiras; cujos interesses eram movidos pelo progresso político do liberalismo e pelo avanço econômico do capitalismo. Ambos agora se enxergavam incompatíveis com a escravidão, demandando assim uma massa de trabalhadores livres. A importância do fim da escravidão se dava, portanto, mais para “libertar” os brancos dos negros do que vice-versa.

Mesmo quando a existência da revolução haitiana era lembrada, o que não ocorria sempre, seu papel no Atlântico da era das revoluções foi frequentemente diminuído e menosprezado, hora como um episódio menor da revolução francesa, hora como palco de um banho de sangue que não conquistou nada além da independência de um país instável, repressor e fadado à pobreza. Quando o Haiti surge como o segundo país independente das Américas em 1804, já existia uma ampla historiografia dedicada ao processo revolucionário único que havia permitido tal resultado, a maior parte dela produzida pelos próprios setores coloniais derrotados por ele⁵. Se a representação do Haiti e de sua revolução na História ocidental foi marcada por silenciamentos e vieses raciais, isso se deveu principalmente ao

³ ACACIA, Michel; DUBOIS, Laurent; GAFFIELD, Julia (ed.). *Constitutional Documents of Haiti, 1790-1860*. Boston: De Gruyter, 2013, p. 64.

⁴ ROBERTS, Neil. *Freedom as Marronage*. Chicago: The University of Chicago, 2015, p. 124.

⁵ GEGGUS, David Patrick. *Haitian Revolutionary Studies*. Bloomington & Indianapolis: Indiana University, 2002, p. 31.

poder desigual presente na produção de fontes, arquivos e, conseqüentemente, narrativas. Independentemente da real grandeza da revolução e de seus efeitos, suas insignificâncias e sequelas nefastas já estavam inscritas nas fontes que contariam sua História⁶.

O mesmo fenômeno tem continuidade nas fontes e na produção histórica estrangeira sobre o Haiti independente. A evolução do racismo ao longo dos séculos XIX e XX tem impacto nos documentos e relatos de época e também na produção histórica baseada neles, que caracterizou a trajetória haitiana como um percurso linear de um experimento mal sucedido de independência até o atual estigma de país mais pobre e com os piores índices de desenvolvimento humano do hemisfério ocidental⁷.

Uma esporádica produção de narrativas positivas em torno do Haiti nesse período busca reabilitar o legado do país. Seja por meio de propaganda abolicionista, ou por historiadores haitianos oitocentistas como Beaubrun Ardouin (1796-1865) e Thomas Madiou (1814-1884), ou por obras seminais como *Jacobinos Negros* (1938), do marxista C.L.R. James. Ao mesmo tempo, porém, tais panoramas criam um extremo de idealização em oposição ao da degradação, com o Haiti oscilando entre as alcunhas de “França negra” e “canil tropical e selva pestilenta”, proferidas por diferentes observadores do século XIX⁸.

Esse quadro, no entanto, começa a mudar consideravelmente a partir da década de 1990, entre as ocasiões dos bicentenários dos primeiros levantes de escravizados na colônia de Saint-Domingue e da declaração de independência do Haiti. Estas alimentam uma profusão de novos estudos e revigoram as perspectivas da historiografia haitianista à luz da releitura das fontes secundárias, as novas descobertas em arquivos pelo Atlântico e a conexão da história haitiana aos novos desenvolvimentos teóricos e metodológicos do século XXI. Ao longo desse período, e principalmente a partir dele, o Haiti é inserido em uma perspectiva que destaca os fluxos multidirecionais de mercadorias, pessoas, informações, ideias e práticas culturais do mundo atlântico; na qual as colônias e os países periféricos não são apenas

⁶ TROUILLOT, Michel-Rolph. *Silencing the Past: Power and the Production of History*. Boston: Beacon, 1995, p. 27.

⁷ GAFFIELD, Julia. *Haitian Connections in the Atlantic World: Recognition after Revolution*. Chapel Hill: The University of North Carolina, 2015, p. 2.

⁸ SALT, Karen. *The Unfinished Revolution: Haiti, Black Sovereignty and Power in the Nineteenth-Century Atlantic World*. Liverpool: Liverpool University, 2019, p. 24.

receptores passivos das estruturas de poder metropolitanas, mas sim participantes ativos no processo de ascensão e declínio dos impérios europeus⁹.

A repercussão da luta haitiana nas ideias de raça e de abolição historicamente nunca foi uma unanimidade entre estudiosos da escravidão, do Caribe e do próprio Haiti, especialmente considerando que tal luta alimentou intensamente os dois lados de ambos os debates¹⁰. Se algum tipo de liberalismo antiescravista permeou a geração dos revolucionários norte-americanos, a vitória dos revolucionários haitianos sem dúvidas ajudou a reverter essa tendência doméstica de forma profunda¹¹. Ademais, o desvendamento de duas grandes conspirações de escravizados no estado da Virgínia, conhecidas como *Gabriel Conspiracy* (1800) e *Easter Plot* (1802), elevou as tensões do país em detrimento da agenda abolicionista:

À altura de 1803, também se acreditava amplamente que os Virginianos haviam escapado por pouco de uma revolução ao estilo de Saint Domingue (...). A reação conservadora do sul materializou-se na legislação, que inclui leis aprovadas na Virgínia (1801, 1802, 1804, 1805 e 1806), Carolina do Norte (1802), Carolina do Sul (1800, 1805), Geórgia (1802, 1804), Maryland (1805), e o território do Mississippi (1805). Esse conjunto de legislações foi direcionado aos negros escravizados e livres, exigindo, por exemplo, que os escravos recém-alforriados de Virgínia deixassem o estado dentro de um ano. Isso também encorajou novos sistemas de vigilância e controle, especialmente para os negros livres, os quais os sulistas imaginavam como incendiários perigosos, graças ao papel dessa classe na revolução de Saint-Domingue¹².

Outra decorrência importante e com impacto ambivalente foi a destruição quase completa da estrutura econômica de uma colônia que era a mais rica e produtiva não apenas do império francês, mas do mundo inteiro¹³. Com efeito, aproximadamente um terço de toda a riqueza da França veio de suas colônias ao longo do século XVIII, sendo Saint-Domingue a responsável pela maior parte desse montante graças à sua posição de maior produtora global tanto de açúcar quanto de café. Às vésperas da revolução, a colônia produzia tanto açúcar

⁹ ARMITAGE, David; GAFFIELD, Julia. *The Haitian Declaration of Independence in an Atlantic Context*. Charlottesville: University of Virginia, 2016, p. 11 e 12.

¹⁰ GEGGUS, David Patrick (ed.). Preface. *The Impact of the Haitian Revolution in the Atlantic World*. Columbia: University of South Carolina, 2001, p. XV.

¹¹ MATTHEWSON, Tim. Jefferson and the Nonrecognition of Haiti. *Proceedings of the American Philosophical Society*. Vol. 140, No. 1, pp. 22-48, 1996, p. 25.

¹² Matthewson, 1996, p. 25, tradução nossa.

¹³ HORNE, Gerald. *Confronting Black Jacobins: the United States, the Haitian Revolution and the Origins of the Dominican Republic*. Nova York: Monthly Review, 2015, p. 8.

quanto a soma da produção brasileira, cubana e jamaicana, ao passo que sua safra de café correspondia à metade da produção mundial¹⁴.

A perda desse domínio possui impacto geopolítico direto e indireto na escravidão das Américas. O impacto direto diz respeito à aquisição do território da Louisiana pelos Estados Unidos, com a venda desta porção da América do Norte motivada especialmente pela derrota francesa em Saint-Domingue, sem o controle da qual Napoleão era incapaz de defender o território dos britânicos e explorá-lo economicamente¹⁵. A abertura de uma vasta fronteira agrícola no oeste combinada com a recente invenção do descaroçador de algodão gerou no país um *boom* na produção desta *commodity*, criando assim uma enorme demanda por escravos¹⁶. Já o impacto indireto consiste no vácuo econômico deixado por Saint-Domingue, causando uma alta nos preços dos produtos tropicais. Isso fortaleceu também a posição política e econômica dos proprietários de escravos de outras economias agroexportadoras já estabelecidas no continente, como Brasil, Cuba, Jamaica; além de incentivar a expansão do sistema em novos territórios dentro dessas regiões para a exploração do açúcar e do café¹⁷.

De acordo com o historiador Gerald Horne (2015), 1791 a longo prazo representa uma rejeição de 1776, ameaçando a sobrevivência da instituição que acabara de ganhar uma sobrevida sob os auspícios do governo federal norte-americano. E muitos setores de Washington pareciam ter consciência disso desde o princípio, enviando armas, suprimentos e ajuda financeira aos latifundiários franceses já no primeiro ano dos embates em Saint-Domingue, inaugurando uma política de inimizade que, até a guerra de secessão, só foi suspensa na presidência de John Adams¹⁸. Graças às interferências de Londres em favor do abolicionismo (mas não necessariamente a favor do Haiti), estabeleceu-se na primeira metade do século XIX um embate hemisférico entre este sistema e o escravismo dentro do qual o fortalecimento da posição dos Estados Unidos necessariamente implica no enfraquecimento da posição do Haiti, e vice-versa¹⁹. E o estabelecimento deste tipo de relação só é possível ao

¹⁴ DUBOIS, Laurent. *Avengers of the New World: the story of the Haitian Revolution*. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University, 2004, p. 21.

¹⁵ VIDAS, Albert de. *The Foreign Relations of Haiti in Hemispheric Affairs from Independence to Occupation*. Ann Arbor: University Microfilms International, 1971, p. 17.

¹⁶ MATTHEWSON, Tim. Jefferson and Haiti. *The Journal of Southern History*. Vol. 61, No. 2, pp. 209-248, 1995, p. 240 e 241.

¹⁷ Geggus, 2002, p. 28.

¹⁸ FEHRENBACHER, Don Edward. *The Slaveholding Republic: An Account of the United States Government's Relations to Slavery*. Nova York: Oxford University, 2002, p. 112.

¹⁹ Horne, 2015, p. 22.

se conferir um papel mais ativo e consciente ao Haiti e suas lideranças no cenário hemisférico da primeira metade do século XIX.

Mesmo com a existência dessa animosidade baseada não menos na desconfiança de que um eventualmente poderia representar uma ameaça existencial ao outro, as duas partes nunca se aproximaram de um conflito aberto em todo o recorte temporal deste trabalho. Diante do risco de se comprometer a liberdade e independência haitiana assim como o funcionamento do escravismo norte-americano, não havia para ninguém ganhos suficientes a ponto de compensar este perigo. Apesar de sua origem radical e militante, o Haiti ainda era um Estado fraco, pequeno e subpopulado para o qual a opção da guerra contra qualquer uma das potências vizinhas só poderia ser um ato final de autodefesa²⁰. Portanto, essa rivalidade se expressa quase que exclusivamente no campo diplomático, com a relação dos dois consistindo, nesse período, numa espécie de enfrentamento ideológico em tempos de paz; uma versão localizada, miniaturizada e assimétrica de uma guerra fria que opunha os sistemas de hierarquia e igualdade racial.

A diplomacia era a esfera na qual o Haiti tinha o maior potencial de atuar com alguma eficiência, mas o país precisou percorrer um longo caminho até conseguir ter sua soberania reconhecida e com isso se tornar uma parte efetiva dela. O efeito da enunciação de um projeto político tão excepcional fez com que o Haiti, na visão de Karen Salt (2019), representasse a nação menos “normal” do mundo atlântico do século XIX, gerando atritos com as potências coloniais e escravistas que o rodeavam. Como resultado, os haitianos passaram as primeiras duas décadas de sua existência soberana sem o reconhecimento diplomático de qualquer outro país. Diante dos Estados Unidos em particular, foi necessária uma espera de quase sessenta anos para o estabelecimento de relações formais, fruto de uma oposição praticamente unânime dos políticos norte-americanos, a ponto de destoar da política tradicional de reconhecimento do país²¹.

Em reflexo do conjunto dos isolamentos aos quais o Haiti esteve sujeito, a produção historiográfica acerca de sua independência pautou-se muito no conceito da rejeição de um fato “impensável” por conta da agência e triunfo de atores negros e escravizados diante de uma grande potência colonial europeia poderosa o suficiente para subjugar seus pares dentro do mesmo contexto. De acordo com essa tendência, o país teria sido alvo de um completo

²⁰ Plummer, 1992, p. 23.

²¹ LOGAN, Rayford W. *The Diplomatic Relations of the United States with Haiti 1776-1891*. Chapel Hill: The University of North Carolina, 1941, p. 76 e 89.

isolamento do seu surgimento até a normalização das relações com a França em 1825, e de um isolamento parcial dos Estados Unidos até 1862. Enxergar o contexto da região pela ótica desta “tese do isolamento”, no entanto, não exprime as muitas e variadas formas com que o Haiti interagiu com atores estrangeiros durante e após o período em que não contou com o reconhecimento dos demais países da região, o que tem motivado trabalhos mais recentes a desafiá-la²². A esse respeito, Julia Gaffield afirma que:

A ausência de reconhecimento diplomático não excluiu o reconhecimento econômico; além disso, a fronteira entre essas duas camadas de reconhecimento era embaçada. O comércio legal e ilegal com o Haiti ajudou materialmente a sustentar o rompimento da ilha com a França além de também violar politicamente as reivindicações francesas sobre ela. Por outro lado, o não-reconhecimento impediu o governo haitiano de entrar em tratados econômicos, militares ou políticos, e significou que os métodos tradicionais e estabelecidos da diplomacia internacional não puderam ser aplicados às conexões estrangeiras com o novo país²³.

Segundo dados do ano de 1823, os Estados Unidos receberam quase metade do total das exportações haitianas²⁴. A conveniência desse comércio derivou da proximidade entre os dois países, do aproveitamento do canal de Barlavento, uma rota de navegação estratégica entre a Europa e a América adjacente à costa haitiana; e a liberdade de ambos das restrições comerciais do mercantilismo europeu. Assim, o Haiti se mostrou um importante parceiro para a importação de gêneros tropicais e o escoamento da produção norte-americana de grãos, madeira e outros artigos de consumo, conduzida principalmente por mercadores do nordeste do país. Esse tráfego comercial, que pela década de 1820 já era mais significativo que o comércio dos Estados Unidos com regiões como a Escandinávia, a América do Sul e o Oriente Médio; contribuiu significativamente para o desenvolvimento das cidades costeiras da região, como Boston, Nova York, Filadélfia e Baltimore²⁵.

O engajamento dos líderes haitianos com o comércio na primeira metade do século XIX deveu-se, dentre muitos outros fatores, também a uma falta de alternativas, visto que a recusa das potências vizinhas em lhes estender reconhecimento diplomático inicialmente confinou as relações exteriores do país ao comércio. E mesmo no âmbito do mercado, o Haiti não recebeu benefícios equivalentes às outras partes dessa relação comercial, primeiro pelo

²² Gaffield, 2015, p. 2.

²³ Id., p. 183.

²⁴ EUGÈNE, Itazienne. La normalisation des relations franco-haïtiennes (1825-1838). *Outre-mers*. Vol 90, No. 340-341, pp. 139-154, 2003, p. 144.

²⁵ Plummer, 1992, p. 24.

simples fato de que seus marinheiros sequer podiam embarcar em grande parte dos portos norte-americanos, sob risco de serem presos e até vendidos como escravos de acordo com as leis locais²⁶. Segundo, mesmo que o Haiti não estivesse hermeticamente vedado da economia do Caribe e do Atlântico, ao país não era permitido ser um participante com os mesmos direitos dos demais, seja na diplomacia, seja no comércio²⁷.

Dessa forma, o Haiti sem dúvida encontrava-se conectado às redes globais de comércio por meio da exportação de *commodities*, mas não se pode dizer que a antiga colônia mais lucrativa do mundo, dona original da alcunha de “Pérola das Antilhas” que mais tarde passaria a ser utilizada para se referir a Cuba, tenha sido inteiramente ou mesmo parcialmente integrada ao mercado mundial após sua tomada das mãos europeias. Embora a tese do isolamento seja corretamente criticada por suas limitações, sua base factual parte principalmente das restrições existentes nas relações econômicas, políticas e sociais entre nações escravistas e uma nação de ex-escravizados em armas, pleiteantes de soberania. Vindo como causa disso e ao mesmo tempo como resposta a isso, a falta de abertura do Haiti aos estrangeiros (brancos) e aos investimentos diretos de capital internacional, fruto das inclinações políticas nativistas da população; contrastavam com a grande receptividade do país ao comércio exterior. E essa relação conflituosa com o ocidente e a ideia de ocidente desde sua fundação diferenciava decisivamente o Haiti dos demais países latino-americanos²⁸.

De toda forma, foi por meio de diplomatas competentes e da astuta manipulação das rivalidades das superpotências que o Haiti foi capaz de manter sua independência ao longo de todo o século, mesmo em condições crescentemente desfavoráveis. Isso no entanto foi o máximo que as condições limitadas do país puderam obter, o que não deixa de ser impressionante. Tal esforço e gasto de energia deixaram o Haiti sem chances de vencer o embate com os Estados Unidos mencionado há pouco. A ameaça do legado de Saint-Domingue à escravidão norte-americana da década de 1830 em diante exerceu um papel mais simbólico que real, e o sistema prosperou de forma significativa antes da organização de uma oposição interna de peso. Mesmo tendo eventualmente abolido a escravidão de forma bastante custosa, os norte-americanos terminam sendo os claros vencedores deste

²⁶ Plummer, 1992, p. 24 e 31.

²⁷ GONZALEZ, Johnhenry. *Maroon Nation: a History of Revolutionary Haiti*. New Haven: Yale University, 2019, p. 10 e 11.

²⁸ Gonzalez, 2019, p. 11.

antagonismo, considerando que os particularismos da hierarquia racial do país sobrevivem o fim da instituição peculiar.

Não apenas isso, mas os Estados Unidos também prosseguem com sua trajetória extremamente bem sucedida em termos econômicos e geopolíticos, rapidamente ascendendo para o ranking das grandes potências, tornando-se a própria manifestação dos valores que definem o ocidente moderno e eventualmente se tornando um líder desse grupo. O Haiti por outro lado é visto como uma exaltação dos valores opostos, primeiro sendo rejeitado e depois mal integrado ao ocidente apesar de estar incorrigivelmente emaranhado nas trajetórias europeias, norte-americanas e latino-americanas. Após um breve e momentâneo apogeu, o país volta a se afundar em conflitos internos que destroem sua capacidade de projetar qualquer tipo de poder externo, reforçando a tendência dos observadores estrangeiros e da produção historiográfica contemporânea e posterior a descartá-lo como ator histórico relevante na região e no mundo.

Centrado no período entre 1825 e 1850²⁹, o recorte temporal deste trabalho busca ajudar a suprir uma carência de estudos em língua portuguesa sobre o Haiti do século XIX após o reconhecimento de sua independência, visto que a grande maioria das pesquisas sobre o país se atém ou à revolução ou aos primeiros governos pós-revolucionários. O ano de 1825 marca a data do reconhecimento francês da independência haitiana, abrindo as portas para o reconhecimento por parte de todos os outros países relevantes com exceção dos Estados Unidos; enquanto 1850 assinala o início da ofensiva diplomática das grandes potências para mediar o conflito com a República Dominicana, contribuindo para a derrota haitiana e a consolidação da divisão de Hispaniola na forma como conhecemos hoje; assim como o fim da presidência de James K. Polk, que marca o auge do expansionismo norte-americano; e o Compromisso de 1850, que abrandou temporariamente os conflitos seccionais em torno da escravidão. O contexto e os desafios do período 1825-1850 diferem significativamente da fase originária do país, abarcando o período de auge geopolítico do Haiti, com a anexação da parte leste de Hispaniola e a unificação da ilha sob um único governo reconhecido internacionalmente, assim como o início de seu declínio.

O período escolhido também foi influenciado por acontecimentos e fatores políticos dos Estados Unidos, como a declaração da Doutrina Monroe ao fim do ano de 1823, os

²⁹ Tal recorte não significa que me absterei de resgatar acontecimentos dos anos anteriores a 1825 e de expor desdobramentos e consequências posteriores a 1850, como será feito frequentemente durante o trabalho.

processos de criação do partido Democrata e do estabelecimento do bipartidarismo norte-americano a partir da contenciosa eleição do presidente John Quincy Adams em 1825³⁰. Dentro dessa estrutura, o período conhecido como *Antebellum* caracteriza-se especialmente pelo crescimento da influência hemisférica dos Estados Unidos e pelo agravamento de divisões políticas seccionais em torno da escravidão, que no entanto demoram a ganhar dimensões nacionais. A condução de ambos os fenômenos é marcada pela ausência geral do antiescravismo na agenda do governo federal norte-americano, possibilitando o controle de esferas governamentais importantes por setores escravocratas independentemente do partido no poder, em especial na política externa³¹.

Ao todo, esses vinte e cinco anos abarcam a maior parte dos governos do presidente Jean Pierre Boyer (1818-1843) e do imperador Faustin Soulouque (1847-1859), com a condução de suas respectivas políticas externas sendo o foco da parte haitiana deste trabalho. Entre eles há um período de fragilidade política no qual quatro presidentes diferentes, Charles Rivière-Hérard, Philippe Guerrier, Jean-Louis Pierrot e Jean-Baptiste Riché; se sucederam entre 1843 e 1847 sem a chance de desenvolver qualquer tipo de política externa organizada e duradoura. Do lado norte-americano, seis presidentes terminaram seus mandatos entre 1825 e 1850: John Quincy Adams, do partido Democrata-Republicano; Andrew Jackson e Martin Van Buren do recém fundado partido Democrata; John Tyler, expulso do partido *Whig* pouco após assumir a presidência; James K. Polk, do partido Democrata; e Millard Fillmore, do partido *Whig*.

Em âmbito hemisférico, o período trabalhado também se caracteriza por dois grandes fatores. O primeiro consiste na expansão e consolidação da sociedade internacional europeia como o principal âmbito no qual os países do Atlântico interagem culturalmente, politicamente e economicamente. E os fundamentos e normas nos quais se baseia o funcionamento desta sociedade passam por uma importante transição paradigmática no decorrer do século XIX, com consequências relevantes para o recorte temporal escolhido. Malgrada essa importância, a primeira metade do século não tem sido objeto da mesma atenção voltada por exemplo ao período da concepção naturalista do direito internacional entre os séculos XVI e XVIII, assim como ao período da sistematização positivista da lei

³⁰ BAILEY, Thomas A. *Democrats vs Republicans: the Continuing Clash*. Nova York: Meredith Press, 1968, p. 40 e 41.

³¹ KARP, Matthew. *This Vast Southern Empire: Slaveholders at the Helm of American Foreign Policy*. Cambridge: Harvard University, 2016, p. 72.

internacional entre o fim do XIX e início do XX³². Tanto o campo do direito, quanto o das relações internacionais e o de história sofrem com uma carência de estudos acerca desta fase.

O segundo grande fator foi a gradual transformação no pensamento racial do ocidente. escritores deste período rapidamente estavam abandonando a ideia de que existia uma única humanidade e que a capacidade humana era a mesma em todas as partes do mundo, e na altura dos anos 1850 já restavam poucos intelectuais e cientistas que defendiam a igualdade inerente entre as raças do planeta³³. Apesar de não ser exatamente o berço deste tipo de pensamento, nos Estados Unidos houve uma exaltação bem particular de sua identidade anglo-saxônica.

Se a razão do sucesso econômico de povos como os ingleses os e norte-americanos era atribuída no início do século principalmente à superioridade de suas instituições, o discurso na década de 1850 já se pautava nas características inatas presentes no sangue anglo-saxão. Diferente da maior parte dos indivíduos europeus, os norte-americanos tinham um contato mais próximo e frequente com povos indígenas e negros livres ou escravizados, o que incentivou setores mais receptivos das teorias raciais a desenvolver sua própria variedade de publicações e estudos baseados em um engajamento da antipatia perante as demais raças³⁴.

É justamente a soma desses dois fatores que pavimentou o caminho para a postura imperialista que os países europeus e os Estados Unidos começaram a assumir a partir dos anos 1850. A forma incompleta e dependente como o Haiti acabou sendo integrado ao sistema internacional europeu o tornava um ator bastante vulnerável a este fenômeno. Desta maneira, o Haiti acaba sendo uma das primeiras vítimas dos protótipos desse novo *modus operandi* de política externa entre as décadas de 1830 e 1850, com as grandes potências minando sua soberania e colocando em risco sua autonomia e independência, principalmente após o surgimento da República Dominicana em 1844.

³² PITTS, Jennifer. *Boundaries of the International: Law and Empire*. Cambridge: Harvard University, 2018, p. 118.

³³ HORSMAN, Reginald. *Race and Manifest Destiny: The Origins of American Racial Anglo-Saxonism*. Cambridge, Harvard University, 1981, p. 2 e 60.

³⁴ Horsman, 1981, p. 62 e 102.

Capítulo I - Direito Internacional e a Adesão de Novos Estados à Sociedade Internacional Europeia

Antes de abordar o relacionamento diplomático entre os Estados Unidos e o Haiti no período proposto, é necessário elucidar uma série de conceitos fundamentais para compreender a posição de ambos na conjuntura do mundo atlântico da primeira metade do século XIX, assim como as ferramentas conceituais e institucionais à disposição dos diferentes atores dessa estrutura. Para tanto, convém especificar o funcionamento da sociedade internacional europeia e suas normas, e, a partir disso, analisar como foram recebidos e acomodados os novos Estados do continente americano na primeira fase de expansão dessa sociedade, da qual os Estados Unidos e o Haiti foram pioneiros.

O período em torno da passagem do século XVIII para o XIX marca uma série de mudanças e desenvolvimentos decisivos no pensamento político e internacional do ocidente, com o próprio termo “internacional” sendo cunhado por Jeremy Bentham na década de 1780³⁵. À altura do Congresso de Viena (1815), já encontravam-se consolidadas muitas das principais características do direito internacional clássico, com o número de pensadores da área grande o suficiente para que estes tivessem ciência uns dos outros, formando assim uma rede intelectual capaz de reforçar um grau de uniformidade significativo para as instituições legais que guiavam legisladores e diplomatas por todo o mundo ocidental³⁶.

No campo da lei das nações, o período entre 1825 e 1850 marca a fase final de uma longa transição paradigmática entre interpretações naturalistas e positivistas do direito internacional europeu. Em resumo, a lógica naturalista parte do princípio de que os poderes soberanos administram e estão sujeitos a um sistema preexistente de leis naturais, ao passo que a lógica positivista determina que a lei não apenas é administrada e aplicada pelos poderes soberanos, mas que ela em si é uma criação da vontade dos soberanos, originando-se principalmente da prática dos Estados³⁷.

³⁵ Pitts, 2018, p. 118.

³⁶ PETERSON, M.J. *Recognition of Governments: Legal Doctrine and State Practice, 1815-1995*. Londres: Palgrave Macmillan, 1997, p. 4.

³⁷ ANGHIE, Antony. Finding the peripheries: Sovereignty and Colonialism in Nineteenth-Century International Law. *Harvard International Law Journal*. Vol. 40, No. 1, p. 1-71, 1999, p. 9.

Tal transição, dentro do contexto histórico da Era das Revoluções e das independências da América tem consequências importantes para o significado de conceitos como Estado, soberania, civilização, sociedade internacional e lei internacional. Esse conjunto de conceitos vai determinar diretamente a questão do surgimento de novos Estados independentes e soberanos, além de sua admissão à chamada “família das nações”³⁸. Dessa forma, é essencial analisar as características e influências de suas interpretações para melhor entender os princípios que guiavam as ações e considerações dos diferentes atores individuais e nacionais dentro deste recorte temporal.

1.1 - Sistema Internacional europeu e sua primeira fase de expansão no século XIX

Primeiramente, convém esclarecer os conceitos de sistema e sociedade internacional, ambos fornecidos por Hedley Bull. Na definição do autor, um sistema internacional existe “quando dois ou mais Estados possuem contato suficiente entre si e impacto suficiente nas decisões um do outro, fazendo com que se comportem em alguma medida como partes de um todo”³⁹. Uma sociedade internacional, por outro lado, consiste em:

um grupo de Estados (ou, geralmente, um grupo de comunidades políticas independentes) que não apenas formam um sistema, no sentido em que o comportamento de cada um é um fator necessário nos cálculos dos demais; mas também estabeleceram por diálogo e consenso regras e instituições comuns para a conduta de suas relações, reconhecendo seu interesse comum em manter estes arranjos⁴⁰.

A formação de uma sociedade internacional necessariamente ocorre partindo de um sistema pré-existente. Para esse processo, tão importante quanto a presença e o agrupamento de comunidades políticas é o desenvolvimento e consolidação de regras e instituições comuns entre elas, que atuam como o elo entre as partes que constituem essa sociedade. Dessa forma, não há espaço dentro de uma sociedade internacional para a comunidade política que é incapaz de observar suas normas ou que carece das instituições comuns entre seus membros, ainda que esta faça parte do mesmo sistema e seja fator político e econômico relevante nas considerações dos demais participantes da sociedade.

³⁸ Expressão comumente usada nos séculos XVIII e XIX para descrever o sistema ocidental de diplomacia e o conjunto dos seus participantes.

³⁹ BULL, Hedley. *The Anarchical Society: A Study of Order in World Politics*. Londres: Macmillan, 1979, p. 9 e 10, tradução nossa.

⁴⁰ _____; WATSON, Adam. Introduction. In: _____; _____ (Orgs.) *The Expansion of the International Society*. Oxford: Clarendon, 1984, p. 1, tradução nossa.

No caso da sociedade internacional desenvolvida na Europa, o historiador Eliga H. Gould traz o conceito de *treaty-worthiness* (cuja tradução significa algo como a união entre a capacidade e a fiabilidade de se honrar tratados internacionais) como o fator primordial para a filiação e participação efetiva de um Estado no âmbito da “família das nações” no período entre o fim do século XVIII e o início do século XIX⁴¹. Desse período em diante, como será mostrado ao longo deste capítulo, os critérios de associação efetiva tornam-se mais subjetivos e rigorosos.

O sub-conceito de uma nação *treaty-worthy*, ou uma nação capaz de honrar tratados e digna de fazê-lo, caracteriza um Estado com o qual os europeus podem manter relações pacíficas, principalmente de livre comércio; mas que, em caso de conflito, compartilhe do entendimento europeu das regras de guerra. É importante observar duas coisas a respeito deste conceito: primeiro, que a capacidade verdadeira de um Estado em honrar os compromissos ocidentais de guerra e de paz deve vir acompanhada da percepção e do reconhecimento generalizado entre os membros da “família das nações” de tal capacidade. Segundo, que mesmo entre as nações tidas como *treaty-worthy* existe hierarquia, havendo diferentes graus de capacidade e dignidade.

Ainda que o crescente domínio colonial sobre outras regiões do mundo faça com que o observador moderno confunda a sociedade internacional europeia com uma sociedade internacional global, o fato é que esta se manteve exclusivamente europeia até a Revolução Americana, e, ainda assim, predominantemente europeia até o fim da Segunda Guerra Mundial⁴². Mesmo o Império Otomano, tendo interagido de perto com o sistema de Estados europeus por séculos, não foi ampla e formalmente admitido à sociedade europeia até 1856, e mesmo assim de forma provisória⁴³.

Porém, é importante pontuar que bem antes de 1776 já estava em curso a formação lenta e gradual de uma sociedade global a partir da sociedade europeia, baseada em uma série de modificações introduzidas para administrar mais efetivamente as relações da Europa com comunidades políticas e impérios asiáticos e africanos conhecidos pelos europeus⁴⁴. Essa

⁴¹ GOULD, Eliga H. *Among the Powers of the Earth: The American Revolution and the making of a New World Empire*. Cambridge: Harvard University, 2012, p. 12.

⁴² Bull; Watson, 1984, p. 1.

⁴³ GONG, Gerrit W. *The Standard of 'Civilization' in International Society*. Oxford: Clarendon, 1984, p. 10.

⁴⁴ WATSON, Adam. New States in Americas. In: BULL, Hedley; _____ (Orgs.). *The Expansion of the International Society*. Oxford: Clarendon, 1984, p. 127.

transição e suas modificações no papel de outras comunidades políticas ao longo do desenvolvimento do sistema internacional europeu serão o foco das sessões seguintes.

O processo de independência das colônias europeias na América, por sua vez, constitui a primeira grande fase de expansão da “família das nações” para além do continente europeu. Sendo pioneiros deste processo os Estados Unidos em 1776 e o Haiti em 1804, ambos em condições e contextos significativamente distintos das independências ibero-americanas das décadas seguintes, convém especificar resumidamente os paralelos e as divergências na forma como ambos buscaram se afirmar como uma nação *treaty-worthy* perante as potências europeias. O relacionamento posterior que os Estados Unidos e o Haiti estabelecerão entre si na posição de grande potência emergente e de ex-colônia periférica e marginalizada, respectivamente, traz consigo alguns reflexos dos diferentes níveis de sucesso que os dois obtiveram nesta iniciativa.

1.1.1 - A inserção diplomática dos Estados Unidos

A declaração de independência dos Estados Unidos teve como objetivo central não apenas oficializar sua secessão do império britânico, como também foi encarada pelos revolucionários como a forma mais efetiva da nascente república buscar e firmar alianças com as potências estrangeiras rivais aos britânicos⁴⁵. A conquista de um lugar dentro da “família das nações” como meio para obter proteção militar e para garantir a sobrevivência dos ideais revolucionários era, portanto, uma das grandes prioridades do Segundo Congresso Continental, cujos membros eram bons conhecedores do funcionamento da sociedade internacional europeia e de suas normas⁴⁶. Munida de tal conhecimento, a elite revolucionária tinha consciência clara de que o novo governo necessariamente teria que se conformar às normas das potências coloniais europeias, especialmente aquelas relacionadas à confecção e à observância de tratados, e também aos costumes diplomáticos predominantes na Europa⁴⁷.

Outra implicação evidente para os *founding fathers* era a de que, enquanto a guerra com a Grã-Bretanha perdurasse, os Estados Unidos eram apenas a manifestação do que era visto pelos britânicos como o empreendimento criminoso da rebelião. Sua independência, portanto, era um tópico delicado que requereria o consentimento de outras nações, e não uma condição que eles poderiam conquistar unilateralmente e inteiramente nos próprios termos.

⁴⁵ Gould, 2012. p. 113.

⁴⁶ ADLER, David Gray. The President's Recognition Power: Ministerial or Discretionary? *Presidential Studies Quarterly*. Vol. 25, No. 2, 1995, p. 271.

⁴⁷ Gould, 2012. p. 113.

Mesmo diante da proclamação da própria soberania, os norte-americanos sabiam que, sem a validação externa do reconhecimento europeu, tal declaração não passava de uma pretensão⁴⁸.

A busca por reconhecimento diplomático não foi longa para os norte-americanos. Em 1778, a França reconhece a independência dos Estados Unidos como resultado de uma aliança e de um tratado de comércio assinados no mesmo ano. Outros três países se anteciparam aos britânicos no ato de reconhecer a independência e a soberania dos Estados Unidos: os Países Baixos em 1782 e os reinos da Espanha e da Suécia em fevereiro e abril de 1783, respectivamente⁴⁹. No dia 3 de setembro de 1783, a vitória sobre os britânicos é oficializada com a assinatura do Tratado de Paris, o qual estabelece o reconhecimento da Grã-Bretanha de que os Estados Unidos são um país “livre, soberano e independente”⁵⁰.

O ato de renúncia da metrópole à soberania de seus territórios coloniais, por mais que não tenha sido necessário para os reconhecimentos anteriores à capitulação britânica, livrou os Estados Unidos do rótulo de insurgentes fora-da-lei e abriu caminho para o reconhecimento por todos os demais Estados europeus, o que veio acompanhado do estabelecimento de relações comerciais e diplomáticas oficializadas via tratado. Para a frustração dos estadistas norte-americanos, porém, tal aprovação não significou que o novo país fosse aceito pela “família das nações” como uma nação de igual valor e digna dos mesmos direitos⁵¹. Em outras palavras, os Estados Unidos já poderiam até ser reconhecidos na Europa como uma nação *treaty-worthy*, porém, devido à natureza hierárquica deste construto, ainda situados em um patamar inferior às nações europeias.

Dois grandes obstáculos impediam os Estados Unidos de ascender à mesma categoria de *treaty-worthiness* dos europeus. Primeiro, a percepção de uma condição “instável” da União norte-americana por parte de muitos observadores e diplomatas europeus, que viam a grande autonomia dos seus estados e a falta de um governo central forte com desconfiança. Tal “instabilidade” não significava que o novo país estivesse em estado de anarquia ou mesmo que sua configuração política fosse econômica e socialmente inviável. Contudo, o entendimento de que a fraqueza do governo central ameaçava a interpretação e cumprimento unificados dos tratados em todos os portos dos Estados Unidos tornava o país menos atraente

⁴⁸ Gould, 2012, p. 114.

⁴⁹ A Guide to the United States' History of Recognition, Diplomatic, and Consular Relations, by Country, since 1776. Office of the Historian (Departamento de Estado Americano), [s.d.].

⁵⁰ Id.

⁵¹ Gould, 2012, p. 125.

para o estabelecimento de relações de tratado duradouras. O fortalecimento da União e a dissipação das incertezas acerca da capacidade norte-americana de garantir o cumprimento dos tratados com a Europa foram algumas das principais razões para a ratificação da constituição de 1787, que foi um importante passo para consolidar sobretudo a posição internacional do país⁵².

Resolvida a questão das competências sobre o cumprimento de tratados e a condução geral das relações internacionais norte-americanas, ainda restava o segundo obstáculo: a definição, demarcação e pacificação das fronteiras dos Estados Unidos, que eram compartilhadas com Grã-Bretanha, Espanha, França e diversas nações indígenas. A relação do país com todos esses atores presentes em suas fronteiras mostrou-se bastante instável nas décadas em torno da virada do século XIX, passando por momentos de hostilidade, de escaramuças e de conflito aberto, que vinham principalmente como repercussões das guerras travadas no continente europeu.

Além de servir para os Estados Unidos provarem definitivamente sua capacidade de cumprir as regras de guerra como elas eram entendidas na Europa⁵³, os confrontos declarados e não-declarados que permearam a América do Norte entre as décadas de 1780 e 1820 tiveram como desfecho a consolidação de grande parte das fronteiras norte-americanas⁵⁴. Contando com tranquilidade interna e paz em todas as suas fronteiras, os Estados Unidos finalmente se mostravam capazes de possuir os poderes reivindicados pelo Segundo Congresso Continental e de exercer os atributos mais importantes da soberania tomada do império britânico durante a revolução. O esforço combinado de refazer a colônia à imagem da Europa e de ser aceito por ela como uma nação *treaty-worthy* provou-se tão importante e central para a construção dos Estados Unidos quanto os ideais liberais e republicanos que inspiraram sua revolução e constituição⁵⁵.

⁵² Gould, 2012, p. 125 e 131.

⁵³ Id., p. 139.

⁵⁴ Ao norte, os Tratados de Paris (1783) e de Jay (1794) definiram a fronteira com a América Britânica, sendo posteriormente reforçados pelo Tratado de Ghent (1815) após a inconclusiva Guerra de 1812. À Oeste, a Compra da Louisiana (1803) remove a França do palco da América do Norte e dobra o território dos Estados Unidos. Ao Sul e Sudoeste, o Tratado Adams-Onís (1819) oficializa a aquisição da Flórida e define a fronteira entre os Estados Unidos e a América Espanhola, indo do Golfo do México até o Oceano Pacífico.

⁵⁵ Gould, 2012, p. 11 e 140.

1.1.2 - A rejeição diplomática do Haiti

Três décadas depois dos Estados Unidos, a revolução em curso na colônia de Saint-Domingue culmina na derrota decisiva das tropas francesas enviadas por Napoleão e na declaração de independência do Haiti em 1804. Diferente dos norte-americanos, cuja declaração marca o ápice da escalada das escaramuças com os britânicos em direção a um conflito aberto, a independência haitiana conclui o processo revolucionário iniciado em 1791, que sequer havia se iniciado com qualquer objetivo de secessão do império francês⁵⁶.

O desenlace da Revolução Francesa está intimamente ligado ao agravamento das tensões raciais resultantes da peculiar composição demográfica de Saint-Domingue. Em 1789, a população da colônia era composta por aproximadamente 31 mil brancos, 28 mil pessoas livres de ascendência africana, das quais predominavam os mestiços, mas havia negros; e 465 mil escravizados, dos quais predominavam os negros, mas havia mestiços⁵⁷. Com a declaração dos direitos do homem e do cidadão, a população africana livre ganhou um poderoso reforço para sua luta de longa data por direitos políticos, que enfrentou grande oposição por parte da elite branca, em sua maioria alinhados com a aristocracia francesa. Diante do decreto da assembleia geral de 15 de maio de 1791, que garantiu o direito de voto e representação à todos os homens descendentes de pais livres, o governador da colônia e os colonos brancos se recusaram a obedecer a nova direção da metrópole, dando início ao conflito com a população africana livre⁵⁸.

Com cada facção buscando armar e mobilizar a grande parcela dos africanos escravizados contra a outra, o conflito logo escalou para uma rebelião de escravizados generalizada, a qual, no contexto geral de guerra do Atlântico, atraiu a intervenção da Grã-Bretanha e da Espanha com o objetivo de retirar a lucrativa produção da colônia das mãos dos franceses e garanti-la para si próprios⁵⁹. Em agosto de 1793, com o poder da classe latifundiária fortemente minado e uma grande quantidade de negros lutando pelos invasores estrangeiros, a única esperança dos emissários do governo revolucionário francês em manter

⁵⁶ NICHOLLS, David. *From Dessalines to Duvalier: Race, Colour and National Independence in Haiti*. New Brunswick, Rutgers University, 1996, p. 3.

⁵⁷ Dubois, 2004, p. 30.

⁵⁸ MAINGOT, Anthony; PARRY, J.H.; SHERLOCK, Philip. *A Short History of the West Indies*. Londres: Macmillan Education, 1987, p. 140.

⁵⁹ Geggus, 2001, p. XI.

a colônia sob seu domínio foi decidir de forma independente e não sancionada pela emancipação de todos os escravos do império francês e por conceder-lhes cidadania⁶⁰.

Munidos de liberdade e direitos políticos, os ex-escravizados se organizam em torno de lideranças como a de Toussaint Louverture, o qual, se mostrando capaz de expulsar os britânicos e os espanhóis por conta própria⁶¹, declara fidelidade à França, gradativamente se consolidando como autoridade máxima na colônia a contragosto da elite mestiça e também da metrópole. Durante seu domínio, Louverture busca manter um equilíbrio entre os interesses dos franceses metropolitanos e coloniais, assim como dos cidadãos africanos, permitindo a volta dos proprietários de terras exilados mas sendo firme na defesa da emancipação e da manutenção dos direitos políticos dos negros. Ainda sim, seus interesses colidem frequentemente com os interesses de Paris, especialmente ao conduzir uma política externa própria da colônia⁶². Em 1801, a autonomia e insubordinação de Louverture diante dos novos desígnios imperiais do Consulado encabeçado por Napoleão Bonaparte chega ao ápice com a implementação unilateral de uma constituição para a colônia e sua proclamação como governador-geral vitalício⁶³.

No mesmo ano, Napoleão ordena o envio de uma expedição militar para restabelecer pleno controle sobre a colônia e como parte de um plano para a formação de um império colonial francês na América do Norte a partir de Saint-Domingue⁶⁴. Para o comando de uma expedição tão crucial econômica e estrategicamente, Napoleão indicou um oficial de sua total confiança: Charles Victoire Emmanuel Leclerc⁶⁵, que liderou uma força de vinte mil soldados capaz de cruzar o Atlântico graças a uma breve trégua acertada com os britânicos em 1801⁶⁶. Após um ano de enfrentamentos, Louverture é preso e exilado, com suas tropas desmobilizadas ou absorvidas pelo exército francês. O sucesso da expedição esbarrou na tentativa de desarmar a população negra, a qual, à luz da inclinação pró-escravidão do novo regime e de boatos do retorno da escravidão na colônia de Guadalupe, se levantou mais uma vez contra os franceses.

⁶⁰ Dubois, 2004, 162, 163 e 168.

⁶¹ BLANCPAIN, François. *Histoire de Saint-Domingue, Haïti*. Matoury: Ibis Rouge Éditions, 2016, p. 95.

⁶² Dubois, 2004, p. 208, 223 e 226.

⁶³ GIRARD, Philippe R. *Paradise Lost: Haiti's Tumultuous Journey from Pearl of the Caribbean to Third World Hot Spot*. Nova York: Palgrave Macmillan, 2005, p. 42.

⁶⁴ Blancpain, 2016, p. 111.

⁶⁵ Além de ser cunhado de Napoleão, Leclerc também era seu companheiro de longa data na carreira militar, lutando juntos contra os britânicos em Toulon (1793) e na conquista da Itália. Leclerc também comandou as tropas do golpe que conduziu Napoleão ao poder em 1799 (Dubois, 2004, p. 251).

⁶⁶ Girard, 2005, p. 44.

O rompimento total com a França só começou a ser considerado pelos revolucionários neste ponto do conflito, quando a expedição de Leclerc, depois sucedido pelo general Donatien Rochambeau, recorre ao massacre indiscriminado da população negra e mestiça como tática final para a preservação do domínio francês sobre Saint-Domingue diante da crescente perspectiva de derrota⁶⁷. A intensidade de tais atos, que beiravam o genocídio, partiu da conclusão francesa de que a população negra estava irremediavelmente corrompida depois de dez anos de conflito, com um forte apreço pela liberdade e grande experiência adquirida em batalha. Mesmo se terminasse vitoriosa, a França continuaria lidando com o risco constante de novas revoltas a não ser que eliminasse a maior quantidade possível de adultos, que depois poderiam ser substituídos por novos escravizados importados⁶⁸

A expedição chegou a ser ampliada por mais vinte mil homens até o reinício do conflito com os britânicos inviabilizar o envio de reforços adicionais, mas isso não foi suficiente. Leclerc morreu de febre amarela em 1802, assim como a maior parte de suas tropas⁶⁹. Rochambeau é derrotado pelo sucessor de Louverture, o general Jean-Jacques Dessalines, em novembro de 1803, escapando da morte ao ser capturado pelos britânicos. Na virada para o ano seguinte, Saint-Domingue deixa de existir para sempre e dá lugar ao *Ayiti*, o qual, como primeiro passo para abandonar a herança francesa, adota o antigo nome indígena da ilha, que significa “terra de altas montanhas” no idioma Taino⁷⁰.

O segundo país independente das Américas surge com imensos desafios pela frente. O mais grave era de ordem demográfica: segundo estimativas, entre um terço e metade da população da colônia, entre brancos, mestiços e negros; morreu ou emigrou ao longo dos treze anos de conflito, e uma parcela significativa dos sobreviventes encontrava-se mutilada ou permanentemente inválida⁷¹. Economicamente, a revolução resultou na destruição de grande parte das plantações e da infraestrutura dos setores produtivos, enquanto politicamente

⁶⁷ DUN, James Alexander. *Dangerous Neighbors: Making the Haitian Revolution in Early America*. Philadelphia: University of Pennsylvania, 2016, p. 204.

⁶⁸ Girard, 2005, p. 49.

⁶⁹ Blancpain, 2016, p. 118, 120, 122.

⁷⁰ FANNING, Sara. *Boyer's Recognition Project. In: Caribbean Crossing: African Americans and the Haitian Emigration Movement*. Nova York: New York University, 2008, p. 27.

⁷¹ Fanning, 2008, p. 29.

havia a inexistência de qualquer tipo de administração civil ou instituição política além do exército comandado por Dessalines⁷².

A ameaça mais urgente, por sua vez, continuava vindo da França, que recusa admitir derrota e mantém um pequeno contingente militar francês na parte leste de Hispaniola, com apenas cerca de 700 soldados metropolitanos liderados pelo general Jean-Louis Ferrand da cidade de Santo Domingo. Até o momento em que os abusos das tropas francesas na Espanha se tornam públicos, ocasionando na expulsão de Ferrand e suas tropas da ilha em 1809 por forças espanholas de Cuba e Porto Rico, estes contavam com a colaboração e o apoio da população hispânica local contra os haitianos⁷³. Essa postura sinaliza claramente à Dessalines que um contra-ataque da ex-metrópole poderia vir a qualquer momento, tanto por mar quanto por terra⁷⁴. Em resposta a tal conjuntura, seu governo assume um caráter marcial e autocrático.

Mesmo diante de tantos problemas materiais, a obtenção de reconhecimento diplomático por parte da Europa figurava entre as prioridades do nascente governo haitiano pelas mesmas razões que ela o foi para os Estados Unidos. Dada a natureza da Revolução Haitiana e da curta mas fundamental liderança de Dessalines, tal reconhecimento mostrou-se extremamente difícil de ser obtido por duas razões principais. A maior e mais duradoura delas foi o aspecto intrinsecamente racial do movimento revolucionário, o qual, diferente de todos os movimentos de independência anteriores e posteriores, não contava com a participação decisiva de uma elite colonial branca. Pelo contrário: a população branca de Saint-Domingue foi a principal força reacionária, utilizando-se de todos os recursos em seu poder para lutar contra a revolução em curso, eventualmente transformando-a em uma guerra civil entre os colonos franceses, mais tarde apoiados pelo exército de Napoleão, e a totalidade da população de ascendência africana⁷⁵.

Num contexto em que a escravidão africana era praticada por todas as potências europeias do Atlântico e no qual pouquíssimos pensadores europeus advogam pela humanidade dos escravizados ou sequer acreditam no seu direito e capacidade de autodeterminação⁷⁶, os haitianos adotaram a identidade racial como base para a reivindicação

⁷² Blancpain, 2016, p. 127.

⁷³ PEREZ, Carlos Federico. *Historia Diplomática de Santo Domingo (1492-1861)*. Santo Domingo: Escuela de Servicios Internacionales de la Universidad Nacional Pedro Henríquez Ureña, 1973, p. 105.

⁷⁴ Fanning, 2008, p. 15.

⁷⁵ Nicholls, 1996, p. 3.

⁷⁶ Trouillot, 1995, p. 85 e 86.

da sua independência e passaram a se enxergar como símbolos da redenção e da elevação de toda a raça negra⁷⁷.

No que tange ao surgimento de um Estado de origem africana, porém, o contexto internacional a princípio não se mostraria diferente do contexto doméstico dos demais atores nas Américas, onde escravizados rebeldes não eram considerados pessoas civis. Embora a capacidade dos haitianos de se defender não fosse contestada, seu direito de fazê-lo e de agir soberanamente ainda seria por muitos anos⁷⁸. Ao longo das duas décadas que separam a independência do país e o primeiro reconhecimento por uma nação estrangeira, as poucas negociações para este fim com os europeus fracassaram porque, como será mostrado no próximo capítulo, estes esperavam reter uma governança total ou parcial sobre as relações comerciais e diplomáticas do Haiti, recolocando-o num nível colonial e desconsiderando-o como uma possível nação soberana e *treaty-worthy*⁷⁹.

Intimamente associada com a primeira, a segunda e mais imediata razão para a resistência ao reconhecimento haitiano era o impacto político e psicológico que a violência dos negros contra os colonos franceses, tanto a real quanto a imaginada, teve sobre as demais potências do Atlântico. Além de ser a mais transformativa, atacando não apenas o sistema colonial mas também a escravidão e sua base intelectual de hierarquia racial, a terceira guerra da Era das Revoluções foi também a mais sangrenta, mostrando-se, naquele contexto, impossível de ser contida pelos esforços, ora conjuntos ora isolados, de grandes potências como a França, a Grã-Bretanha e a Espanha⁸⁰. Tal como os Estados Unidos, o Haiti surgia do empreendimento criminoso da rebelião, mas o caso haitiano seria visto como muito mais hediondo por conta do tom de pele dos atores envolvidos -negros como executores e brancos como vítimas- e por sua intensidade e brutalidade: no extraordinário esforço para manter sua colônia, a França perdeu dezenove generais e mais tropas do que perderia em Waterloo⁸¹.

Desde 1803, Dessalines já manifestava seu incômodo com o uso insistente do termo *brigands* (palavra do francês/inglês que significa bandidos, salteadores, bandoleiros) por

⁷⁷ Nicholls, 1996, p. 1.

⁷⁸ Plummer, 1992, p. 35.

⁷⁹ Gaffield, 2015, p. 79 e 87.

⁸⁰ Fanning, 2008, p. 7.

⁸¹ Trouillot, 1995, p. 99.

parte dos franceses para descrever os haitianos⁸². Essa imagem do novo país se agravou profundamente logo nos primeiros meses de 1804, quando relatos de massacres públicos e sistemáticos da população branca remanescente tornaram-se conhecidos por todo o Atlântico. Considerando que Dessalines havia prometido a segurança dos habitantes brancos ao assinar um tratado de evacuação com o general Rochambeau, tais atos constituíam uma séria violação das regras de guerra segundo o entendimento europeu⁸³.

Ainda assim, o líder haitiano não fez questão de esconder nem absolver tais atos, pelo contrário. O massacre era uma mensagem para o mundo: as nações que ofereceram amizade e franqueza ao Haiti seriam plenamente retribuídas, mas as atrocidades dos franceses em guerra e em séculos de exploração não passariam impunes⁸⁴. Além de um ato vingativo, o massacre tinha a intenção de desencorajar a menor contemplação de futuras expedições militares ou ameaças à liberdade e à soberania haitiana por qualquer ator estrangeiro⁸⁵. O breve domínio de Dessalines de fato foi marcado por uma retórica nacionalista, anti-branca e sobretudo anti-francesa compartilhada por várias outras figuras políticas e intelectuais importantes de seu círculo de poder. Um deles, o coautor da declaração de independência haitiana Louis Boisrond-Tonnerre, supostamente afirmou que tal declaração demandava “a pele do homem branco como pergaminho, seu crânio como tinteiro, seu sangue como tinta e a baioneta como caneta”⁸⁶.

Em 1805, Dessalines, agora proclamado como imperador Jaime I⁸⁷ lança uma invasão à parte oriental de Hispaniola que, apesar de por muito pouco não alcançar o objetivo de anexar o território e expulsar as forças de Ferrand da cidade de Santo Domingo, deixa um rastro de morte e destruição que nunca será esquecido pelos futuros dominicanos⁸⁸. O novo imperador minimizou o impacto de sua postura anti-francesa feroz sobre as relações

⁸² JENSON, Deborah. States of Ghetto, Ghetto of States: Haiti and the “Era de Francia” in the Dominican Republic, 1804-1808. *The Global South*. Vol. 6, No. 1, Special Issue: States of Freedom, Freedom of States, pp. 156-171, 2012, p. 159.

⁸³ Gaffield, 2015, p. 87.

⁸⁴ Id., p. 83.

⁸⁵ Girard, 2005, p. 56.

⁸⁶ Nicholls, 1996, p. 36, tradução nossa. Estudos mais recentes, por sua vez, colocam dúvida acerca da veracidade da frase. Ver JENSON, Deborah. Dessalines’s American Proclamations of the Haitian Independence. *Journal of Haitian Studies*. Vol. 15, No. ½, pp. 72-102, 2009.

⁸⁷ Forma aporuguesada de Jacques I.

⁸⁸ Perez, 1973, p. 100.

diplomáticas e comerciais com outros países⁸⁹. Ele não estava inteiramente equivocado. Mesmo após os massacres, um número considerável de comerciantes britânicos, norte-americanos, holandeses (através de Curaçau) e dinamarqueses (através de Saint-Thomas) continuou pelos próximos dois anos a movimentar os portos haitianos, de forma tanto legal quanto ilegal, e a apoiar uma aproximação comercial com o país⁹⁰.

Pode-se argumentar que o custo político do comércio com o Haiti era alto, mas o fator realmente decisivo para seu isolamento diplomático foi a pressão francesa, fruto de uma “guerra de declarações” e de uma política de estrangulamento econômico, ambas conduzidas principalmente por Ferrand a partir da cidade de Santo Domingo⁹¹. O resultado foi gradual, mas exitoso: em 1806, ano do assassinato de Dessalines, todos os países da região com exceção da Grã-Bretanha haviam proibido o comércio com o Haiti para não violar os direitos franceses sobre sua antiga colônia⁹².

Levando isso em conta, não se pode ignorar o duradouro impacto político e psicológico da violência racializada do Haiti no imaginário do mundo atlântico e na formação de um aparato simbólico negativo na retratação do novo país aos olhos estrangeiros. Ferrand e os franceses capitalizaram significativamente esses fatores entre 1804 e 1808 ao propagar a noção de uma soberania de *brigandage*, de um Estado fora-da-lei⁹³. Bandidos não eram cidadãos e não poderiam formar um Estado legítimo e *treaty-worthy*, o que mantinha os haitianos e qualquer ato oficial de seu Estado fora do âmbito da lei das nações⁹⁴. Esse construto mostrou-se poderoso em sociedades escravistas como o Brasil, Cuba, Jamaica e, principalmente, nos Estados Unidos, cujo processo em curso de inserção internacional se beneficiou do aviltamento de uma antítese perfeita ao seu projeto de nação⁹⁵.

1.1.3 - As condições da inserção da América Latina

Após o solitário processo disruptivo do Haiti, a primeira expansão da sociedade internacional retomou o curso estabelecido em 1776 nas décadas seguintes. A movimentação

⁸⁹ A confiança do imperador na atratividade comercial do Haiti e na avidez e ganância dos europeus era tamanha que ele declarou ser possível enforcar um homem branco abaixo de um dos pratos de uma balança e equilibrá-la com sacas de café e ainda assim atrair os brancos para comprar o café (Nicholls, 1996, p. 37).

⁹⁰ Gaffield, 2015, p. 14.

⁹¹ BENOIT, Joachim. Commerce et décolonisation. L'expérience franco-haïtienne au XIXe siècle. *Annales. Economies, sociétés, civilisations*. Vol. 27, No. 6, pp. 1497-1525, 1972, p. 1497.

⁹² Gaffield, 2015, p. 92.

⁹³ Jenson, 2012, p. 156.

⁹⁴ Gould, 2012, p. 6.

⁹⁵ Dun, 2016, p. 223.

revolucionária voltou a permanecer confinada à América continental, visto que, com exceção do Haiti e da República Dominicana, as demais ilhas do Caribe se mostraram ou muito pequenas, ou muito bem protegidas para se rebelar com sucesso⁹⁶. Mais importante, a emancipação colonial voltou a ser conduzida em grande parte por elites de colonos brancos e seus descendentes.

Tal composição geral justifica que os novos Estados da América espanhola e portuguesa tenham buscado reafirmar a cultura europeia como norteador, mesmo que a luta pela obtenção de soberania e independência política os tenha levado a almejar sua retirada da balança de poder europeia e dos conflitos associados a ela⁹⁷. Mesmo que o Haiti se enxergasse como um símbolo de poder e dignidade negra, o conflito entre a identidade africana e a europeia acabou, ao menos por parte das elites, sendo decidido em favor da última. Com a exceção de períodos menos comprometidos com o padrão civilizacional europeu e cristão, como os governos dos imperadores Jaime I e Faustino I, este foi constantemente considerado pela maior parte dos intelectuais negros e mestiços do século XIX como o caminho a ser seguido pela nação⁹⁸.

Com relação à identidade religiosa do Haiti, a constituição de 1805 estabeleceu o precedente a ser seguido por todas as constituições futuras de tolerar a existência de múltiplas religiões no país. A princípio, a constituição imperial de Dessalines não estabeleceu uma religião oficial para o Haiti, mas o catolicismo romano logo foi adotado com este fim por seus sucessores⁹⁹, sem dúvida também com o objetivo de aumentar a legitimidade haitiana no cenário internacional. Todavia, alguns obstáculos importantes se colocaram no caminho desta estratégia, o principal deles sendo o baixo alcance do catolicismo para além das elites urbanas, com as tradições e religiões africanas predominando na cultura e nos costumes das massas, especialmente o vodu¹⁰⁰.

O outro grande obstáculo foi a longa recusa do Vaticano em estabelecer uma diocese no país, motivada principalmente pela nacionalização de todas as terras e propriedades pertencentes à igreja no Haiti e posteriormente em toda a ilha de Hispaniola¹⁰¹. Como resultado, a prática do catolicismo no país acabou sendo conduzida desorganizadamente por

⁹⁶ Watson, 1984, p. 134.

⁹⁷ Id., p. 138.

⁹⁸ Nicholls, 1996, p. 11 e 41.

⁹⁹ Acacia; Dubois; Gaffield, 2013, p. 20.

¹⁰⁰ Nicholls, 1996, p. 70.

¹⁰¹ Id., p. 69.

um sacerdócio sem nenhum treinamento oficial de Roma, em decorrência da fuga de todo o clero francês durante a revolução e do clero hispano-dominicano com a unificação da ilha em 1822¹⁰². As grandes consequências dessa recusa foram a dificultação da construção de um sistema de educação formal no Haiti, processo que na Europa católica foi predominantemente conduzido pela igreja; e o reforço do desdém por parte dos estrangeiros perante uma elite autoproclamada católica mas sem o rigor dos ritos nem o reconhecimento do papa, o que prejudicou a integração dos haitianos com a América Latina¹⁰³.

Ao desejar se separar de suas metrópoles mantendo sua associação à sociedade europeia, os Estados nascentes do Novo Mundo se submeteram às leis e práticas diplomáticas europeias sem a intenção de alterá-las. O Haiti nesse ponto é uma figura ambivalente. Primeiro, a proibição da posse de terra aos brancos sempre foi um foco de desconforto nas relações do país com as potências europeias. Segundo, sua revolução sem dúvida representou um desafio ao sistema colonial e à escravidão e tal desafio foi sustentado em discursos e publicações oficiais dos primeiros governos haitianos¹⁰⁴. Todavia, Dessalines logo procurou demonstrar ao mundo que seu governo estava disposto a participar das práticas costumeiras europeias e a não interferir nos assuntos internos dos países e territórios vizinhos, postura que foi mantida por seus sucessores¹⁰⁵.

Por mais que as outras sociedades do Atlântico temessem um efeito dominó a partir da Revolução Haitiana, a sobrevivência do pequeno país dependia do evitamento de qualquer intervenção estrangeira, e nenhum líder haitiano jamais se engajou publicamente na incitação dos escravizados dos países vizinhos ou no desafio ao funcionamento da sociedade internacional europeia¹⁰⁶. Isso não impediu que um grande número de haitianos tomasse parte de várias insurreições negras pelo continente entre as décadas de 1790 e 1830; exercendo um papel cujo conhecimento ou mesmo colaboração do governo haitiano ainda são possibilidades desconhecidas¹⁰⁷.

Nas demais ex-colônias, dois fatores decisivos contribuíram para sua pronta e incontestada aceitação à sociedade internacional: a adesão aos princípios e regras da Família

¹⁰² Vidas, 1971, p. 114.

¹⁰³ TROUILLOT, Michel-Rolph. *Haiti: State Against Nation. The Origins and Legacy of Duvalierism*. Nova York: Monthly Review, 1990, p. 51.

¹⁰⁴ Watson, 1984, p. 134.

¹⁰⁵ Gaffield, 2015, p. 187.

¹⁰⁶ Vidas, 1971, p. 92.

¹⁰⁷ Geggus, 2001, p. XII e XIII.

das Nações e a predominância da identidade cristã e europeia na composição racial e cultural das elites coloniais¹⁰⁸. E assim, a onda revolucionária que tomou as Américas e resultou no surgimento de quase vinte novos Estados independentes encerrou-se com a reabsorção de todos eles à sociedade europeia, que foi capaz de se manter quase inalterada para além da expansão geográfica. Não obstante, os eventos da América Latina entre 1810 e 1830 levaram a alguns desenvolvimentos doutrinários próprios e importantes para a lei das nações, como o reconhecimento internacional dos beligerantes internos, que conferia personalidade jurídica à figura dos rebeldes e revolucionários; e a definição moderna do princípio de *uti possidetis*¹⁰⁹.

Com a exclusão inicial do Haiti, essa primeira expansão terminou por acolher apenas Estados dominados por elites brancas e cristãs, a despeito da grande parcela da população latino-americana ser indígena, negra e mestiça, sendo quase insignificante para o avanço dos prospectos de admissão de povos não-cristãos e não-europeus. Em muitos países, inclusive, a independência resultou no reforço das instituições escravistas e na redução ou eliminação dos direitos políticos das populações indígenas¹¹⁰.

No entanto, tal acolhimento não evitou que os novos países, com exceção dos Estados Unidos, fossem mantidos indefinidamente na categoria periférica, provincial e subalterna que ocupavam enquanto colônias¹¹¹. E isso os deixou significativamente vulneráveis ao poderio da Grã-Bretanha, que era a única grande potência restante capaz de projetar poder no continente americano, o que não foi desperdiçado por ela: em troca do reconhecimento de suas independências, muitos países tiveram que conceder tratamento comercial preferencial aos britânicos¹¹².

Em contraste à falta de modificações radicais no funcionamento da “família das nações” durante essa fase de expansão, a independência das ex-colônias americanas criou um importante legado para os processos de emancipação subsequentes, estabelecendo um precedente para o papel de novos Estados na sociedade internacional europeia e fornecendo com mais clareza o significado de conceitos fundamentais para os séculos XIX e XX, como independência, reconhecimento e soberania. Todas as demais expansões da “família das

¹⁰⁸ BULL, Hedley; WATSON, Adam. Conclusion. In: _____; _____ (Orgs.) *The Expansion of the International Society*. Oxford: Clarendon, 1984, p. 426.

¹⁰⁹ ESQUIROL, Jorge L. Latin America. In: FASSBENDER, Bardo; PETERS, Anne (Orgs.) *The Oxford Handbook of the History of International Law*. Oxford: Oxford University, 2012, p. 553.

¹¹⁰ BULL, Hedley. The Emergence of a Universal International Society. In: _____; WATSON, Adam (Orgs.) *The Expansion of the International Society*. Oxford: Clarendon, 1984, p. 122.

¹¹¹ Watson, 1984, p. 139.

¹¹² Gaffield, 2015, p. 169.

nações” trazem consigo semelhanças marcantes com o padrão desenvolvido pelas elites de colonos americanos entre 1776 e 1830¹¹³.

1.2 - O desenvolvimento da Lei das Nações e o lugar do não-europeu

Na emergência de sua formação mais moderna no século XVI, o sistema de direito internacional europeu consistia essencialmente no sistema de tratados e costumes que regiam as relações de guerra e de paz no continente, e alguns tratados de paz como o conjunto dos de Westphalia (1648) e dos de Utrecht (1713) se mostraram capazes de criar uma ordem internacional tão durável a ponto de eles próprios se tornarem um tipo de direito internacional público¹¹⁴. A prevalência dessa ordem gerou na Europa a autoimagem de um domínio da lei e da civilidade, onde os governantes baseavam suas relações em tratados e costumes mutuamente acordados, e isso muitas vezes chegava ao ponto de retratar o continente como uma espécie de república guiada pelo respeito às leis, pelo compromisso compartilhado com a ordem e a liberdade, e por laços de interesse comum¹¹⁵.

Ainda que fosse propagada por políticos, filósofos e intelectuais influentes, a ideia de uma república europeia estava longe da realidade devido à ausência de um poder central capaz de exercer uma soberania comum ou de estabelecer uma autoridade legal abrangente em todo o continente, o que tornava a lei das nações, diferente de leis domésticas, um conjunto de normas que durante boa parte de sua existência não era nem coerente, nem vinculante. Períodos de convergência como Westphalia e Utrecht eram tão comuns quanto aqueles em que os líderes europeus não conseguiam chegar a um acordo sobre o que a lei das nações significava¹¹⁶.

1.2.1 - O não-europeu no Direito Natural

Dentro desse cenário de conflitos normativos, a ideia -ou complexo de ideias relacionadas- da doutrina naturalista do direito (*natural law*) mostrou-se útil na Europa como um padrão mínimo e amplo para as normas interestatais. Em sua concepção moderna, o direito internacional naturalista é fruto principalmente do conjunto da obra de juristas como Francisco de Vitória (1483-1546), Alberico Gentili (1552-1608), Hugo Grócio (1583-1645), Samuel von Pufendorf (1632-1694) e Christian Wolff (1679-1754). Herdada do estoicismo

¹¹³ Watson, 1984, p. 141.

¹¹⁴ Gould, 2012, p. 5 e 17.

¹¹⁵ Id., p. 17.

¹¹⁶ Ibid., p. 5.

greco-romano e moldada pela cristandade latina medieval, tal doutrina baseava-se em direitos tidos como fundamentais e em princípios éticos vistos como comuns a todos os povos e acima de qualquer autoridade humana¹¹⁷.

Entre os países europeus, os séculos de interação dentro do seu sistema de tratados aos poucos consolidam um sistema de direito internacional mais independente da lei natural e com intenção e finalidade de ser exclusivamente regional, tendo como ápice desse processo o surgimento do Concerto Europeu em 1815¹¹⁸. No caso das relações europeias com os povos ameríndios, asiáticos e africanos, nas quais os laços de interação eram frágeis ou inexistentes, a ideia do naturalismo acaba assumindo uma posição central e ligeiramente mais longa¹¹⁹.

Antes do século XIX, se a fragilidade resultante do conflito de visões em torno do direito internacional europeu era um fator relativamente constante na própria Europa, a mesma era muito mais grave nas Américas diante dos conflitos dos colonos com povos indígenas e entre si próprios; e predominante na África e na Ásia, onde os monarcas europeus ainda não possuíam capacidade material suficiente para fazer valer sua versão da lei das nações perante seus súditos e, principalmente, os soberanos locais¹²⁰. Por esse motivo, era necessário traçar mais distinções entre a Europa e as demais regiões do mundo, as quais, mesmo quando diretamente implicadas nos termos de algum tratado, eram sujeitas a normas, condições e prazos diferentes dos exercidos na Europa, numa medida compatível com o nível da presença europeia¹²¹. Seguindo seus próprios sistemas legais, culturais e religiosos, os não-europeus também ocupariam uma posição diferenciada nos códigos europeus, e tal distinção exerceria um papel cada vez mais importante ao longo da consolidação de um sistema internacional global.

Dentro desse contexto, porém, os soberanos do Norte e Oeste da África, do Oriente Médio e de toda a Ásia eram autônomos em suas relações de guerra e paz com a Europa e entre si ao longo de trezentos anos, e assim continuaram predominantemente até meados do século XIX¹²². A ausência geral de hierarquias expressas nos inúmeros tratados celebrados entre europeus e não-europeus dissemina a ideia de que o direito internacional naturalista era

¹¹⁷ Bull, 1984, p. 119.

¹¹⁸ ALEXANDROWICZ, C.H. Empirical and Doctrinal Positivism in International Law (1975). In: ARMITAGE, David; PITTS, Jennifer (Orgs.). *The Law of Nations in Global History*. Oxford: Oxford University, 2017, p. 351.

¹¹⁹ Bull, 1984, p. 119.

¹²⁰ Id., p. 117.

¹²¹ Gould, 2012, p. 5.

¹²² Alexandrowicz, 2017, p. 352.

um sistema moralmente e legalmente igualitário de interpretação e aplicação universais¹²³, especialmente em contraste com a retórica imperial e civilizatória do direito positivista que o sucedeu. Manifestando a longevidade de tal crença no século XX, o historiador do direito internacional Charles Henry Alexandrowicz exalta:

A universalidade da família das nações, o caráter multi-ideológico da lei das nações (sua postura diante de embates ideológicos como os conflitos entre cristãos e islâmicos ou entre católicos e protestantes), sua abordagem não-discriminatória de civilização, religião ou raça, seu “declaratorismo” em respeito ao reconhecimento assim como a doutrina de *bellum justum* eram todas qualidades funcionais peculiares ao sistema de ‘direito natural’ dentro da lei das nações clássica¹²⁴.

A imagem do naturalismo aos olhos de seus formuladores e também de alguns historiadores e estudiosos do período inclui entre suas virtudes sua neutralidade moral e ideológica, sua ausência de “testes de civilização” e de fronteiras culturais e, sobretudo, sua praticidade, que o tornava acessível a todos e facilmente “exportável” para o resto do mundo¹²⁵. Dessa forma, presume-se que o eurocentrismo no direito internacional só veio predominar no século XIX em diante, existindo até então uma igualdade contratual entre europeus e demais povos e aceitando que os os valores cristãos e o conjunto da obra dos autores clássicos do direito natural são as normas de qualquer interpretação judicial e extrajudicial¹²⁶. Dentro de tal sistema, raça não seria considerada uma barreira para a obtenção da condição de “Estado formal” (*Statehood*) e nem, conseqüentemente, para a entrada na “família das nações”¹²⁷.

Estudos mais recentes, por sua vez, desafiam essa visão do período naturalista e o encaixam em um contexto no qual o eurocentrismo e sua presunção de superioridade e de soberania sobre outros povos são uma constante por séculos. O sistema desigual e hierárquico de subjetividades da ordem internacional moderna tem sua origem no cristianismo medieval, quando a Igreja Católica romana se proclama o poder soberano supremo da humanidade, que só poderia ser salva através de Jesus Cristo, da Igreja e de seus apóstolos independente da religião seguida. A partir de então, o debate acerca das esferas de autoridade entre o papado e

¹²³ Bull; Watson, 1984, p. 5.

¹²⁴ ARMITAGE, David; PITTS, Jennifer. Introduction. In: _____; _____ (Orgs.). *The Law of Nations in Global History*. Oxford: Oxford University, 2017, p. 15, tradução nossa.

¹²⁵ BROWNLIE, Ian. Consequences for the Law of Nations. In: BULL, Hedley; WATSON, Adam (Orgs.). *The Expansion of the International Society*. Oxford: Clarendon, 1984, p. 358, 359 e 360.

¹²⁶ GROVOGUI, Siba N’Zatioula. *Borderlines, Volume 3: Sovereigns, Quasi-Sovereigns, and Africans*. Minneapolis: University of Minnesota, 1996, p. 12, 45 e 46.

¹²⁷ Watson, 1984, p. 133.

povos de outros continentes e suas lideranças, sejam elas espirituais ou não, passou a ser decidido em favor da Igreja e, conseqüentemente, da Europa¹²⁸.

Segundo os preceitos dessa nova ordem, o papa desponta no topo da hierarquia como única autoridade a agir independente de qualquer poder externo além do próprio Deus. Abaixo dele estavam os monarcas europeus e seus súditos, enquanto a base da pirâmide era formada pelos “infiéis” do Velho Mundo, seguidos pelos ameríndios e africanos. Ainda que não houvesse uma visão unificada dos missionários europeus sobre como agir diante do encontro colonial com os povos nativos da África subsaariana e da América, tanto a atitude de considerá-los racionais e passíveis de serem catequizados quanto a de que eles poderiam ser escravizados sob a justificativa de não ter alma ou por serem possuídos pelo demônio partem de um mesmo princípio: o de que o não-europeu está perdido em sua própria barbárie e que o único caminho de salvação e redenção possível é através das mãos europeias, via catequização ou via servidão¹²⁹.

Ao longo do século XVIII, mesmo com a rejeição das tradições católicas e absolutistas pelos protestantes e iluministas, a transmutação dessa interpretação eclesiástica da história do universo e da missão cristã para uma interpretação de história natural mantém preservada a essência da dicotomia salvador/gentio, apenas atualizando-a como o dever do mais forte e iluminado em dar assistência ao mais fraco e ignorante com o objetivo de elevá-lo a um mesmo patamar¹³⁰. Desse período em diante, o conjunto de relatos por parte de exploradores, missionários e pensadores iluministas acerca do caráter presumido dos ameríndios, dos negros e asiáticos se acumulam na construção de um discurso impositivo sobre a figura do “outro”.

Nesse ponto, é importante elucidar o significado do termo civilização, assim como o do ato de ser civilizado, duas coisas constantemente evocadas pelos pensadores da sociedade internacional europeia e por indivíduos, agentes e diplomatas ocidentais em contato com povos de fora dessa esfera ou percebidos como tal. De acordo com Norbert Elias, o conceito de civilização se refere a uma ampla variedade de fatos:

ao nível de tecnologia, ou ao tipo de maneiras, ou ao desenvolvimento de conhecimento científico, ou ideias e costumes religiosos. Pode se referir ao tipo de moradia ou à maneira como homens e mulheres vivem juntos, à forma de punição

¹²⁸ Grovogui, 1996, p. 16, 17 e 19.

¹²⁹ Id., p. 18 e 25.

¹³⁰ Ibid., p. 41.

judicial, ou à forma como a comida é preparada. Estritamente falando, não há praticamente nada que não possa ser feito de uma maneira “civilizada” ou “não civilizada”; portanto, sempre parece difícil sumarizar em poucas palavras tudo o que pode ser descrito como civilização¹³¹.

Apesar do significado extremamente amplo, o escopo de utilização do conceito é mais restrito, servindo essencialmente para expressar a autoconsciência do ocidente¹³², especialmente ao se referir aos outros povos do mundo. Isso fica evidente ao se observar que no fim do século XIX as características que costumavam qualificar um Estado como civilizado essencialmente constituíam uma descrição de um país da Europa ocidental. Dentre estas características, destacam-se: a garantia dos direitos básicos de liberdade, dignidade, propriedade, liberdade de locomoção, comércio e religião, especialmente para expatriados; a existência de uma burocracia política organizada e eficiente com capacidade para auto-defesa; a aderência à lei internacional (incluindo as leis de guerra), com um sistema doméstico de cortes, códigos e leis que garantam justiça legal de forma igual para os habitantes locais e os estrangeiros; a comunicação e o intercâmbio diplomático de forma adequada e permanente; a aderência às normas culturais e às práticas “civilizadas” da sociedade internacional, como, por exemplo, a monogamia¹³³.

Ou seja, as formas como os ocidentais praticavam ciência, religião, justiça, cultura e etiqueta eram civilizadas; e o que se diferenciava delas simplesmente não o era. No caso de um país pertencente a outra esfera cultural, seu status civilizatório poderia ser elevado caso o Estado local fosse capaz de prestar a um indivíduo europeu o mesmo tratamento que ele esperaria receber na Europa. Tal expectativa pressupunha e legitimava algum nível de intrusão colonial ocidental, geralmente na forma de um poder de jurisdição extraterritorial exercido por cônsules estrangeiros sobre as atividades de seus conterrâneos, que acabavam sujeitos apenas às suas próprias leis em detrimento das leis locais, que não eram capazes de prover o tratamento adequado aos ocidentais¹³⁴.

De toda maneira, o conceito de civilização é pensado de forma a deixar de lado as diferenças nacionais entre diferentes povos, buscando enfatizar o que há de comum entre

¹³¹ ELIAS, Norbert. *The Civilizing Process: Sociogenetic and Psychogenetic Investigations. Revised Edition*. Oxford: Blackwell Publishing, 2000, p. 5.

¹³² Elias, 2000, p. 5.

¹³³ TARAZONA, Liliana Obregón. The Civilized and the Uncivilized. In: FASSBENDER, Bardo; PETERS, Anne (Orgs.) *The Oxford Handbook of the History of International Law*. Oxford: Oxford University, 2012, p. 935.

¹³⁴ Anghie, 1999, p. 46 e 47.

todos os seres humanos, ou ao menos o que deveria haver de comum. Por essa razão, o não-civilizado não constitui uma antítese do civilizado. Ambos representam apenas diferentes níveis dentro de uma escala contínua, na qual diferentes povos são atribuídos com diferentes níveis de civilização¹³⁵.

Segundo esse discurso, a Europa desponta como a única possuidora de cultura em cima de uma percepção de ausência de sociedade civil e de insuficiente civilização no resto do mundo¹³⁶. Diversas características naturais e condições históricas teriam proporcionado esse excepcionalismo europeu, como a apreciação pelo estado de direito (*rule of law*) como legado de Roma, o respeito ao indivíduo como legado do cristianismo, e uma geografia variada que levou à uma pluralidade de Estados que existiam próximos uns aos outros e eram forçados por sua relativa igualdade a se acomodar e coexistir. As características atribuídas aos outros povos do mundo eram igualmente importantes na construção desse discurso, tornando-os incapazes de igualar as conquistas europeias e fadados a viver em um estado de selvageria, ou sob o jugo de regimes opressivos também por conta de fatores naturais e históricos, como o encorajamento que as estepes asiáticas dariam à formação de impérios vastos e despóticos¹³⁷.

Nessa mesma época, os avanços tecnológicos europeus, mesmo que limitados essencialmente à construção naval, já conferiam algumas vantagens militares aos países coloniais. Fruto das fortes condições climáticas do Atlântico Norte, o veleiro oceânico permitiu aos portugueses e aos espanhóis -logo depois seguidos pelos holandeses, ingleses e franceses- a estabilidade necessária para navegar em qualquer parte do mundo e capacidade de carga suficiente para levar consigo seus canhões¹³⁸.

Tais fatores permitiram aos europeus a projeção de poder militar à toda e qualquer linha costeira dentro do alcance do canhão de seus navios, o que até o século XVIII manteve a presença colonial europeia majoritariamente limitada à pequenos fortes e assentamentos litorâneos¹³⁹. Quando o avanço organizacional e logístico de forças militares regulares e profissionais possibilitou aos europeus o domínio do interior e a vitória sobre forças nativas

¹³⁵ Elias, 2000, p. 34.

¹³⁶ Grovogui, 1996, p. 25 e 26.

¹³⁷ Pitts, 2018, p. 6 e 10.

¹³⁸ HOWARD, Michael. The Military Factor in European Expansion. In: BULL, Hedley; WATSON, Adam (Orgs.). *The Expansion of the International Society*. Oxford: Clarendon, 1984, p. 34.

¹³⁹ Antes de 1700, as únicas regiões em que os europeus conseguiram projetar poder longe da costa e estender seu domínio para o interior foram o México e o Peru (Howard, 1984, p. 35)

muito mais numerosas entre 1700 e 1850, eles foram promovidos como evidência da superioridade europeia e como justificativa para sua ascendência moral¹⁴⁰. Dessa forma, acreditava-se que a Europa estaria destinada a ser a força predominante da História e que o destino da humanidade estava em suas mãos¹⁴¹.

É preciso esclarecer, porém, que a sociedade internacional desenvolvida na Europa não foi nem a primeira e nem a única vigente até o século XIX, com os europeus sendo apenas um dos vários universos autocentrados¹⁴² que permearam o Velho Mundo e relacionavam-se entre si de forma competitiva, mas não antagônica¹⁴³. Antes da Era das Revoluções, a atividade econômica manufatureira, o padrão de vida e o crescimento demográfico e urbano não diferia significativamente entre esses universos. Somente a partir de 1800 é que se abre uma distância expressiva entre a renda per capita dos europeus e a dessas partes do mundo¹⁴⁴. Partindo dessas vantagens materiais, a sociedade internacional desenvolvida na Europa pode reivindicar para si o mérito de ser a primeira a unificar o globo sob seu domínio e liderança¹⁴⁵.

As regras e instituições da “família das nações”, no entanto, não se desenvolveram no confinamento da realidade europeia para depois serem exportadas para as demais regiões do mundo. A evolução da sistema europeu de relações interestatais e do aparato de normas endêmicas da sociedade subsequente se deu simultaneamente à expansão das diferentes potências europeias para as Américas, a Ásia e a África, num processo de influência mútua no qual um determinou e contribuiu com o desenvolvimento do outro¹⁴⁶. Portanto, o direito internacional europeu sempre teve os outros povos do mundo em consideração ao longo de sua conceitualização justamente por ter se desenvolvido em suporte e colaboração ao processo de conquista e subjugação deles.

Consistente com as circunstâncias de sua emergência, a aplicação das leis internacionais nunca foi neutra, nem uniforme e nem absoluta. Gentili, Grócio, Wolff e outros fundadores da teoria naturalista sempre basearam a subjetividade e a participação

¹⁴⁰ Howard, 1984, p. 36.

¹⁴¹ Grovogui, 1996, p. 27.

¹⁴² Exemplos desses universos são os chineses, indianos, persas, tártaros, árabes (depois turcos), berberes e os povos da África ocidental, central e oriental.

¹⁴³ Grovogui, 1996, p. 18 e 19.

¹⁴⁴ O'BRIEN, Patrick. Europe in the World Economy. In: BULL, Hedley; WATSON, Adam (Orgs.). *The Expansion of the International Society*. Oxford: Clarendon, 1984, p. 43.

¹⁴⁵ Bull; Watson, 1984, p. 2.

¹⁴⁶ Id., 1984, p. 6.

plena na comunidade das nações em uma hierarquia de status na qual os cristãos e, conseqüentemente, os europeus eram superiores aos infiéis e pagãos¹⁴⁷. Nesse sentido, a lei das nações se mostrou um discurso político poderoso no contexto da expansão comercial e imperial europeia ao justificar as ações dos Estados coloniais e de seus agentes ao longo do processo de aquisição de território e da imposição de tratados desiguais e discriminatórios¹⁴⁸.

Como mencionado anteriormente, a conexão entre império e o direito internacional em sua fase naturalista passou despercebida durante a maior parte do século XX. Ironicamente, o universalismo, sua característica exaltada com mais frequência, não deixa de ser parte de uma articulação desse discurso imperial, que coloca a Europa como a única portadora de valores universais. A realidade, por outro lado, era muito mais homogênea: a lei das nações foi um discurso quase exclusivamente europeu de ponta a ponta, sendo produzido por europeus e direcionado a eles próprios, com autores e leitores muitas vezes possuindo conhecimentos limitados acerca das sociedades, tradições e idiomas dos povos discutidos¹⁴⁹.

O século XIX traz a emergência de um padrão de civilização explícito para definir o que vem a ser ou não um país digno e capaz de fazer parte da sociedade internacional europeia. Tal padrão, a ser melhor elaborado no capítulo seguinte à luz do caso haitiano, sublinha que os povos nativos da África, Ásia e América nunca se consideraram parte de uma “família das nações” centrada na Europa e que nunca houve uma versão primordial e universal desse conceito, que foi baseado exclusivamente na concepção de teóricos europeus; assim como o fato de que os europeus posteriormente também não os enxergaram como parte deste grupo, ao menos não automaticamente¹⁵⁰.

A reinterpretação das normas internacionais europeias, de base ética de uma ordem universal para instrumento de dominação, ajuda também a reinterpretar o imperialismo da metade do século XIX em diante, que deixa de ser um desvio dos séculos anteriores de prática europeia e torna-se mais um desenvolvimento coerente com essa estrutura. Desde sua concepção na Idade Média até o auge do domínio europeu na virada do século XIX para o XX, os princípios do direito internacional tem preservado três pilares principais: o direito da cristandade (depois da Europa, seguida pelo ocidente) à soberania por virtude de fé, razão e

¹⁴⁷ Grovogui, p. 53 e 63.

¹⁴⁸ Pitts, 2018, p. 2 e 3.

¹⁴⁹ Id., p. 2, 10 e 24.

¹⁵⁰ Gong, 1984, p. 44.

auto interesse; o dever ocidental de criar e manter ordem por todos os meios necessários; e a obrigação das comunidades não-europeias em aderir às normas da ordem presente¹⁵¹.

Tal estrutura presume a figura do “outro”, ao menos enquanto não-reformado, como imaturo e sujeito a agir por instinto e confusão, necessitando de orientação, ainda que contra a própria vontade¹⁵². No decorrer do século XIX, a substituição do naturalismo pelo positivismo permite uma expressão mais direta e agressiva dessa estrutura. A historiografia acerca do período positivista da lei internacional ao longo do século XIX, por outro lado, tende a ser muito mais consonante em torno de seu caráter explicitamente imperial, racalista e excludente. Mesmo historiadores mais conservadores em sua maioria hesitam em endossar as bases raciais das crenças políticas e jurídicas que eram amplamente aceitas na Europa e nos Estados Unidos nas décadas de 1830 em diante¹⁵³.

1.2.2 - O não-europeu no Direito Positivo

A inadequação da doutrina naturalista começa a se fazer evidente conforme o aumento do contato direto dos europeus com outros povos e o desenvolvimento formal da diplomacia entre si próprios. Primeiro, não havia distinção entre as normas que realmente estão em vigor e as que deveriam estar; segundo, não havendo duas partes que concordassem completamente sobre que normas deveriam compor tal código idealmente justo, o conteúdo do direito internacional acaba variando de ator para ator¹⁵⁴. A separação entre os conceitos de justiça e de lei, há muito presente no campo mais restrito do direito interno, começa também a ser aplicado nas relações internacionais. Ainda que a substituição decisiva do naturalismo pelo positivismo como principal técnica jurisprudencial da disciplina e prática do direito internacional só tenha ocorrido do meio para o fim do século¹⁵⁵, suas origens residem nas primeiras tentativas, durante os séculos XVII e XVIII, de desvincular a lei internacional de preceitos religiosos e centrá-la na prática dos Estados¹⁵⁶.

Dentro desse estágio primordial do positivismo, destacam-se os trabalhos do jurista holandês Cornelius van Bynkershoek (1673-1743), comumente considerado como uma figura

¹⁵¹ Grovogui, 1996, p. 43.

¹⁵² Id., p. 42.

¹⁵³ Howard, 1984, p. 33.

¹⁵⁴ FENWICK, Charles G. The Authority of Vattel. *The American Political Science Review*. Vol. 07, No. 3, pp 395-410, 1913, p. 405.

¹⁵⁵ Anghie, 1999, p. 2.

¹⁵⁶ UNGERN-STERNBERG, Antje von. Religion and Religious Intervention. In: FASSBENDER, Bardo; PETERS, Anne (Orgs.) *The Oxford Handbook of the History of International Law*. Oxford: Oxford University, 2012, p. 300.

precursora da escola positivista ao mesclar os preceitos do naturalismo com uma ênfase na citação de precedentes e exemplos da dita “prática estatal” para provar a existência de normas legais e julgar a legalidade de determinados casos¹⁵⁷. Aqui as aspas se devem à ausência, à época, de conceitos como direito consuetudinário (*customary law*) e, portanto, da prática estatal como entende-se hoje, com os tratados internacionais sendo o único tipo de histórico possível de ser estabelecido¹⁵⁸. Considerando que um tratado só cria obrigações para aqueles que são parte dele, o direito internacional gerado por um conjunto de tratados, como é o caso do europeu, não é universal, constituindo assim um direito “especial” (*droit particulier*)¹⁵⁹.

Na visão de Bynkershoek, a lei das nações consiste tão somente de um acordo tácito ou formal entre participantes voluntários, o qual pode, eventualmente, ser complementado ou suprimido por alguma demanda expressa das partes¹⁶⁰. Nesse sentido, Bynkershoek defende que somente a prática dos Estados ditos civilizados adquire valor legal, instituindo as diferenças culturais como uma base para o estabelecimento de status legal, fator que será mantido e desenvolvido pelos demais autores da combinação natural-positivista¹⁶¹.

De longe, o nome mais importante dessa transição foi o jurista suíço Emmerich de Vattel (1714-1767), cuja influência no começo do século XIX chegava a ser maior que a de Grócio. Sua maior obra, *Le Droit des Gens* (1758), teve como objetivo a ampliação e popularização do trabalho menos acessível de Wolff, publicado em latim na década anterior¹⁶². Nisso, sem dúvida, Vattel foi bem sucedido, visto que a publicação de seu trabalho em francês teve uma enorme difusão entre intelectuais, juízes, diplomatas, políticos e estadistas, com uma edição em inglês sendo lançada em apenas dois anos, sendo seguida por inúmeras outras traduções e edições¹⁶³. Nos Estados Unidos em especial, sua obra foi constantemente citada por *founding fathers* como Alexander Hamilton, Thomas Jefferson e James Madison; constando também no currículo das maiores universidades norte-americanas já nos anos de 1780¹⁶⁴.

¹⁵⁷ AKASHI, Kinji. Cornelius van Bynkershoek (1673-1743). In: FASSBENDER, Bardo; PETERS, Anne (Orgs.) *The Oxford Handbook of the History of International Law*. Oxford: Oxford University, 2012, p. 1112.

¹⁵⁸ CARTY, Antony. Doctrine versus State Practice. In: FASSBENDER, Bardo; PETERS, Anne (Orgs.) *The Oxford Handbook of the History of International Law*. Oxford: Oxford University, 2012, p. 974.

¹⁵⁹ Fenwick, 1913, p. 403.

¹⁶⁰ Carty, 2012, p. 977.

¹⁶¹ Anghie, 1999, p. 9 e 21.

¹⁶² Fenwick, 1913, p. 395 a 397.

¹⁶³ Id., p. 406.

¹⁶⁴ Adler, 1995, p. 271.

Como muitos juristas do período, Vattel combinou naturalismo e positivismo em vários momentos. *Le Droit des Gens* o coloca como figura essencial para o deslocamento doutrinário em direção ao positivismo não só pelo seu alcance sem precedentes, mas também pela grande ênfase dada ao poder de autoridade do soberano, a ponto de levantar dúvidas sobre se o soberano sequer poderia se sujeitar ao direito internacional¹⁶⁵. Por outro lado, seu pioneirismo no entendimento da igualdade formal entre Estados soberanos, fruto de uma “dignidade soberana” não proveniente de poder econômico ou militar, é uma notável reminiscência das teorias de lei natural¹⁶⁶. Partindo da combinação dessas ideias, Vattel vai muito além de Wolff na defesa de uma sociedade internacional formada por Estados soberanos, iguais e independentes, os quais, em virtude de sua vontade soberana, são os únicos capazes de determinar a aplicabilidade dos direitos e obrigações internacionais¹⁶⁷.

Mesmo que o conceito de igualdade soberana constituísse muito mais uma aspiração do que uma descrição precisa das relações internacionais do período, seu impacto no pensamento iluminista é considerável, com Vattel sendo um dos defensores mais notórios da noção de uma república europeia¹⁶⁸. Por outro lado, essa percepção igualitária, que até Vattel não prevalecia nem mesmo na Europa, provou-se autodestrutiva conforme a consolidação do Concerto Europeu fornecia base às grandes potências para a reivindicação de direitos especiais não só dentro da Europa, mas, principalmente, fora dela; como fruto de suas responsabilidades de manutenção da ordem¹⁶⁹.

Eventualmente, o ideal de igualdade soberana começa a exercer funções ideológicas adicionais no pensamento internacional vindouro, dando suporte à ideia de que Estados devem atender certos critérios normativos para se qualificar como membros da “família das nações”. Mesmo que Vattel reforce em sua obra que os Estados não estão em posição de julgar a governança e a constituição interna uns dos outros, sua ideia de sociedade se torna um parâmetro a partir do qual juristas subsequentes classificaram os povos do mundo, considerando aqueles que não se encaixam em sua descrição de uma nação soberana como ilegítimos e indignos do respeito e dos direitos conferidos aos Estados dentro desse molde¹⁷⁰.

¹⁶⁵ Anghie, 1999, p. 11.

¹⁶⁶ Carty, 2012, p. 975.

¹⁶⁷ JOUANNET, Emmanuelle. Emer de Vattel (1714-1767). In: FASSBENDER, Bardo; PETERS, Anne (Orgs.) *The Oxford Handbook of the History of International Law*. Oxford: Oxford University, 2012, p. 1119.

¹⁶⁸ Pitts, 2018, p. 88 e 89.

¹⁶⁹ Bull; Watson, 1984, p. 7.

¹⁷⁰ Pitts, 2018, p. 90.

A medida que as potências europeias avançavam em seus projetos imperiais na África e na Ásia, a aplicação da leitura universalista de Vattel aos países extra-europeus revelou-se problemática para o domínio europeu. Durante os anos 1830, chineses e argelinos começaram a se utilizar de traduções de trechos relevantes da obra de Vattel para justificar sua posição no conflito e denunciar a agressão dos britânicos e dos franceses durante a Guerra do Ópio e a conquista da Argélia. No entanto, a essa altura eles apelavam para um texto que progressivamente vinha sendo substituído, em parte justamente porque seu escopo universalista o tornava útil para tais fins críticos, constringendo a posição política e militar dominante da Europa sobre os demais¹⁷¹.

O grande suplente de Vattel a partir desse período foi o diplomata e jurista norte-americano Henry Wheaton (1785-1848), cuja obra *Elements of International Law* (1836) foi o primeiro tratado de direito internacional originalmente escrito em língua inglesa e a primeira expressão eminente do positivismo que virá a predominar nos anos seguintes. Poucos anos após sua primeira edição, o livro já era amplamente considerado como o principal texto do direito internacional moderno, tornando o impacto de Wheaton no século XIX comparável aos impactos de Vattel no século XVIII e de Grócio no século XVII¹⁷².

Seu grande legado pode ser constatado no fato de que mais três edições atualizadas de *Elements of International Law* foram lançadas por Wheaton em vida, com outras doze sendo publicadas postumamente até 1944. Sua obra também foi traduzida para o francês, o italiano e o espanhol; com uma edição chinesa sendo produzida em 1864, abrindo caminho para seu uso no Japão e no resto do leste asiático, onde Wheaton serviu como manual do direito internacional europeu para os processos de ocidentalização em curso na região¹⁷³.

Apesar de uma tendência persistente, de Grócio a Vattel, de inferiorizar e discriminar os Estados não-europeus e aqueles considerados como não-civilizados; todos esses atores ainda eram considerados, em alguma medida, como parte da lei das nações até o início do século XIX¹⁷⁴. A partir da obra de Wheaton, essa visão mudou decisivamente. Wheaton descarta a hipótese da existência de uma lei das nações universal, afirmando que “a lei

¹⁷¹ Pitts, 2018, p. 120 e 138.

¹⁷² LIU, Lydia H. Henry Wheaton (1785-1848). In: FASSBENDER, Bardo; PETERS, Anne (Orgs.) *The Oxford Handbook of the History of International Law*. Oxford: Oxford University, 2012, p. 1132.

¹⁷³ Gong, 1984, p. 26 e 27.

¹⁷⁴ Anghie, 1999, p. 21.

internacional, com poucas exceções¹⁷⁵, sempre foi, e ainda é, limitada aos povos cristãos e civilizados da Europa ou àqueles de origem europeia”; ao mesmo tempo que observa uma distinção entre a lei das nações europeia e a das outras “raças da humanidade”¹⁷⁶.

Segundo esse preceito, que seria reafirmado de forma crescente nas edições posteriores de *Elements of International Law*, o direito internacional aplica-se exclusivamente aos Estados europeus até que os demais Estados sejam explicitamente admitidos à comunidade internacional por seus membros¹⁷⁷. Independente disso, Wheaton acreditava que o exclusivismo não anula a validade das pretensões de universalismo dessa lei das nações, reiterando o progresso da civilização cristã como única fonte de universalismo, tornando o direito internacional universal conforme o progresso e a disseminação do cristianismo e de sua civilização converta as nações da África e da Ásia, consideradas por ele como bárbaras e semi-civilizadas, respectivamente ¹⁷⁸.

A grande capilaridade de Wheaton nos meios intelectuais, políticos e diplomáticos não apenas dos Estados Unidos e da Europa, como também da América Latina e da Ásia possui influência relevante na obra de juristas posteriores ao recorte temporal deste trabalho, como James Lorimer, W.E. Hall, John Westlake e Thomas Lawrence, assim como na formação de um sistema mais exclusivo de diplomacia entre as décadas de 1850 e 1880¹⁷⁹. É preciso ressaltar, porém, que a grande ênfase dada por este capítulo à transformação do direito internacional do naturalismo para o positivismo não exclui a influência de outros desenvolvimentos igualmente importantes e consideravelmente próximos dessa mudança, como a ascensão do historicismo e a predominância de visões e fontes europeias na construção da lei das nações¹⁸⁰. Também importantes, a ascensão e popularização da etnografia e suas teorias de classificação e hierarquia racial serão melhor abordadas nos capítulos seguintes.

Contudo, vale reforçar que, longe de ser um desvio das teorias vigentes nos séculos anteriores, o positivismo é apenas a fase final do longo processo de alteridade não-europeia nos discursos jurídicos da Europa. Dividido em três gêneros, o primeiro surgiu no contexto

¹⁷⁵ Wheaton não menciona quais seriam essas exceções, citando apenas a opinião de autores anteriores como Grócio, Bynkershoek, Leibniz e Montesquieu. (Gong, 1984, p. 27).

¹⁷⁶ Gong, 1984, p. 27.

¹⁷⁷ Pitts, 2018, p. 120.

¹⁷⁸ Liu, 2012, p. 1133.

¹⁷⁹ Brownlie, 1984, p. 362.

¹⁸⁰ Pitts, 2018, p. 118.

eclesiástico dos descobrimentos do Novo Mundo no século XV e XVI. A emergência do segundo se deu ao longo do Iluminismo, estabelecendo hierarquias de povos e civilizações e afirmando que absoluta soberania europeia sobre os povos ameríndios. Como consequência, as distinções tradicionais entre naturalismo e positivismo no que diz respeito aos direitos de propriedade, princípios de reciprocidade e justiça não tinham nenhuma relevância particular para os outros povos dentro desse contexto. O argumento dos colonizadores era que as populações nativas eram desprovidas dos laços emocionais com a terra ou das instituições adequadas para reivindicar posse delas¹⁸¹.

Essa linha de pensamento apenas se fortaleceu com o positivismo, com Vattel, por exemplo, sustentando que os indígenas não possuíam laços físicos, legais ou emocionais aos seus territórios que fossem dignos do respeito europeu. Ao elevar a importância das características raciais, o gênero iluminista forneceu aos exploradores, comerciantes e cientistas sociais do século XIX as bases teóricas necessárias para o estabelecimento de um terceiro gênero colonial imperialista, dividindo o mundo entre os povos civilizados e não-civilizados que permeiam a teoria de Wheaton¹⁸².

Levada a cabo por um grupo de nações europeias com preocupações coloniais e expansionistas (ao qual mais tarde juntou-se os Estados Unidos), a lei internacional do meio do século XIX continuou não sendo proposta como a base ética de uma ordem universal, mas sim como uma ferramenta de hegemonia¹⁸³. A diferença é que, nesse momento, ela e seus proponentes eram mais claros e diretos a esse respeito. Partindo das conclusões de Wheaton, o pensamento legal e filosófico dos anos 1850 em diante convergia para a ideia de que a lei internacional europeia valia exclusivamente para o continente e os Estados de sua esfera cultural na América¹⁸⁴. Independente disso, a percepção da superioridade do status civilizatório da Europa destinava essa lei a ser dominante e obrigatória para todos, concedendo aos europeus o direito de ditar os termos de suas interações legais com povos considerados atrasados¹⁸⁵.

Dessa forma, somente a prática dos Estados dentro dessa categoria vista como superior era capaz de gerar lei internacional, e a única lei que contava era a gerada por eles.

¹⁸¹ Grovogui, 1996, p. 21.

¹⁸² Id., p. 25 e 51.

¹⁸³ Ibid., p. 43.

¹⁸⁴ Mesmo sendo uma ex-colônia francesa na América, a participação do Haiti dentro dessa categoria é questionável e problemática, como será desenvolvido no capítulo seguinte.

¹⁸⁵ Pitts, 2018, p. 25.

Aos outros povos, a filiação a esse sistema e o gozo de direitos legais geralmente encontravam-se obstruídos por uma série de considerações e exigências, as quais, enquanto não resolvidas, poderiam manter as relações e transações entre as partes do lado de fora da esfera legal. Tal processo auxiliava a exclusão de outras organizações políticas pelo mundo do exercício de soberania, impedindo que as mesmas pudessem fazer qualquer tipo de reivindicação legal no âmbito do direito internacional, visto que apenas Estados perfeitamente soberanos poderiam atuar como membros plenos da sociedade internacional¹⁸⁶. O significado de soberania e seu papel dentro desse sistema será abordado no próximo capítulo.

As questões coloniais pautaram muitas das preocupações do direito internacional positivista. Com isso em mente, foram desenvolvidas doutrinas e normas especiais para definir e categorizar a parcela da humanidade vista como não-civilizada, buscando maneiras de legitimar a conquista ou a cessão de seus territórios. Nesse ponto, a violência da linguagem positivista se faz evidente no processo de maculação dos outros povos, tornando-os objeto de conquista e legitimando o uso de todo tipo de violência contra eles. Portanto, os atos de definir, subordinar e excluir outros povos baseando-se em aspectos raciais e culturais não foram circunstâncias incidentais do direito internacional positivista, mas sim aspectos centrais à conceituação e ao projeto do positivismo oitocentista¹⁸⁷.

O suporte legal e ideológico do positivismo à expansão europeia e à subjugação de outros povos com base em argumentos de superioridade racial, porém, foi muito pouco ocultado tanto por seu expoentes quanto pelos estudiosos e historiadores críticos à corrente. Não obstante, ainda há espaço para críticas menos intuitivas e tradicionais, visto que alguns atributos das teorias positivistas acabaram dissimulando o que realmente ocorria na prática.

Partindo de um dos pilares do positivismo, o foco no empirismo e na prática dos Estados, o caminho lógico para a disciplina seria o de levar em conta todo o material histórico disponível aos seus formuladores¹⁸⁸, como era o caso de inúmeros tratados firmados entre os europeus e outros povos ao longo de séculos de interações comerciais e diplomáticas.

¹⁸⁶ Anghie, 1999, p. 22.

¹⁸⁷ Id., p. 4, 7 e 9.

¹⁸⁸ Autores como J. J. Moser (1701-1785), Dietrich von Ompteda (1746-1803), e G. F. de Martens (1756-1821) se destacam pela produção de coletâneas de tratados entre os países da Europa e inúmeros reinos asiáticos. Ver ALEXANDROWICZ, C.H. A Treatise by J. H. G. Justi on Asian Governments (1960-1961). In: ARMITAGE, David; PITTS, Jennifer (Orgs.). *The Law of Nations in Global History*. Oxford: Oxford University, 2017, p. 169.

Porém, ao não estender o direito internacional para outras nações do mundo, o positivismo, em seu empenho de ser empírico e abandonar a lei das nações doutrinária predominante no naturalismo, acabou ele próprio tornando-se doutrinário, adotando o que desejava das fontes históricas e rejeitando o restante¹⁸⁹. O descarte das fontes não-europeias foi instrumental na construção de um novo direito internacional pseudo-universal europeu, numa atitude que dificilmente pode ser considerada empírica, sendo fadada a falsificar a história com seu eurocentrismo doutrinário¹⁹⁰.

1.2.3 - A Condição de Estado e o ato de Reconhecimento

Para além dos fatores mencionados até aqui, várias outras concepções e práticas centrais ao campo das relações internacionais também se consolidaram durante o período dessa transição paradigmática. Dentre eles, o mais importante é o entendimento de *Statehood*, ou seja, a condição de “Estado organizado” ou “Estado formal” em oposição às sociedades descentralizadas ou desterritorializadas. Não por acaso, muito da atenção dos pensadores da lei das nações da época voltou-se para a formulação e definição do Estado e de seus mecanismos básicos de interação uns com os outros, tais como o estabelecimento e a manutenção de relações diplomáticas, o procedimento para a elaboração de tratados e a estipulação das regras de guerra e de neutralidade¹⁹¹.

Em meio à gama de critérios possíveis para a qualificação de um Estado suficientemente reconhecido como tal, os quatro componentes mais importantes são também aqueles cuja existência é mais fácil de se constatar: (1) população permanente; (2) território definido; (3) governo consolidado; e (4) capacidade de entrar em relações com outros Estados¹⁹². Por essa razão, a formação de um novo Estado historicamente foi interpretada como uma questão de fato, não de direito; e isso acabou se mostrando um fator impeditivo para o desenvolvimento de um regime legal de status territorial. No entanto, é importante ressaltar que um Estado não existe como fato da mesma maneira que um objeto físico, mas sim como um estatuto jurídico associado à determinadas circunstâncias em virtude de certas

¹⁸⁹ Alexandrowicz, 2017. p. 352.

¹⁹⁰ Id.

¹⁹¹ Brownlie, 1984, p. 359.

¹⁹² CRAWFORD, James. The Criteria for Statehood in International Law. *British Yearbook of International Law*. Vol. 48, No. 1, pp. 93-182, 1977, p. 111.

regras¹⁹³. Assim sendo, algum tipo de escrutínio legal acaba sendo demandado das partes envolvidas.

No direito internacional, o termo “reconhecimento” significa a autenticação da existência de uma entidade (Estados ou governos) ou situação (paz, alianças, beligerância, neutralidade, reivindicações territoriais), indicando que todas as consequências legais dessa existência serão respeitadas pela parte que reconhece. No século XIX, os métodos mais comuns de reconhecimento expresso consistiram em: emitir uma declaração de reconhecimento, não sendo necessário o uso do termo; responder formalmente à notificação do surgimento do novo Estado ou governo; enviar qualquer correspondência endereçada ao chefe de Estado referindo-se a ele por seu título e utilizando-se de todas as formalidades diplomáticas; e, por fim, comunicar oralmente o reconhecimento para o chefe de Estado ou ministro do novo país ou regime através de um diplomata. O processo também podia se dar de forma tácita, quando se estabelecia contato com uma nova entidade de maneira inconsistente com o não-reconhecimento e inferindo a intenção de tratá-la como um poder soberano, seja por meio do estabelecimento de relações diplomáticas ou consulares, ou com a conclusão de um tratado bilateral¹⁹⁴.

Nesse ponto, é necessário traçar uma distinção fundamental entre os reinos e impérios do velho mundo existentes há séculos e os novos Estados que surgem a partir do século XVIII. Para países há muito estabelecidos, o longo precedente de interações comerciais e militares já cumpria essa função, tornando supérflua e até mesmo absurda a demanda por reconhecimento diplomático, que nem mesmo existia como conceito durante o surgimento da maior parte dos países mais antigos. Isso valia, a princípio, para o Sultanato do Marrocos e o Xogunato do Japão tanto quanto para o Reino de Portugal e o Império Russo. A existência, independência e soberania dessas nações prescindiam inteiramente do reconhecimento por outros Estados¹⁹⁵.

Por outro lado, o surgimento da maior parte dos novos Estados pós-século XVIII se dá em territórios previamente sob autoridade europeia, com alguns estando ainda, no caso da América, completamente alicerçados na antiga estrutura colonial da Europa. Essa característica confere grande importância para o ato de reconhecimento, especialmente por parte do Estado que costumava governar a área que passa a almejar independência. E mesmo

¹⁹³ Crawford, 1977, p. 95.

¹⁹⁴ Peterson, 1997, p. 1, 86 e 87.

¹⁹⁵ Brownlie, 1984, p. 361.

nesse caso, não existia nenhum tipo de regra amplamente aceita e satisfatória determinando o que eram “Estados” para o direito internacional do século XIX, deixando a questão essencialmente à critério das considerações políticas dos outros Estados existentes¹⁹⁶.

O ato de reconhecimento crescentemente exerce o papel de oficializar a entrada de novos Estados ao sistema internacional europeu, e isso tem algumas consequências notáveis em sua expansão. Por um lado, a descentralização e a incoerência formal da prática internacional da época confere total autonomia aos países nessa questão, não faltando casos em que o reconhecimento tenha sido concedido sem a consideração objetiva de qualquer critério legal¹⁹⁷. Por outro, a consideração dos elementos básicos que caracterizam um Estado não foi inteiramente deixada de lado, ainda que normalmente esse debate só surgisse em situações onde fosse questionável a existência de algum dos quatro fatores mencionados anteriormente¹⁹⁸.

Conforme a consolidação da condição de Estado desenvolvia no ocidente uma mentalidade política baseada em Estados-Nação, a obtenção desse status tornou-se central para a participação efetiva no sistema internacional europeu no decorrer das primeiras décadas do século XIX. Aqueles que não já a possuíam historicamente precisavam passar pelo crivo do reconhecimento da “família das nações”¹⁹⁹. A ascensão de um sistema tão arbitrário, por sua vez, traz consigo uma série de conflitos em torno do ato de reconhecimento, especialmente ao envolver a emancipação de províncias e colônias rebeldes. Uma breve visão do surgimento desse processo pode ser útil para compreender alguns pressupostos da inserção internacional do Haiti e o significado de um relacionamento com os Estados Unidos pautado pela falta de reconhecimento.

Surgindo a partir da lógica da legitimidade dinástica dos governantes, a prática do reconhecimento exercia uma função estabilizadora ao conter mudanças políticas radicais. A Revolução Francesa marca o início do declínio desse sistema, abrindo a possibilidade de reconhecer um governo cuja soberania não está atrelada ao monarca e sua linhagem²⁰⁰. Além disso, o surgimento de novas formas de governo e de novos países na América criou a

¹⁹⁶ Crawford, 1977, p. 95 e 96.

¹⁹⁷ Bull, 1984, p. 121.

¹⁹⁸ Crawford, 1977, p. 107.

¹⁹⁹ Brownlie, 1984, p. 362 e 363.

²⁰⁰ WEEKS, Gregory. Almost Jeffersonian: U.S. Recognition Policy toward Latin America. *Presidential Studies Quarterly*. Vol. 31, No. 3, 2001, p. 492.

necessidade de organizar a prática dos Estados, os quais começam a buscar algum tipo de orientação legal diante dos conflitos entre metrópoles e colônias rebeldes²⁰¹.

O tema, no entanto, mostrava-se ainda obscuro, não recebendo nenhum destaque dos grandes tratados do direito internacional circulando ao início do século XIX e sendo trabalhado apenas por autores menores e relativamente desconhecidos. O debate deles em torno desse assunto opôs os partidários do tradicional legitimismo àqueles que acreditavam que a mera constatação da existência *de facto* dos elementos que constituem um Estado já eram base suficiente para seu reconhecimento²⁰². Vale destacar que para muitos dos pensadores desse último grupo o ato deveria possuir uma índole unicamente declaratória. No caso de uma colônia emancipando-se de sua metrópole, o papel de terceiros seria tão somente o de demonstrar a admissão do novo Estado a partir do instante que a metrópole abre mão de sua soberania, não lhes cabendo optar entre reconhecer ou não após esse momento, e tampouco interferir no conflito com um reconhecimento prematuro. Em ambas as hipóteses, o reconhecimento de terceiros se mostraria um ato de prudência, um dever de rotina essencialmente supérfluo²⁰³.

Mesmo que o lado legitimista tenha vivenciado seu ápice com a concepção da Santa Aliança, nem a tese deles e nem a tese “defactoista” foram plenamente seguidas na prática, visto que as soluções oferecidas pela teoria legal acabaram rejeitadas pela prática dos Estados²⁰⁴. O fracasso da formulação de uma teoria do reconhecimento deve-se especialmente ao fato de que, enquanto novos países necessitam ser reconhecidos e países estabelecidos não são obrigados a agir de acordo com nenhuma norma, estes são livres para explorar essa necessidade tanto para a obtenção de benefícios quanto como instrumento para minar seus rivais no contexto de competição entre os atores internacionais²⁰⁵. M.J. Peterson destaca que objetivos políticos se manifestam por trás dos reconhecimentos prematuros ou tardios principalmente:

- (1) expressando aprovação ou desaprovação por um novo regime em particular ou por seus métodos de tomada do poder, (2) influenciando a política do novo regime

²⁰¹ ALEXANDROWICZ, C.H. *The Theory of Recognition in Fieri* (1958). In: ARMITAGE, David; PITTS, Jennifer (Orgs.). *The Law of Nations in Global History*. Oxford: Oxford University, 2017, p. 372.

²⁰² Essa corrente é chamada por Alexandrowicz como “defactoista”, ou defensores do “defactoismo”. Tais termos também serão utilizados ao longo deste trabalho.

²⁰³ Alexandrowicz, 2017, p. 358 a 366.

²⁰⁴ Id., p. 367 e 374.

²⁰⁵ Peterson, 1997, p. 3 e 6.

ao trocar reconhecimento por concessões, e (3) afetando a escolha de governo de outro Estado ao encorajar ou desencorajar o novo regime (...)²⁰⁶.

Com a ascensão do positivismo, das teorias de hierarquia racial e da hubris cultural europeia entre 1830 e 1850, a doutrina busca se adequar à prática dos Estados passando por um último desenvolvimento relevante para o recorte temporal deste trabalho. Diante das primeiras manifestações do neocolonialismo oitocentista, juristas internacionais começaram a tentar criar uma distinção entre o reconhecimento de soberania e o reconhecimento de adesão à “família das nações” de acordo com o padrão de civilização necessário para cada um²⁰⁷. A nova tendência pode ser resumida em um pressuposto muito simples: os civilizados possuem soberania, enquanto os bárbaros não. As diferenças culturais, portanto, começam a ser traduzidas pela jurisprudência positivista como diferenças legais²⁰⁸.

Um pensador chave da transição do dualismo legitimista/defactoista em direção a um sistema baseado em cultura e civilização é Henry Wheaton, inventor de uma teoria constitutiva do reconhecimento, segundo a qual um Estado e sua soberania só se tornam verdadeiros e existentes para a lei internacional diante do ato de reconhecimento²⁰⁹. Apresentando-se na terceira edição de *Elements of International Law* (1845), o constitutivismo de Wheaton estabelece uma distinção entre soberania interna e externa, com uma dependendo da outra para tornar-se completa. Segundo essa visão, uma independência *de facto* é suficiente apenas para a existência de uma soberania interna, não mais determinando sua posição no direito internacional. A soberania externa, por sua vez, demanda a aquiescência dos membros existentes da “família das nações”²¹⁰.

E isso não apenas restringia o acesso à sociedade internacional europeia, como também abria a possibilidade de submeter os já conhecidos reinos e impérios do velho mundo a um novo teste de soberania, dessa vez medido por uma régua civilizatória. A nova doutrina de reconhecimento tornou-se fundamental tanto para o encargo de assimilar (e reassimilar) o mundo não-europeu como para a própria estrutura do sistema legal positivista. Numa indicação do rumo que a lei internacional positivista iria tomar até o fim do século, James Lorimer (1818-1890) coloca o reconhecimento com a maior premissa da lei das nações

²⁰⁶ Peterson, 1997, p. 154 e 155, tradução nossa.

²⁰⁷ Gong, 1984, p. 32.

²⁰⁸ Anghie, 1999, p. 23.

²⁰⁹ Armitage; Pitts, 2017, p. 20.

²¹⁰ Alexandrowicz, 2017, p. 371.

positivista, que divide-se essencialmente entre o reconhecimento e as relações normais e anormais resultantes da sua aplicação²¹¹.

Ao longo do recorte deste trabalho, o reconhecimento evolui de um ato quase redundante para um fator central da ordem internacional. E tal doutrina, como será demonstrado e argumentado nos capítulos seguintes, não tinha como prioridade o estabelecimento do status legal de uma determinada entidade, mas sim a afirmação do poder do ocidente de reivindicar soberania, reforçar sua autoridade de fazer tais determinações, e de tornar a soberania uma prerrogativa europeia que poderia ser concedida (integralmente ou parcialmente), negada, criada e removida de acordo com a *realpolitik* da competição por colônias e poder geopolítico²¹².

²¹¹ Anghie, 1999, p. 57.

²¹² Id., p. 59.

Capítulo II - Haiti e a Busca pelo Lugar do Estado Negro

Os primeiros quatro chefes de Estado que governaram o Haiti entre 1804 e 1843, Jean Jacques Dessalines/Jaime I (1804-1806), Henry Christophe/Henrique I (1807-1820), Alexandre Pétion (1807-1818) e Jean Pierre Boyer (1818-1843); possuíam entre si grandes diferenças em suas formas de administrar o país, baseadas em suas respectivas personalidades, trajetórias de vida e filiações sociais, que também diferiam de forma significativa umas das outras. Contudo, todos eles tinham em comum duas características importantes: a formação militar adquirida com a participação ativa nas campanhas da Revolução Haitiana, ainda que a princípio de lados diferentes²¹³; e a firme convicção em um postulado diplomático segundo o qual bastaria ao Haiti estabelecer-se como um país estável e comercialmente atrativo para que parceiros internacionais surgissem naturalmente. Portanto, o esforço de construir uma sociedade economicamente viável sobre os escombros coloniais de Saint-Domingue também constituiu um empenho para melhorar o status internacional do Haiti e conquistar aliados a partir dele²¹⁴.

Para a frustração dessa primeira geração de estadistas, tal suposição não se materializou nem na rapidez com que eles precisavam e nem da maneira como queriam em decorrência das respectivas agendas políticas das quatro grandes potências presentes na região, Grã-Bretanha, França, Estados Unidos e Espanha; que traçaram diferentes posições ao Haiti em seus planos. Em vez de vir naturalmente com a consolidação do país, a melhoria do status haitiano veio a um custo financeiro e político tão alto para o Haiti que acabou comprometendo sua capacidade de fazer jus ao dito status, com Porto Príncipe mostrando-se incapaz de conter as disputas internas de poder e a fragmentação de Hispaniola.

Isso se refletiu na virtual paralisação da política externa haitiana no intervalo de quatro anos entre a deposição de Boyer e a eleição de Faustin Soulouque (1847-1859), período no qual as relações internacionais em torno da ilha de Hispaniola já operavam de acordo com um diferente postulado diplomático geral, fruto de uma realidade internacional completamente distinta à dos anos anteriores. Os objetivos externos de Soulouque pautaram-se mais nas tentativas de recuperar o que havia sido perdido nos anos anteriores, e de manter

²¹³ Dessalines e Christophe começaram suas carreiras militares no exército de Toussaint Louverture, ao passo que Pétion e Boyer tiveram formação militar francesa, com ambos lutando contra Louverture, exilando-se na França, retornando à Saint-Domingue junto com a expedição de Charles Leclerc e eventualmente desertando frente à tentativa de restabelecer a escravidão na colônia.

²¹⁴ Fanning, 2008, p. 26.

o que ainda restava. O primeiro deveria ser cumprido por meio da reconquista da República Dominicana, enquanto o segundo só se cumpriria com a preservação e o reforço da soberania haitiana diante da resistência de agentes oficiais e não-oficiais em aceitá-la.

2.1 - Contexto geral haitiano

A deterioração da popularidade do imperador Jacques I resultante do conjunto de políticas mal sucedidas de promoção do comércio, do aumento de impostos, da imposição de rígidos regimes de trabalho e dos violentos expurgos de seu governo acabou resultando em seu assassinato por uma conspiração de seus generais em 1806. Junto com o efêmero imperador, morria também seu império com a promulgação de uma assembleia constituinte que no ano seguinte emitiu uma constituição republicana e nomeou o general Henry Christophe, um dos conspiradores, como chefe provisório do país²¹⁵.

Os próximos dois anos são palco de disputas de poder resultantes de uma série de tensões quase dicotômicas, tais como entre as novas elites negras e mestiças, e entre os interesses do norte e do sul do Haiti. O conflito em torno da dimensão dos poderes de cada uma dessas partes na construção do Estado haitiano rapidamente escala em direção a uma guerra civil entre Christophe, que se declara presidente na região de Plaine-du-Nord com o apoio das numerosas tropas locais; e o general Alexandre Pétion, outro conspirador, nomeado presidente pelo novo senado haitiano em Porto Príncipe²¹⁶.

A incapacidade de uma facção subjugar a outra trouxe um resultado inconclusivo aos primeiros conflitos, e o restante dessa guerra civil foi marcado pela ausência de combates e pela consolidação de cada um dos lados em sua respectiva parcela do país, dividindo o território do Haiti entre as duas partes beligerantes. Ao norte, a presidência de Christophe sediada na cidade do Cabo Haitiano (antiga cidade do Cabo Francês, posteriormente renomeada como Cabo Henry) eventualmente é convertida em uma monarquia em 1811, com ele assumindo o título de rei Henrique I²¹⁷. Ao sul, a presidência de Pétion se estende por duas reeleições de mandatos de quatro anos, até a promulgação de uma nova constituição em 1816 transformá-lo em presidente vitalício²¹⁸.

²¹⁵ Nicholls, 1996, p. 37.

²¹⁶ Vidas, 1971, p. 40 e 41.

²¹⁷ Forma aportuguesada de Henry I.

²¹⁸ Nicholls, 1996, p. 58 e 59.

A solidez dos fundamentos do reino e da república seria testada com a morte de seus respectivos chefes de Estado num curto espaço de tempo. Mesmo sendo o primeiro a falecer em 1818, Pétion revelou-se mais capaz de manter um regime desassociado de sua figura, com a república mantendo-se inalterada com a sucessão do general Jean Pierre Boyer e sua constituição perdurando, com duas interrupções até 1867. O reino do norte, por outro lado, deixa de existir junto com Christophe, colapsando após sua morte em 1820 e sendo reintegrado pacificamente à república de Boyer no mesmo ano²¹⁹.

O fim das guerras napoleônicas em 1815 e a normalização do comércio internacional intensificaram as trocas comerciais do Haiti, especialmente com os Estados Unidos²²⁰. O comércio com o vizinho do norte, porém, era crescentemente marcado por uma abundante compra de produtos dos norte-americanos sem que, no entanto, estes comprassem do Haiti na mesma proporção, colocando os Estados Unidos como o maior promotor dos déficits comerciais haitianos já desde a retomada do comércio entre os dois países²²¹. Ao início da década de 1820, já como um típico exemplo da divisão internacional do trabalho que se estabeleceria ao longo do século entre uma periferia exportadora de matéria prima e produtos primários e um centro exportador de produtos manufaturados, os maiores itens de exportação do Haiti eram:

café, algodão, pau-campeche, mogno, cascos de tartaruga, couros e peles, cacau, tabaco, açúcar verde (cru), ceras e gengibre; enquanto os maiores itens de importação eram artigos de algodão, artigos de ferro, artigos de lã, lençóis, talheres, vinhos, carne bovina, carne suína, peixes, farinha, banha, velas, azeite, açúcar refinado, madeira serrada (...) O comércio exterior da república estava nas mãos de comerciantes estrangeiros porque o crédito dos nativos ainda não estava estabelecido no exterior ou mesmo no Haiti²²².

O soma do valor total das exportações haitianas em 1823, por exemplo, era de cerca de trinta milhões de francos provenientes somente de três países: França²²³, Grã-Bretanha e Estados Unidos. Considerando a necessidade de descontar desse valor as quantias necessárias

²¹⁹ Vidas, 1971, p. 42 e 63.

²²⁰ Logan, 1941, p. 194.

²²¹ Trouillot, 1990, p. 53.

²²² Vidas, 1971, p. 102, tradução nossa.

²²³ Mesmo em uma situação de conflito não resolvida, entre 1816 a 1824 a França e o Haiti mantiveram relações comerciais sob bandeira simulada. A reminiscência da importância econômica da ex-colônia para a metrópole pode ser constatada no fato de que dois decretos reais, de 1816 a 1822, admitiram as mercadorias haitianas nos portos franceses na mesma categoria das mercadorias das colônias francesas da América (Eugène, 2003, p. 141).

para a manutenção geral dos campos, o Haiti naturalmente dispunha de uma receita fiscal líquida menor do que o valor de suas exportações, com as cifras evoluindo de doze milhões de francos em 1819, treze milhões e meio em 1823 e quinze milhões e meio em 1824²²⁴.

Já um pouco distantes da maior parte dos desafios materiais e políticos presentes na primeira década de independência, os primeiros anos do longo governo de Boyer foram marcados por oportunidades internas e externas que permitiriam ao presidente do Haiti a condução de relações exteriores mais dinâmicas que as de seus predecessores. Depois da reunificação do país sob um único governo, a mais importante dessas oportunidades foi a de unificar a ilha de Hispaniola sob a liderança do Haiti no dia 9 de fevereiro de 1822, após compartilhá-la por quase duas décadas inicialmente com os franceses, e depois com uma parca presença espanhola até os eventos que levaram à anexação haitiana do território. Um ano após a unificação, a população do expandido Estado do Haiti era estimada em pouco mais de 420 mil habitantes, 350 mil na parte ocidental e 70 mil na parte oriental. Tais números ainda eram menores que as cifras anteriores à revolta dos escravos, que somavam cerca de 530 mil habitantes em Saint-Domingue e 108 mil na colônia de Santo Domingo²²⁵, mas mostravam de toda forma uma lenta recuperação demográfica.

O ano de 1825 marca o início de uma nova era para o Haiti. O decreto real de 17 de abril do mesmo ano promulgada pelo rei Carlos X enfim reconhece a independência haitiana e coloca a França como o primeiro país a estabelecer relações diplomáticas formais com o Haiti. O evento pôs fim ao estado de hostilidade aberta entre a ex-colônia e sua antiga metrópole, durante o qual nenhum governo haitiano podia baixar a guarda diante da possibilidade de uma nova expedição francesa de reconquista e de um consequente restabelecimento da escravidão²²⁶. Já no ano seguinte, são recebidos no país os cônsules da Grã-Bretanha, Países Baixos, Suécia, Prússia, Lübeck e Hamburgo; demonstrando que o reconhecimento francês foi essencial para a aproximação diplomática com os europeus²²⁷.

No âmbito do Caribe, a navegação e o comércio direto entre o Haiti e as outras ilhas estavam proibidos desde os tempos de Louverture, com trocas comerciais existindo somente por meio do intermédio de embarcações estrangeiras como medida para diminuir o risco do contágio revolucionário. Começando pelas ilhas dinamarquesas e holandesas, as barreiras ao

²²⁴ Blancpain, 2016, p. 149.

²²⁵ Vidas, 1971, p. 100.

²²⁶ Id., p. 49.

²²⁷ Gaffield, 2015, p. 190.

comércio com o Haiti na região começaram a cair a partir de 1825. Com exceção das colônias espanholas e do sul dos Estados Unidos, os marinheiros haitianos já tinham liberdade de desembarcar em qualquer porto caribenho de 1830 em diante²²⁸.

A extensa análise das relações diplomáticas do Haiti nesse período nos permite traçar um quadro geral dos primeiros quinze anos após o reconhecimento, que pode ser definido em dois núcleos principais. O primeiro é o núcleo da aproximação e aprofundamento constantes de relações comerciais e diplomáticas, formado pela Grã-Bretanha e pela França (incluídas as colônias caribenhas de ambas), ainda que o processo com os franceses tenha transcorrido de uma forma intranquila e conturbada que quase resulta em um conflito aberto. O outro núcleo é o da hostilidade constante, formado pela Espanha (incluídas também suas colônias) e pelos Estados Unidos, ainda que parte dos norte-americanos mantivesse com o Haiti relevantes relações informais de comércio através dos portos do norte. Pode-se mencionar ainda um terceiro núcleo, menos importante que os demais, formado pela Grã-Colômbia e pelos demais países independentes da América Latina, entre os quais prevalece uma postura distante e indiferente ao Estado haitiano a despeito da assistência dada nos tempos de Pétion à causa de Simon Bolívar e de outros revolucionários ao redor do Caribe. Esse recolhimento se consolida especialmente a partir do congresso do Panamá, realizado em 1826.

Para além da abertura para uma aproximação com as demais nações europeias sem o custo de se indispor com a França, o estudo da bibliografia também nos permite elencar uma série de consequências importantes do ato do reconhecimento francês que definirão a política haitiana em âmbito interno e externo, dentre elas: (1) o fim da ameaça de invasão e reconquista francesa que orientou a diplomacia haitiana desde seu surgimento; (2) a gradual redução do exército e dos gastos militares proporcionalmente altos do país em função da ameaça externa citada; (3) a liberação de uma importante parcela da população masculina do serviço militar para a agricultura; (4) a imposição de uma grande indenização para a França em troca de seu reconhecimento, colocando grande pressão nos cofres públicos haitianos e exigindo uma intensificação da produção agroexportadora; e, por fim e intimamente relacionado com a consequência anterior, (5) o abalo do equilíbrio do contrato social haitiano e o comprometimento da estabilidade dos chefes de Estado do país desse ponto em diante.

Avançando no tempo entre a queda de Boyer e a ascensão de Soulouque, já cinquenta anos após o início da Revolução Haitiana, o incômodo dos observadores estrangeiros com o

²²⁸ Vidas, 1971, p. 103.

Haiti já não era tão relacionado ao temor de uma propagação do fogo revolucionário. A propagação que mais lhes chamava a atenção nesse momento era a da vegetação nativa sobre as ruínas dos engenhos de açúcar há muito abandonados pelos camponeses haitianos. Na visão dos norte-americanos e europeus que visitaram o país entre as décadas de 1840 e 1850, o virtual desaparecimento das vastas *plantations* e a substituição de seus antigos campos tanto pela selva caribenha quanto pela agricultura de subsistência era uma evidência trágica do declínio do Haiti. Com relação aos haitianos, a opinião dos ocidentais desaprovou-os ou pela “indolência” e “ociosidade” ao se afastarem da rotina de intenso trabalho braçal comum aos negros do restante do continente, ou pelas práticas “primitivas” e “anti-econômicas” dos pequenos fazendeiros que se dedicavam à produção de alimentos em baixa escala no lugar do cultivo de *commodities*²²⁹.

Os índices de produção açucareira da antiga colônia de Saint-Domingue de fato nunca se recuperaram durante a existência soberana do Haiti. Ainda que os primeiros chefes de Estado do país estivessem igualmente comprometidos com a abolição definitiva e permanente da escravidão no território haitiano, essa convicção coexistiu com o desejo e a necessidade de ter um desempenho produtivo similar ao dos tempos coloniais²³⁰. Não obstante, a decadência prevalece apesar dos esforços seguidos de Louverture, Dessalines, e Christophe em preservar o máximo possível daquele modo de produção agroexportador utilizando-se de um sistema de agricultura militarizada que permitiu a emergência de uma classe de grandes proprietários que se tornou uma importante força reacionária na política haitiana²³¹.

Tendo a escravidão brutal nos canaviais como memória recente, o campesinato haitiano num geral carregava um grande desprezo pelo cultivo do açúcar, que exigia o emprego de grandes propriedades e um ritmo intenso de trabalho que no país só poderia angariar trabalhadores suficientes por meio de coerção e políticas de restrição de liberdade²³². Atendendo aos anseios específicos da sociedade rural haitiana e à necessidade do país em se inserir na economia global, o café, como já citado, acabou se tornando o principal produto de exportação do Haiti, sendo compatível com a agricultura familiar de subsistência escolhida

²²⁹ Gonzalez, 2019, p. 16 e 25

²³⁰ Trouillot, 1990, p. 49.

²³¹ Plummer, 1992, p. 25.

²³² Gonzalez, 2019, p. 4.

pela maior parte da população, e de certa forma protegendo-a da exploração intrínseca ao sistema de *plantation*²³³.

Na república de Pétion, houve um enfoque muito maior na venda e distribuição de pequenas parcelas de terra agrícola do que no reino de Christophe, onde predominaram grandes latifúndios estatais e particulares²³⁴. A divergência fundiária entre as duas partes era a manifestação do dilema que pairou sobre os primeiros líderes haitianos. Um sistema autoritário de grandes propriedades voltadas para a exportação de *commodities*, como o do rei, foi capaz de manter uma produtividade e uma acumulação de capital maior²³⁵. Como consequência, ao longo de dez anos o reino tornou-se muito mais rico que a república. Por outro lado, o mesmo sistema gerava muito mais tensão social ao colidir com a visão de liberdade das massas que fundamentou a Revolução Haitiana²³⁶. Igualmente como consequência, Christophe tirou a própria vida enquanto a população amotinada marchava em direção ao seu palácio.

A absorção do riquíssimo território do norte por Boyer resulta novamente na coexistência desses dois sistemas e, diante das necessidades financeiras do Estado e suas elites e do temor de uma escassez de trabalhadores no setor agroexportador, o presidente busca desacelerar o processo de formação de uma classe de pequenos proprietários de terra que começava a dificultar o recrutamento de mão-de-obra camponesa nos latifúndios que ainda restavam. As principais medidas do governo Boyer nessa direção foram a interrupção da alocação e da venda de terras estatais em 1821, e a aprovação, já no contexto do débito exorbitante com a França, do seu célebre *Code Rural* em 1826, com políticas de fixação dos camponeses em determinados latifúndios e de punição da vadiagem²³⁷. O tratamento preferencial à agricultura de *plantation*, porém, não foi efetivo para interromper seu declínio contínuo iniciado no sul durante o regime de Pétion e no norte logo após a morte de Christophe, tornando a tentativa de Boyer em restabelecer a agricultura militarizada um ato

²³³ Plummer, 1992, p. 21.

²³⁴ Nicholls, 1996, p. 54.

²³⁵ Entre 1806 e 1810, a produção de café no território de Christophe quase dobra de 5.608.253 libras para 10.232.910 libras, enquanto que a produção de açúcar dispara de 522.229 libras em 1810 para 6.2 milhões de libras em 1815, num aumento de quase doze vezes em cinco anos (Fanning, 2008, p. 38).

²³⁶ Trouillot, 1990, p. 50.

²³⁷ Nicholls, 1996, p. 61 e 68.

de desespero das elites haitianas diante de sua própria incapacidade de atrair mão-de-obra para as *plantations* e de ali retê-la²³⁸.

Por mais que o modelo tenha sido aclamado por observadores britânicos e reproduzido na Jamaica na década seguinte, o projeto de reorganização do campo acabou fracassando em meio ao crescimento da tensão entre o governo e o campesinato. Como resultado, a crescente predominância do sistema de trabalho camponês provocou um declínio das exportações em geral em direção aos anos finais da era Boyer, reduzindo as reservas de moeda estrangeira precisamente quando o Estado haitiano mais precisa de capital para pagar seus débitos com a França²³⁹. Não por coincidência, a maior queda se registra justamente nas exportações de açúcar, que caem de dois milhões e meio de libras em 1820 para seis mil libras em 1842²⁴⁰. Os prejuízos que isso representava ao Estado e às elites eram, por sua vez, percebidos de forma oposta pela população rural do país, para a qual o colapso da economia açucareira e o abandono de sua infraestrutura representava um sucesso prometido desde o êxito da Revolução Haitiana²⁴¹.

Nesse ponto, o historiador Johnhenry Gonzalez (2019) inverte a relação de causa e efeito da narrativa tradicional de que o Haiti se torna uma nação de pequenos agricultores por conta do colapso do sistema de *plantation*, sendo que, na realidade, a falência do sistema se deu porque uma grande porcentagem dos haitianos resolveu se dedicar à agricultura familiar e ao plantio de alimentos de forma autônoma em pequenas propriedades²⁴². A predominância da cultura e dos valores africanos no meio rural do país tem um papel central nesse fenômeno, tendo em vista que:

Na concepção global do mundo, entre os africanos, o tempo é o lugar onde o homem pode, sem cessar, lutar pelo desenvolvimento de sua energia vital. Tal é a dimensão principal do “animismo” africano (...) Defender-se contra qualquer diminuição de seu ser, desenvolver a saúde, a forma física, a extensão de seus campos, a grandeza de seus rebanhos, o número de filhos, de mulheres, de aldeias, este é o ideal dos indivíduos e das coletividades. E essa concepção é incontestavelmente dinâmica²⁴³.

²³⁸ Trouillot, 1990, p. 60.

²³⁹ Id., p. 49.

²⁴⁰ Nicholls, p. 62 e 69.

²⁴¹ Gonzalez, 2019, p. 4.

²⁴² Id., p. 16.

²⁴³ HAMA, Boubou. KI-ZERBO, Joseph. Lugar da História na Sociedade Africana. In: *História Geral da África. Volume I - Metodologia e Pré-história*. Brasília: UNESCO, 2010, p. 31 e 32.

Nesse sentido, a população rural converteu, à revelia do Estado haitiano, a colônia com um dos regimes de trabalho mais intensivos do Atlântico em uma sociedade agrícola com o mais bem distribuído padrão de propriedade de terras de qualquer outra região pós-*plantation* das Américas. Os haitianos que se recolheram para o interior do país nesse período foram capazes de reverter os ciclos de fome comuns aos tempos de Saint-Domingue e das guerras revolucionárias. Com um ritmo relativamente moderado de trabalho, os pequenos agricultores eram capazes de produzir um excedente de alimentos suficiente para o estabelecimento de um mercado interno capaz de alimentar o país e até mesmo de permitir a exportação de alimentos pela primeira vez na história de Hispaniola²⁴⁴.

A força da identidade cultural e cosmológica africana entre a maioria da população haitiana contrastava com a permanência de uma inclinação e predileção das elites urbanas pelos padrões culturais e religiosos franceses e europeus em geral²⁴⁵. Tais diferenças se manifestavam também na confrontação entre a autoimagem de uma sociedade de pequenos produtores rurais recolhidos ao interior e às montanhas e mais fechada ao mundo atlântico, o qual eles não viam motivo para fazer parte; e a de um país forjado no seio da formação desse mundo hemisférico e, portanto, parte vital e atuante do fluxo de pessoas, mercadorias e ideias que o caracterizava. A contradição entre essas duas facetas de uma mesma nação fez com que o republicanismo e o liberalismo competissem respectivamente com uma tradição autoritária e com o desenvolvimento incompleto das forças de mercado no país, fazendo com que uma faceta limitasse o pleno amadurecimento da outra²⁴⁶.

Considerando que tanto os integrantes das massas quanto os das elites se levantaram violentamente contra a França, a relação do país com o mundo externo era fruto de uma consciência por vezes conflitante que oscilava entre atos como a absorção da moda parisiense e da literatura europeia e atos como a rejeição consciente e ostensiva das influências ocidentais²⁴⁷. O embate entre a aceitação e a negação do que vinha do estrangeiro foi um fenômeno frequente na política e na cultura do Haiti do início do século, mas foi se arrefecendo entre as elites com o avançar das décadas e da reaproximação econômica e cultural com a Europa.

²⁴⁴ Gonzalez, 2019, p. 1, 4 e 8.

²⁴⁵ Nicholls, 1996, p. 11.

²⁴⁶ Plummer, 1992, p. 25.

²⁴⁷ Id., p. 21.

Alianças pessoais com europeus frequentemente se revelaram importantes para o desenvolvimento de redes de negócios ou mesmo para a obtenção de uma proteção especial diante das arbitrariedades dos governos haitianos. Reminiscente dos tempos coloniais, a valorização dos fenótipos e maneirismos caucasianos continuou exercendo no país um papel de mobilidade socioeconômica semelhante ao ocorrido no resto das Américas, contrapondo a imagem geral do campesinato negro, analfabeto e praticante do vodou com a imagem de uma classe urbana educada em universidades francesas, cristã e seguidora da etiqueta europeia²⁴⁸.

Sendo um produto inescapável de sua configuração doméstica, a posição externa do Haiti no contexto internacional da metade do século XIX sem dúvida foi prejudicada pelos campos de açúcar sendo retomados pela vegetação nativa, assim como pela sucessão de autoritarismos, conflitos políticos e sucessões de poder que pareciam possíveis somente por meio de golpes, assassinatos, guerras civis e separações territoriais²⁴⁹. Como veremos, os europeus e principalmente os norte-americanos formaram a partir dessas cenas a impressão de que o enorme potencial econômico da antiga colônia mais lucrativa do mundo estava sendo desperdiçado às custas de um projeto de nação tido por eles como bárbaro e atrasado, afetando negativamente a percepção do Haiti como um país *treaty-worthy*.

E sendo o Haiti ainda o único Estado-nação moderno e independente fundado aos moldes ocidentais a ser construído e constituído por indivíduos africanos e descendente de africanos²⁵⁰, o país por vezes era tomado por observadores internacionais como representante da capacidade de autogoverno de todas as pessoas negras e um experimento da viabilidade de conceder-lhes autonomia e direitos políticos²⁵¹. O declínio geopolítico do país nas décadas de 1840 e 1850 reforça a oposição ocidental a medidas dessa natureza e fortalece a tendência de considerar os negros como incapazes de articular, elaborar e praticar política, não possuindo, conseqüentemente, direito à soberania do nível individual ao nacional²⁵². Em meio à ascensão do racismo científico, esse pensamento começa a ganhar contornos biológicos.

²⁴⁸ Plummer, 1992, p. 65.

²⁴⁹ FISCHER, Sybille. Bolívar in Haiti: Republicanism in the Revolutionary Atlantic. In: CALARGÉ, Carla; DALLEO, Raphael; DUNO-GOTTBERG, Luis; HEADLEY, Clevis (ed.). *Haiti and the Americas*. Jackson: University of Mississippi, 2013, p. 45.

²⁵⁰ O Haiti só receberia companhia dentro dessa categoria com a declaração de independência da República da Libéria em 1847. Ainda que um grande número de antigos e novos reinos africanos seguisse independente nesse período, a ampla aceitação de um deles como entidade moderna, independente e soberana pela sociedade internacional europeia só se deu com a admissão da Etiópia à Liga das Nações em 1923 e, depois disso, com a independência de Gana em 1957.

²⁵¹ Nicholls, 1996, p. 4.

²⁵² Salt, 2019, p. 25 e 33.

Mesmo que já tivessem conquistado o reconhecimento diplomático das principais potências europeias, os líderes haitianos rapidamente tiveram que encarar a realidade de que nem todos os povos do mundo eram tidos como igualmente *treaty-worthy*, e que legitimidade internacional era algo difícil de se obter, porém, especialmente naquela época, bastante fácil de ser perdido²⁵³. O avançar da primeira metade do século XIX em volta do mundo foi um contexto no qual os norte-americanos, britânicos e franceses, dentre outras coisas sob a justificativa de levar civilização onde ela era percebida como insuficiente, começaram a se expandir de forma agressiva às custas principalmente dos territórios e da soberania de povos como os mexicanos, os indianos e os argelinos. Ao lidar com as superpotências em sua posição de pequeno país negro às margens da sociedade internacional, o Haiti também viu sua soberania ser constantemente depreciada e por vezes ameaçada.

E tal tendência fica evidente ao se analisar tanto as circunstâncias das negociações para o reconhecimento do Haiti quanto para o recebimento (ou no caso dos Estados Unidos o não-recebimento) no Haiti como uma entidade soberana no sistema internacional europeu, nas quais a cor da pele dos haitianos seguia sendo um fator problema para a soberania do país ser levada a sério. Se o Haiti vivia um dilema social resultante não menos pelo desprezo das elites haitianas ocidentalizadas pela preservação dos hábitos africanos das massas, muitos europeus e norte-americanos, movidos por noções de hierarquia racial, mostraram desprezo por todos os haitianos, fossem eles parte das massas ou das elites²⁵⁴.

A racialização das diferenças engendrada por eles frequentemente desafiou a soberania haitiana por meio de racismos velados contra líderes, autoridades e agentes haitianos dentro de contextos comerciais, militares e diplomáticos nos quais o Haiti se inseriu nos planos estrangeiros²⁵⁵. Sendo o Estado apenas um abstrato coletivo incapaz de obter algo senão através de seus agentes humanos designados, por meio dos quais o Estado exerce seus direitos, cumpre suas obrigações e compromete seus recursos e sua reputação em relações com outros Estados²⁵⁶, a recusa ou o deboche ao lidar com indivíduos haitianos em posições de poder por conta de seus traços físicos e da cor de sua pele essencialmente prejudicava o funcionamento do Estado haitiano e a efetividade de sua soberania.

²⁵³ Gould, 2012, p. 13.

²⁵⁴ Trouillot, 1990, p. 50.

²⁵⁵ Salt, 2019, p. 25.

²⁵⁶ Peterson, 1997, p. 1.

Portanto, não era incomum que um agente estrangeiro, seja ele representante formal de seu governo ou um cidadão particular fazendo negócios, como era o caso mais comum aos Estados Unidos que não reconheciam a independência haitiana, expressasse sua frustração ao não conseguir o que queria do Estado haitiano tratando seus agentes de forma racista e o país como uma entidade carente de controle externo²⁵⁷. E é dentro deste e dos demais contextos mencionados do início do capítulo até aqui que serão explorados os temas da peculiar relação do Haiti com os Estados Unidos entre 1825 e 1850, assim como outros temas auxiliares ao entendimento deste.

2.1.1 - As estratégias internacionais do Haiti

Ao longo da grande narrativa da expansão da sociedade internacional europeia organizada por Adam Watson e Hedley Bull e utilizada extensamente ao longo deste trabalho, o Haiti é citado relativamente pouco. A maioria das menções, como será abordado neste capítulo, é pouco lisonjeira; sendo algumas inclusive factualmente incorretas. Em seu capítulo sobre os novos Estados americanos, Watson afirma que a participação “um tanto nominal” do Haiti na sociedade internacional depois de seu reconhecimento deveu-se primeiro ao preconceito ocidental, mas também a um suposto desinteresse geral dos governantes haitianos em participar formalmente da comunidade internacional. As ambições internacionais haitianas limitavam-se, segundo Watson, ao exercício de soberania sem interferência externa e à obtenção de facilidades para a condução do comércio e a contração de dívidas²⁵⁸.

Diferente do que se afirma, as lideranças haitianas não buscavam o ostracismo e nem conduziram nenhum tipo de política intencional de isolamento internacional. Por vezes com momentos políticos e econômicos graves em âmbito doméstico, o Estado haitiano ao longo de várias décadas se utilizou de ofensivas diplomáticas para mitigá-los²⁵⁹. Sempre cientes de suas próprias limitações territoriais e demográficas, além de fatores econômicos como o insulamento de boa parte da população fora da economia nacional, os sucessivos governos do Haiti tiveram de traçar objetivos rigidamente limitados para sua política externa. A rivalidade existente entre as grandes potências do Caribe e a proximidade geográfica com uma grande sociedade escravista como os Estados Unidos, especialmente em sua fase expansiva; também

²⁵⁷ Salt, 2019, p. 16.

²⁵⁸ Watson, 1984, p. 133.

²⁵⁹ BELLEGARDE-SMITH, Patrick. Haiti: Perspectives Of Foreign Policy: An Essay on the International Relations of a Small State. *Caribbean Quarterly*. Vol. 20, No. ¾, pp. 21-38, 1974, p. 26.

exigiam um alto nível de pragmatismo dos diplomatas haitianos²⁶⁰. E isso se agrava de forma dramática com a independência da República Dominicana, que será abordada mais adiante.

Os primeiros vinte anos da existência haitiana exortaram um pragmatismo voltado para a defesa local da sobrevivência soberana do país e para a busca hemisférica do reconhecimento desse direito. Parte vital desse esforço estava na manutenção de um grande exército, que em seu auge durante o governo Boyer chegou a contar com quarenta mil soldados, o que consumia mais da metade do orçamento do país²⁶¹. Apesar do grande custo de oportunidade em cima de outras prioridades nacionais como a infraestrutura e a educação, os gastos militares se justificavam não apenas pela ameaça francesa, mas também pela existência na região do Caribe de considerável quantidade de conspirações escravas, tanto reais como imaginadas. A proximidade geográfica destas com um país fundado na revolta de escravizados evidentemente suscitou suspeitas de envolvimento ora de cidadãos avulsos, ora do próprio Estado haitiano, o que trouxe ao país um risco constante de intervenção estrangeira também por parte da Grã-Bretanha, da Espanha e dos Estados Unidos²⁶²

Uma análise das estratégias hemisféricas de Porto Príncipe necessariamente devem começar por Dessalines, cuja violência e agressividade contra as instituições da escravidão e do colonialismo dentro dos limites de Hispaniola não se traduziram numa postura externa hostil às nações vizinhas, a maioria delas impérios coloniais, e todas escravocratas. Pelo contrário. Dependente do comércio com os Estados Unidos e com a Grã-Bretanha e em busca da proteção destes contra um possível contra-ataque francês, Dessalines tinha consciência da necessidade de assegurar às nações além da França que o país não representava uma ameaça à segurança de seus territórios e de suas colônias²⁶³. As garantias do general em não interferir nas colônias vizinhas e fazer da emancipação geral e violenta dos escravizados uma revolução confinada a um único país chegaram ao ponto de proibir a saída de qualquer haitiano do país como prova deste compromisso²⁶⁴.

Tal política geral de não-interferência seria mantida e reproduzida por todos os governantes haitianos da primeira metade do século XIX, mas ela nunca foi tão crucial quanto nos primeiros dois anos da existência soberana do país. No instante da independência

²⁶⁰ Bellegarde-Smith, 1974, p. 35.

²⁶¹ Fanning, 2008, p. 51.

²⁶² Horne, 2015, p. 121.

²⁶³ Nicholls, 1996, p. 36.

²⁶⁴ Vidas, 1971, p. 30.

haitiana, era imperativo cultivar a boa vontade da Grã-Bretanha, que poderia muito bem utilizar sua esquadra para impedir a entrada de suprimentos e a saída de açúcar e café do país caso sentisse uma ameaça à paz dos seus domínios nas Antilhas²⁶⁵. A esse respeito, ele declara de forma inequívoca e especialmente voltada para os britânicos na vizinha Jamaica:

Devemos nos policiar para que o espírito do proselitismo não destrua nosso trabalho; permitamos que nossos vizinhos respirem em paz, vivendo pacificamente sob as leis feitas por eles, e não permitamos que nós, revolucionários abrasadores, nos ergamos como legisladores das Antilhas e, para dar consistência a nossa glória, perturbemos a tranquilidade das ilhas que nos cercam; elas não foram, como esta que habitamos, lavadas pelo sangue inocente de suas populações; elas não possuem vingança para extrair contra a autoridade que as protege²⁶⁶.

Essa postura foi resumida pelo slogan “paz aos nossos vizinhos e anátema ao nome da França”, de quem o Haiti ainda era inimigo e cujas colônias e escravizados Dessalines lamentou não poder libertar²⁶⁷. O país evidentemente não estava em condições e nem em posição para organizar e lançar qualquer tipo de ataque naval no Caribe, e o esforço empreendido para assegurar os vizinhos era tanto fruto da consciência da fragilidade de suas defesas perante uma possível invasão europeia quanto uma forma de ganhar tempo para construir fortificações e se preparar para um contra-ataque francês²⁶⁸. A prontidão militar e a consolidação interna também serviam de base para a formação consciente de uma imagem externa do Haiti encarregada de sinalizar ao mundo que o país era formado não por bandos de escravos, mas sim por homens amantes de sua própria independência e comprometidos com a defesa dela²⁶⁹.

Com relação aos Estados Unidos, que ainda não possuíam projeção militar fora de seu território, os esforços de aproximação de Dessalines foram na direção de mostrar cordialidade e interesse na continuação da cooperação vigente nos anos de John Adams e Toussaint L'Ouverture em decorrência da chamada *Quasi-War* (1798-1800) entre os norte-americanos e os franceses²⁷⁰. Para isso, antes mesmo da independência o general escreveu diretamente ao presidente Thomas Jefferson para expressar sua amizade com o país e o desejo de fortalecer as relações comerciais. Subestimando a animosidade de Jefferson com a

²⁶⁵ Vidas, 1971, p. 14.

²⁶⁶ Bellegarde-Smith, 1974, p. 28.

²⁶⁷ Gaffield, 2015, p. 53 e 74.

²⁶⁸ Bellegarde-Smith, 1974, p. 28.

²⁶⁹ Jenson, 2012, p. 5.

²⁷⁰ Matthewson, 1995, p. 232.

Revolução Haitiana e seu alinhamento com a classe latifundiária de Virgínia, Dessalines nunca foi respondido, e os Estados Unidos rumaram na direção contrária aos seus apelos proibindo o comércio com o Haiti em 1806²⁷¹. Essa seria a primeira de uma série de correspondências não respondidas de estadistas haitianos para suas contrapartes norte-americanas, estabelecendo o tom geral que prevalecerá na relação entre os dois países pelas próximas cinco décadas.

A presunção de inconsequência e impunidade de Dessalines ao promover massacres contra os franceses e contra a população hispânica do leste revela-se infundada diante do desgaste de seu capital diplomático e do *treaty-worthiness* do país com a má repercussão internacional de seus atos e do fortalecimento dos discursos legitimistas mesmo entre os inimigos da França. A subsequente divisão do Haiti entre os Estados de Christophe e Pétion agrava a percepção do país como *treaty-worthy* diante da importância de fatores como união e coesão nacional, sem os quais diplomatas e comerciantes estrangeiros não podiam esperar submeter-se aos mesmos regulamentos e proteções em todos os portos haitianos²⁷². Outras insurreições menores e mal-sucedidas nesse mesmo período possivelmente intensificaram as expectativas internacionais dos já minúsculos territórios do sul e do norte acabarem se fragmentando em soberanias ainda menores²⁷³.

Apesar das diferenças de estilo e organização interna, a república e o reino mantiveram uma frente majoritariamente unificada na política externa, a qual seguiu baseando-se na defesa da independência e soberania haitiana e na busca por reconhecimento internacional²⁷⁴. Outra semelhança importante entre eles era que, em contraste com Dessalines, tanto Christophe quanto Pétion tentam em alguma medida reabilitar e realçar o legado europeu do Haiti, mais especificamente a identidade francesa, como estratégia externa para uma integração cultural à sociedade internacional europeia. Afinal de contas, as noções de civilizados e civilização, tão valorizadas como características intrínsecas dos participantes desta sociedade internacional, estavam inequivocamente ligadas à imagem do francês²⁷⁵.

Partindo desse princípio, a atuação externa mais notável do reino foi o grande envolvimento pessoal de Christophe com a causa abolicionista na Grã-Bretanha, financiando

²⁷¹ Fanning, 2008, p. 33 e 34.

²⁷² Gaffield, 2015, p. 89.

²⁷³ Fischer, 2013, p. 45.

²⁷⁴ Bellegarde-Smith, 1974, p. 25.

²⁷⁵ Elias, 2000, p. 27.

o trabalho de grandes abolicionistas britânicos como Thomas Clarkson e William Wilberforce, com os quais o rei desenvolveu relações pessoais por meio de assídua correspondência²⁷⁶. Clarkson, em especial, atuou como conselheiro e representante não oficial de Christophe na Europa, utilizando-se de sua influência para tentar angariar reconhecimento e apoio político ao Haiti²⁷⁷. Além de considerar os britânicos como o povo mais dedicado à causa da abolição e o mais capaz de promovê-la, o rei, nascido na colônia britânica de Granada, também admirava profundamente a Grã-Bretanha, considerando o país como o modelo a ser seguido pelo Haiti. Tal estima se converte em ações como a instauração do inglês como segunda língua oficial do reino e o incentivo à prática do protestantismo²⁷⁸. Tal esforço, no entanto, não foi suficiente para aplacar as hesitações britânicas e impedi-los de entrar em um acordo secreto com os franceses em 1814, que será abordado mais adiante.

Ao sul, a inclinação francófila de Pétion tornou a república a escolha preferencial de negociação dos franceses²⁷⁹. De fato, ele inicialmente mostrou-se flexível com a causa da independência haitiana e aberto ao estabelecimento de um protetorado ou um regime de suserania. Ao ficar clara a intenção francesa de recolonizar o país e restaurar a escravidão, as negociações foram suspensas enquanto Pétion ocupou a presidência. A partir de então, o presidente faz coro à postura de Christophe ao deixar claro que rejeitaria qualquer acordo que não resultasse no reconhecimento total da independência haitiana. A diferença decisiva dessa posição com a do reino seria a disposição da república em pagar uma compensação aos latifundiários franceses expulsos do Haiti em troca da normalização das relações com a ex-metrópole, que foi mantida por Boyer²⁸⁰.

A principal divergência entre os métodos diplomáticos das duas partes encontrava-se justamente na questão do intervencionismo nas regiões vizinhas. Christophe mantém a estrita política de não-intervenção de Dessalines, oficializando-a ainda na constituição republicana de 1807, na qual é dedicada uma seção inteira para a garantia da segurança das colônias vizinhas. Nos dois artigos desta seção, o Haiti declara aos poderes coloniais sua determinação inabalável em não gerar perturbações aos governos das mesmas, reafirmando também a

²⁷⁶ Nicholls, 1996, p. 46.

²⁷⁷ Fanning, 2008, p. 43.

²⁷⁸ Vidas, 1971, p. 49.

²⁷⁹ Bellegarde-Smith, 1974, p. 25.

²⁸⁰ Nicholls, 1996, p. 48 a 50.

desinclinação do país em empreender conquistas fora de sua própria ilha, reservando o uso da força para a preservação do próprio território²⁸¹.

Pétion, por sua vez, adota uma estratégia quase oposta. Primeiramente, dentre os princípios de seu governo estabelecidos na constituição de 1816 estava a concessão de cidadania a todas as pessoas de origem africana ou indígena que conseguissem chegar até o país e residirem ali por um ano²⁸², o que, apesar de não necessariamente incitar a fuga de escravizados na região, certamente tinha o potencial de recompensá-la. Segundo, e mais importante, foi o notório fornecimento de assistência direta a um número considerável de grupos revolucionários provenientes das guerras da América espanhola, fazendo de Pétion o pioneiro do Pan-Americanismo. No cálculo estratégico do presidente, a escolha representava a opção de menor risco devido ao fato da Espanha ser a grande potência mais vulnerável da região, o que tornava-a incapaz de retaliar por já estar lutando por sua sobrevivência política nos dois lados do Atlântico²⁸³.

A ameaça francesa, e a falta de aliados na América e na Europa com a recusa de seus dois únicos parceiros comerciais formais, Estados Unidos e Inglaterra, em reconhecer a independência haitiana tornava o prospecto da independência de novas repúblicas americanas uma grande possibilidade de consolidar a posição do Haiti através de laços comerciais e diplomáticos com esses países. Desde sua época como comandante da cidade de Jacmel, ainda sob o império de Dessalines, Pétion já fornecia apoio ao revolucionário venezuelano Francisco de Miranda em 1806, mostrando que a futura transformação do Haiti em um dos principais pontos de refúgio, encontro e de organização para os libertadores da América espanhola era resultado da união de considerações estratégicas com as convicções ideológicas que viriam predominar na república do sul²⁸⁴.

Enquanto presidente, Pétion ainda proveria assistência às causas mal sucedidas como a revolta negra do cubano José Antonio Aponte²⁸⁵ em 1812, e a luta de independência de

²⁸¹ Acacia; Dubois; Gaffield, 2013, p. 85.

²⁸² Id., 2013, p. 93.

²⁸³ Bellegarde-Smith, 1974, p. 29.

²⁸⁴ Vidas, 1971, p. 36 e 54.

²⁸⁵ Militar de origem yorubá e ativista político, Aponte é tido como um dos líderes de uma organização que, munida de cerca de 300 fuzis recebidos do Haiti em 1811, atacou no ano seguinte plantações de açúcar nos arredores de Havana com o objetivo de libertar seus escravos e formar um movimento para abolir a escravidão em Cuba.

Francisco Xavier Mina²⁸⁶ no México em 1817²⁸⁷. Dentre as ondas de refugiados e exilados políticos que se asilaram no Haiti, o mais notório a desembarcar no país foi Simón Bolívar, cuja estadia de quase um ano no país lhe rendeu o apoio de Pétion às duas expedições lançadas contra o continente, com a segunda sendo bem sucedida no ataque contra os exércitos realistas e dando início às campanhas que possibilitaram a emancipação dos territórios da Venezuela, do Equador e da Nova Granada²⁸⁸. Não podendo perder de vista seus ganhos estratégicos, Pétion necessariamente precisava auxiliar grupos comprometidos com a abolição da escravidão, que tornou-se sua maior condição para o fornecimento de armamentos e voluntários à causa de Bolívar²⁸⁹. O comprometimento do revolucionário com o fim da escravidão, porém, acabou se mostrando mais simbólico que concreto, tendo em vista que o sistema só veio a ser definitivamente abolido na região ao longo da década de 1850.

2.2 - O relacionamento do Haiti com as potências europeias e a primeira onda de reconhecimento

Antes de abordar em maior detalhe o relacionamento do Haiti com os Estados Unidos, convém abordar a interação do país com as demais potências europeias locais e suas especificidades, com enfoque no processo geral de reconhecimento da independência haitiana por cada uma. Para fins de referência e visualização, a tabela a seguir traz as respectivas datas de reconhecimento do Haiti e outros importantes países pós-coloniais na América por parte dos Estados Unidos, das quatro potências coloniais do Caribe e Portugal; a fim de mostrar as tendências diplomáticas de cada ator diante dos processos emancipatórios em suas próprias colônias, assim como nas alheias.

²⁸⁶ Militar de origem espanhola, Mina lutou contra os franceses na guerra peninsular em 1808 e, depois de angariar suprimentos e voluntários nos Estados Unidos e no Haiti, se engaja no movimento pela independência no México, onde foi capturado e executado em 1817.

²⁸⁷ Vidas, 1971, p. 57.

²⁸⁸ Fischer, 2013, p. 26.

²⁸⁹ Vidas, 1971, p. 52.

Tabela 1 - Datas do reconhecimento de independência ou estabelecimento de relações formais de países americanos:

	França	Espanha	Inglaterra	Portugal	Estados Unidos
Estados Unidos (1776)	<u>1778</u>	1783 (fevereiro)	1783 (setembro)	1791	-
Haiti (1804)	<u>1825/1838</u>	1855	1839	Antes de 1860	1862
Argentina (1816)	1830	1859	1825	<u>1821</u>	1823
México (1821)	1830	1836	1825	1862	<u>1822</u>
Brasil (1822)	1825 (outubro)	1834	1827	1825 (agosto)	<u>1824</u>
República Dominicana (1844)	1852	1855	<u>1850</u>	1883	1866

Fonte: Tabela elaborada pelo autor. As datas em negrito correspondem ao reconhecimento da antiga metrópole, enquanto as datas sublinhadas correspondem ao primeiro reconhecimento.

2.2.1 - França

O estrondoso fracasso das expedições de Leclerc, a derrota naval em Trafalgar e a ínfima presença francesa sob o comando de Ferrand em Santo Domingo obrigaram a França a abandonar o teatro de operações do Caribe pelo restante das guerras napoleônicas. Não é de se surpreender que a notícia da restauração da monarquia francesa sob Luís XVIII e do armistício entre os beligerantes europeus em 1814 tenha causado apreensão entre os haitianos, especialmente com as demandas públicas ao novo rei pela reconquista do Haiti feitas tanto na imprensa quanto na câmara dos deputados pelos latifundiários expulsos e desapropriados de Saint-Domingue e dos comerciantes de Nantes e Bordeaux que viviam do comércio colonial transatlântico²⁹⁰.

O tom de ameaça piora quando se tornam conhecidos os termos relativos à Hispaniola do tratado de Paris firmado no mesmo ano. Segundo estes termos, o tratado manteve a prerrogativa de soberania dos franceses sobre o Haiti mesmo após dez anos da declaração de independência deste, além de garantir secretamente a neutralidade das demais potências europeias na ocasião de uma guerra de reconquista. Apesar das disposições contrárias ao tráfico de escravos no tratado de Paris e no posterior Congresso de Viena, os franceses

²⁹⁰ Logan, 1941, p. 152 e 185.

obtiveram com ele a liberdade de se engajar no dito tráfico por um período de cinco anos²⁹¹, que poderiam muito bem ser utilizados para substituir a população haitiana por novos escravizados africanos em uma eventual recolonização do país.

A materialização desse cenário, no entanto, não ocorreu devido à exaustão de guerra geral que se abateu sobre a Europa e em especial sobre os franceses, concedendo ao Haiti pelo menos vinte anos de paz que foram fundamentais para a reconstrução e o estabelecimento de um Estado haitiano²⁹². Em razão também de turbulências domésticas e continentais do pós-guerra, a França nunca reuniu condições materiais e políticas favoráveis o suficiente para a organização e execução de tamanha empreitada, e os quase dez anos que separaram o tratado de Paris do decreto de reconhecimento de Carlos X foram marcados pelo envio de quatro missões diplomáticas francesas ao Haiti voltadas para uma reversão pacífica e negociada do status haitiano.

A primeira delas, enviada pelo rei Luís XVIII imediatamente após os desdobramentos da restauração de 1814, foi encabeçada pelo comissário francês Jean François Dauxion-Lavaysse, encarregado de negociar com Pétion, e pelo dominicano Agustín Franco de Medina, colaborador da ocupação de Ferrand em Santo Domingo e encarregado de negociar com Christophe. Em reflexo da exaltação dos antigos colonos de Saint-Domingue pela restauração colonial, a missão Lavaysse apresentou aos soberanos haitianos uma proposta unilateral que simplesmente solicitava o retorno do país ao domínio colonial de Paris²⁹³. Ambos os governantes rejeitaram a proposta que parecia ignorar todos os eventos ocorridos desde a rendição de Rochambeau, mas cada um deles o fez de uma maneira característica às suas respectivas opiniões sobre a França: Pétion sugeriu pela primeira vez sua disposição em negociar o pagamento de uma indenização como forma de concretizar a independência haitiana, ao passo que Christophe mandou prender e executar Medina²⁹⁴.

²⁹¹ Eugène, 2003, p. 141.

²⁹² Logan, 1941, p. 187 e 188.

²⁹³ Perez, 1973, p. 140.

²⁹⁴ Blancpain, 2016, p. 139. A execução de Medina ocorreu por conta da descoberta em sua bagagem de documentos detalhando o plano francês de restabelecer uma sociedade de castas raciais que restringia os direitos políticos da população na medida da ascendência africana dos habitantes, tal qual era feito em Saint-Domingue; retornar os ex-escravos ao regime de trabalho forçado em suas respectivas *plantations*; e, por fim, purgar a ilha de todos os negros livres. Para atenuar o escândalo dessas revelações, o rei Luís XVIII se viu forçado a desautorizar os comissários dessa missão. Ver Blancpain, 2016, p. 140 e 141.

Com as repercussões da execução de Medina e do vazamento dos planos franceses ofuscados pelo efêmero retorno de Napoleão em 1815²⁹⁵, o principal legado do fracasso da missão Lavaysse foi que a missão francesa seguinte comandada pelo Visconde de Fontanges priorizou o diálogo com a república de Pétiön. Desembarcando em Porto Príncipe e encontrando-se com o presidente em outubro de 1816, Fontanges oferece um entendimento muito mais conciliatório com a ex-metrópole, fazendo do Haiti um protetorado francês em troca das seguintes condições:

abolição definitiva da escravidão; extensão de direitos políticos e sociais aos haitianos; preservação das patentes dos oficiais do exército; manutenção dos privilégios dos representantes políticos; abstenção da França em enviar tropas ao país; retorno dos colonos franceses sob a condição de que estes se sujeitem às leis haitianas; acordo geral sobre as propriedades; conversão do presidente ao cargo de governador-geral; abertura dos portos a todas as nações; envio de um bispo (...) ²⁹⁶.

Por melhores que fossem essas condições em comparação com a proposta francesa de apenas dois anos antes, Pétiön e Christophe novamente recusam a oferta pela insistência em manter a soberania de Paris em detrimento da independência haitiana. Receosos de que essa recusa seria seguida de um ataque francês, ambos os governantes mobilizaram os exércitos e colocaram o país em alerta para uma possível invasão. Mas, como já reforçado, a França ainda não estava pronta nem disposta a se engajar em tamanha operação militar longe de casa, e mesmo em âmbito diplomático, como mostra a mudança de tom entre a missão Lavaysse e a missão Fontanges, o rei Luís XVIII e a classe de ex-latifundiários de Saint-Domingue e comerciantes lentamente começou a se flexibilizar na questão da independência haitiana e a ver a hipótese da indenização como única chance de receber algum tipo de compensação enquanto restava tempo para os contemporâneos da revolução ²⁹⁷.

Sem nenhuma invasão à vista, o falecimento de Pétiön e o colapso do reino de Christophe empurram a interação oficial seguinte com Paris para o ano de 1821, já com o Haiti unificado sob Boyer. Liderada pelo tenente Abel Dupetit-Thouars, a missão vem ao país com o objetivo de transmitir uma mensagem do rei declarando que este havia decidido reconhecer a independência haitiana a troco do pagamento de uma indenização e do estabelecimento de uma relação de suserania entre os dois países. Decepcionado com a fútil

²⁹⁵ Fanning, 2008, p. 41.

²⁹⁶ Vidas, 1971, p. 47 e 48.

²⁹⁷ Id., p. 49.

insistência francesa em preservar algum caráter colonial em suas relações com o Haiti, o presidente protesta em correspondência direta às autoridades de Paris, evocando o papel da França na independência dos Estados Unidos e questionando se a ausência desse mesmo tipo de consideração está relacionada à diferença de cor de pele entre os haitianos e os norte-americanos²⁹⁸. Após recusar a oferta de Dupetit-Thouars, Boyer nomeia em 1824 sua própria missão diplomática destinada à França para tratar do assunto diretamente com o ministro da marinha e das colônias, o marquês de Clermont-Tonnerre, que mais uma vez insiste na prerrogativa francesa de controlar as relações do Haiti com as demais potências²⁹⁹.

Tal como fizeram seus predecessores, Boyer encara essa nova quebra das negociações como uma boa razão para mobilizar novamente o país diante do risco da retomada do conflito com os franceses. A morte do rei Luís XVIII em setembro de 1824 coloca a próxima jogada da França nas mãos de seu irmão mais novo, coroado como Carlos X. Decidido a pôr fim à questão haitiana, o novo rei envia ao país no ano seguinte a sua solução para o imbróglio, que a princípio não vinha nem como um ato de guerra, e nem com intenções inteiramente pacíficas. No dia 3 de julho de 1825, Porto Príncipe recebeu a visita da corveta *La Circée*, a qual veio acompanhada de uma esquadra com dois navios de guerra, dois navios de linha, sete fragatas, uma corveta e três briques, que ao todo somavam quinhentos e vinte oito canhões apontados para a capital haitiana.

O comandante da *Circée*, Barão de Mackau, trouxe ao presidente Boyer um decreto real assinado em dezessete de abril daquele ano que concedia ao Haiti sua independência mediante o pagamento de uma indenização de cento e cinquenta milhões de francos³⁰⁰ a serem pagos em cinco anos, cifra mais de quatro vezes maior do que a de trinta e sete milhões que o governo haitiano vinha calculando como justa e suficiente para cobrir as perdas francesas³⁰¹.

Submetido à essa amostra primordial do que se tornaria a famigerada *gunboat diplomacy*³⁰² europeia dos fins de século, Boyer não teve alternativa senão aceitar as

²⁹⁸ Vidas, 1971, p. 68.

²⁹⁹ Blancpain, 2016, p. 144 e 145.

³⁰⁰ O valor de cento e cinquenta milhões de francos foi estipulado levando em conta o arredondamento da soma da renda anual de todos os proprietários franceses de Saint-Domingue no ano de 1789. Para fins de comparação, o montante das exportações haitianas no ano de 1823 somava aproximadamente trinta milhões de francos, o que mesmo assim não significava que essa era a quantia que ia para os cofres do governo. (Eugène, 2003, p. 144).

³⁰¹ Blancpain, 2016, p. 145 e 147.

³⁰² “Diplomacia do canhão” em português, o termo é utilizado para descrever a prática de demonstração de força naval e insinuação de uma ameaça de guerra com o objetivo de intimidar um país a agir conforme o desejo

demandas onerosas desse verdadeiro ultimato por parte do monarca francês. Além da indenização, o intento pela normalização das relações franco-haitianas também veio ao custo de conceder à França o status de nação mais favorecida nos portos do Haiti, medida incoerente com a “independência plena e completa” descrita pelo decreto³⁰³. Esta era apenas uma de uma série de ambiguidades e contradições contidas no decreto de Carlos X, o qual, em vez de chegar a um acordo político satisfatório para ambas as partes, termina por prejudicar o bom entendimento entre os dois países e a posição internacional do Haiti para além das sérias consequências econômicas da indenização estipulada³⁰⁴.

A preferência da França pelo estabelecimento de uma trégua em vez da celebração de um tratado de paz teve profundas consequências para o Haiti nas décadas seguintes. Ao não abandonar sua reivindicação ao território do Haiti, a França reduziu significativamente as chances do reconhecimento da soberania haitiana por outros países que não estivessem submetidos à neutralidade prevista no tratado de Paris, além de deixá-lo vulnerável ao retorno da situação de beligerância caso os termos do decreto real não fossem cumpridos³⁰⁵. Ademais, Porto Príncipe solicitou o reconhecimento de sua soberania sobre toda a ilha de Hispaniola, mas o rei, priorizando o relacionamento com a Espanha, nega o pedido e opta pela neutralidade da França no assunto, deixando o Haiti sujeito às demandas espanholas por restituição do território ou compensação por ele.³⁰⁶

Mesmo antes das condições do reconhecimento francês se tornarem amplamente conhecidas e repudiadas pelo povo haitiano, as autoridades do país já se articulavam para a renegociação dos termos da relação com Paris de maneira menos desfavorável ao Haiti e livre da intimidação do Barão de Mackau. Menos de dez dias depois da aceitação forçada do decreto real, uma comissão haitiana parte para a França com a missão de negociar um tratado de comércio visando corrigir a “dupla cobrança” das baixas tarifas cobradas dos franceses; contrair um empréstimo de trinta milhões de francos para garantir o pagamento da primeira parcela da indenização; e entregar uma carta do presidente Boyer ao rei com uma solicitação

do detentor destas forças. Foi frequentemente utilizada por europeus e norte-americanos contra países menores especialmente no período imperialista de fins do século XIX.

³⁰³ Eugène, 2003, p. 142 e 143.

³⁰⁴ Id., p. 141.

³⁰⁵ Nicholls, 1996, p. 48.

³⁰⁶ Eugène, 2003, p. 146.

para a redução do montante a ser pago pelo país. Dessa lista de objetivos, o Haiti só conseguiria obter o empréstimo, a ser pago em vinte e cinco anos com 6% de juros anuais³⁰⁷.

Garantido o pagamento da primeira parcela anual, o Haiti se encontrou em situação de insolvência financeira já no ano de 1827, sendo incapaz de cumprir com a segunda e com a terceira parcela anual da dívida, fazendo com que o país suspendesse os pagamentos e novamente recorresse à renegociação da dívida com a França, a qual se arrastou até 1830, ano em que a Revolução de Julho derrubou o rei Carlos X. Em meio à instabilidade da ex-metrópole, Boyer ordena de forma unilateral o fim dos privilégios aduaneiros franceses e declara nulas e caducas as propostas de tratado negociadas até o momento utilizando como pretexto a troca de dinastias que havia ocorrido³⁰⁸. A tensão gerada pelo impasse entre os dois países acaba motivando o rompimento das relações diplomáticas por Porto Príncipe em 1831, só aceitando retomar o diálogo e os pagamentos mediante uma proposta mais favorável por parte do novo governo de Luís Filipe I³⁰⁹.

O difícil e gradual restabelecimento da comunicação entre os dois países ao longo da década de 1830, em meio a muitas propostas e contrapropostas rejeitadas e refeitas por ambos os lados; finalmente obtém algum êxito com a assinatura de dois tratados de natureza política e econômica no dia 12 de fevereiro de 1838. O primeiro reconhece “nos termos mais absolutos e explícitos” a República do Haiti como um Estado livre, soberano e independente sem os termos excessivos, ambíguos e vexatórios do decreto real de Carlos X³¹⁰. Já o segundo confirma a renegociação do valor restante da indenização estipulado em cento e vinte milhões de francos, reduzindo-o para sessenta milhões de francos a serem pagos da seguinte maneira: um milhão e quinhentos mil francos anuais entre 1838 e 1842; um milhão e seiscentos mil entre 1843 e 1847; um milhão e setecentos mil entre 1848 e 1852; um milhão e oitocentos mil entre 1853 e 1857; dois milhões e quatrocentos mil entre 1858 e 1862; e finalmente três milhões de francos anuais entre 1863 e 1867³¹¹.

Os avanços obtidos pelo Haiti no tratado de 1838 finalmente correspondem em alguma medida com as expectativas políticas e comerciais de Porto Príncipe existentes desde sua independência e principalmente ao longo das negociações com Paris iniciadas em 1814.

³⁰⁷ Blancpain, 2016, p. 150.

³⁰⁸ Eugène, 2003, p. 147 a 150.

³⁰⁹ Vidas, 1971, p. 75 e 76.

³¹⁰ Eugène, 2003, p. 152.

³¹¹ Blancpain, 2016, p. 153.

Além de comercialmente conectada com as potências locais em um nível satisfatório, o Haiti dispõe a partir deste momento de um acesso facilitado aos recursos culturais e educacionais da França. A chegada de professores franceses representou um avanço muito necessário para o limitado sistema educacional do país, e os mesmos alunos desse sistema, em geral filhos das elites, agora iam em maior número concluir seus estudos na França³¹².

Embora também seja uma mudança positiva resultante do entendimento franco-haitiano em decorrência da grande economia de recursos e de mão-de-obra gerada, a redução do exército com o fim definitivo da constante ameaça francesa acaba gerando como subproduto um desleixo geral no estado da organização, da moral e da disciplina do exército haitiano. Diante da secessão da República Dominicana em 1844 e do lançamento de ataques mal sucedidos para reincorporá-la ao Haiti, a fraqueza do exército haitiano, que um dia derrotou o poderio colonial francês contra todas as probabilidades e que agora era incapaz de subjugar um inimigo com menos tropas e recursos; mostrou-se decisiva para selar o destino de Hispaniola do século XIX até os dias de hoje³¹³.

2.2.2 - Grã-Bretanha

Frente à situação inicial de guerra com a França e de desprezo por parte dos Estados Unidos e da Espanha, a única potência com quem o Haiti podia manter uma relação moderadamente cordial no momento de sua independência era a Grã-Bretanha³¹⁴. Enquanto os haitianos se abstivessem de qualquer tentativa de exportar sua revolução, Londres enxergava um Estado negro e semi-autônomo como menos perigoso do que uma continuação do domínio francês sobre Saint-Domingue, e para isso estavam dispostos a suprir o novo país com armas e suprimentos da mesma forma que fizeram com a colônia durante a revolução³¹⁵. Nesse contexto, os britânicos eram vistos como candidatos ideais para o primeiro estabelecimento de relações formais do Haiti com outro país soberano, e Dessalines não tardou em abrir um canal de diálogo com este fim, escrevendo ao governador da Jamaica antes mesmo da declaração de independência.

As negociações resultantes desta iniciativa pautaram-se principalmente em divergências em torno da determinação de Dessalines em evitar uma relação que reproduzisse

³¹² Vidas, 1971, p. 78.

³¹³ Id., p. 79.

³¹⁴ Logan, 1941, p. 153.

³¹⁵ Vidas, 1971, p. 28 e 29.

de qualquer forma o antigo status colonial haitiano, enquanto os britânicos exploraram maneiras de manter o país separado da França, mas não completamente independente de influência e controle estrangeiro³¹⁶. Isso se refletiu na estratégia, posteriormente mantida pelas outras potências, do constante evitamento do uso de títulos oficiais para esquivar-se de oficializar prematuramente o status do novo país e da relação dos britânicos com ele, utilizando *St. Domingo* no lugar de Haiti, General Dessalines no lugar de Governador Geral Dessalines e mantendo as propostas de tratado em nome do governador da Jamaica no lugar do rei da Grã-Bretanha³¹⁷.

A proposta de tratado elaborada pela Grã-Bretanha em 1804 envolvia a concessão de privilégios comerciais aos navios britânicos e a cessão de fortificações militares haitianas às forças britânicas enquanto durasse a guerra com a França, além de tratar o Haiti como uma província francesa rebelde. Tais termos evidenciam a expectativa britânica de adquirir controle parcial sobre a governança do Haiti, especialmente na condução do comércio e das relações exteriores, como retribuição ao suporte militar concedido aos revolucionários haitianos. Nesse ponto, o Haiti estava sendo utilizado como um protótipo do tipo de relação que os britânicos mais tarde estabeleceram com os novos países latino-americanos, ambigualmente localizada entre o reconhecimento e o não-reconhecimento de suas plenas soberanias externas em troca de vantagens comerciais que colocariam a região no chamado “império britânico informal”³¹⁸.

Sendo a afirmação de soberania um dos pilares da política externa de Dessalines, o Haiti rejeita tanto a primeira proposta de tratado quanto a segunda que veio em sequência, a qual corrigia insinuações de uma continuação da legitimidade francesa sobre o país, mas ainda evitava reconhecer explicitamente a independência haitiana³¹⁹. Antes que as negociações pudessem avançar em direção a um compromisso entre os interesses das partes, a Grã-Bretanha toma conhecimento das notícias dos massacres em curso no país a mando de Dessalines, o que interrompe temporariamente as tratativas em razão não tanto da relutância de Londres, que seguiu pressionando pela celebração de um tratado, mas sim dos britânicos

³¹⁶ Gaffield, 2015, p. 65 e 91.

³¹⁷ Id., p. 82 e 86.

³¹⁸ Ibid., p. 79 e 192.

³¹⁹ Ibid., p. 82.

residentes na Jamaica, que atuavam de intermediários no acordo e se sentiam muito mais ameaçados com os eventos do que seus conterrâneos do outro lado do oceano³²⁰.

Nesse meio tempo, a soma da repercussão do massacre e da pressão diplomática dos franceses e do general Ferrand motiva os únicos outros países que mantinham comércio com o Haiti além da Grã-Bretanha, no caso os Estados Unidos e as possessões caribenhas dos Países Baixos e da Dinamarca. Antes de retomar o diálogo com os haitianos, logo ficou claro que as condições que os britânicos desejavam já tinham se estabelecido por conta própria, visto que por força das circunstâncias eles já detinham o monopólio do comércio com o Haiti sem a necessidade de um tratado³²¹.

A sequência de eventos que resulta na fragmentação do Haiti em dois Estados diferentes complica ainda mais a transformação do contínuo intercâmbio comercial com os britânicos em uma relação formal entre duas partes soberanas e regida por um tratado. Tanto Christophe quanto Pétion constantemente abordaram a Grã-Bretanha com propostas semelhantes às recusadas por Dessalines, mas, além do quadro internacional ser distinto ao de poucos anos atrás, o problema intrínseco a tais propostas era o de estas serem feitas em nome de todo o país quando cada um dos líderes era soberano somente em uma parte dele³²².

A distância diplomática mantida pelos britânicos nesse momento foi justificada por eles com o princípio de não-interferência nos assuntos internos de outros países, visto que a decisão britânica de apoiar um lado em detrimento do outro muito possivelmente decidiria o vencedor do conflito. Mesmo quando Pétion sugere o reconhecimento do país sob dois governos, a ideia é fortemente repudiada por Christophe³²³. Contudo, isso não impediu a colaboração entre os dois países nos momentos em que seus interesses hemisféricos convergiram, como no episódio da guerra de 1812 entre os britânicos e os norte-americanos. Ao longo do conflito, o Haiti manteve uma postura neutra, mas também apoiou a posição britânica com o fornecimento de alimentos para suas colônias quando o abastecimento destas se viu comprometido com o conflito³²⁴.

³²⁰ Vidas, 1971, p. 28.

³²¹ Gaffield, 2015, p. 92.

³²² MCINTOSH, Tabitha; PIERROT, Gregory. Capturing the likeness of Henry I of Haiti (1805-1822). *Atlantic Studies*, Vol. 14, No. 2, pp. 127-151, 2017, p. 138.

³²³ Gaffield, 2015, p. 177 e 178.

³²⁴ Gonzalez, 2019, p. 1.

Com a primeira derrota de Napoleão em 1814, o Haiti perdeu definitivamente a oportunidade de ter os britânicos como um primeiro parceiro diplomático para protegê-los dos franceses e pressioná-los a reconhecer a independência da ex-colônia de maneira menos unilateral. A razão disso foi o acordo estabelecido secretamente entre as duas potências no tratado de Paris de 1814, no qual a Grã-Bretanha reconhece a continuidade e legitimidade da soberania da França sobre o Haiti, se comprometendo a permanecer neutra na ocasião de uma tentativa de reconquista francesa desde que pudesse continuar comercializando livremente com os haitianos³²⁵. A duração desse compromisso britânico vai oficialmente até o reconhecimento do Haiti pelos franceses em 1825, a partir do qual a Grã-Bretanha não mais estava vinculada aos compromissos estipulados dez anos antes e também já não se encontrava diante das mesmas condições que antes comprometeram o reconhecimento do Haiti.

A única atitude da Grã-Bretanha diante dessa mudança de cenário foi o envio de um cônsul-geral ao Haiti, o qual, no entanto, não foi credenciado como um agente diplomático, fazendo com que sua presença não necessariamente significasse o reconhecimento diplomático britânico³²⁶. A iniciativa em direção à formalização das relações entre os dois países é tomada por Porto Príncipe em dezembro 1826, quando Joseph Inginac, o secretário de Estado haitiano do governo Boyer, escreve para George Canning, sua contraparte britânica, com um pedido para o estabelecimento de um tratado de comércio. Razões não faltavam para formalizar essa relação comercial, visto que nesse período o Haiti ficava atrás apenas do México e do Peru entre os parceiros comerciais da Grã-Bretanha na América Latina³²⁷. O país também oferecia aos britânicos um valioso laboratório para a futura condução do abolicionismo britânico e sobre que regulações utilizar para manter a produção de *commodities* após a abolição³²⁸.

Todavia, ainda restavam grandes preocupações por parte de Londres, a começar por exemplo pelo grande número de escravizados de suas colônias que escapavam e refugiavam-se no Haiti, um fenômeno cujo fim era indispensável aos latifundiários jamaicanos³²⁹. Baseados nos relatórios desfavoráveis de seu cônsul-geral acerca dos prospectos políticos e econômicos do país pós-1825, os britânicos não estavam inteiramente convencidos de que o

³²⁵ Blancpain, 2016, p. 139.

³²⁶ Logan, 1941, p. 231.

³²⁷ LACERTE, Robert K. Xenophobia and Economic Decline: the Haitian case, 1820-1843. *The Americas*. Vol. 37, No. 4, pp. 499-515, 1981, p. 502 e 504.

³²⁸ Horne, 2015, p. 147.

³²⁹ Id.

Haiti seria capaz de manter sua independência da França por muito tempo diante das severas condições impostas no decreto de Carlos X. De fato, logo após o pagamento da primeira parcela da indenização, como já mencionado, o governo haitiano já começa a ter problemas para saldar suas dívidas, o que motivou a suspensão das negociações para um tratado com os britânicos em 1827. Tal situação colocou o Haiti na desconfortável posição de estar profundamente dentro da órbita econômica de países que, duas décadas após sua emancipação, ainda o viam como uma dependência política de Paris³³⁰.

Por mais que os britânicos frequentemente entrassem em defesa do Haiti como forma de equilibrar a relação de forças no Caribe e contrabalançar as ameaças francesas e norte-americanas, ainda restava um desconforto dos súditos britânicos com as restrições que a constituição haitiana infligia aos brancos de qualquer país, limitando o comprometimento da Grã-Bretanha com os haitianos³³¹. Essa ambiguidade britânica manteve-se até a renegociação da condição haitiana perante os franceses em 1838, após a qual o país finalmente celebrou um tratado com o Haiti no ano seguinte³³².

2.3 - A ofensiva diplomática de Boyer pelo reconhecimento norte-americano

Frente à persistência dos problemas internos do Haiti, Porto Príncipe começa a experimentar com uma inversão do postulado haitiano de consolidação interna como meio de obtenção da consolidação externa. Partindo dessa ideia e do desejo de inserir o país em uma posição política e econômica estratégica no Atlântico, o presidente Boyer busca resgatar a antiga imagem do país como “Pérola das Antilhas”, reformulando-a com um verniz de soberania para vender a ideia de uma “Rainha das Antilhas” às nações vizinhas do hemisfério. O sucesso dessa iniciativa, todavia, dependia de uma grande quantidade de florescimento retórico e de persuasão por parte dos haitianos³³³.

Prosseguindo com o intento de exaltar as características europeias da cultura e da organização política do Haiti, Boyer inicialmente tenta criar uma imagem internacional dos haitianos como parte de um país inegavelmente negro, não necessariamente constituindo uma nação negra como as que existiam na África, mas sim como uma nação francesa do outro lado do Atlântico. A impermeabilidade da França a esse tipo de argumento em meio ao

³³⁰ Lacerte, 1981, p. 503 e 504.

³³¹ Horne, 2015, p. 132.

³³² Logan, 1941, p. 231.

³³³ Salt, 2019, p. 90.

conservadorismo da dinastia Bourbon na década de 1820 e os impasses gerados pela recusa de Paris em abrir mão da soberania sobre o Haiti, no entanto, obrigam Porto Príncipe a voltar-se para outra potência local com o objetivo de pressionar os franceses a mudar de postura³³⁴. Com a neutralização dos europeus em favor da França de 1814 em diante, restaram apenas os Estados Unidos como possibilidade de uma aproximação oficial com uma potência da região até 1825, o que não exatamente retratava um horizonte otimista para os haitianos, que não recebiam de Washington um único gesto de amizade desde que se tornaram independentes³³⁵.

Pelo contrário, as poucas interações do Haiti com as autoridades norte-americanas desde o fim do embargo comercial de Thomas Jefferson provaram-se tensas e inamistosas em decorrência do alinhamento haitiano com os britânicos durante a guerra destes com os Estados Unidos em 1812. Nessa ocasião, o rei Henrique I ordenou a retenção de vários navios norte-americanos no Haiti como reembolso de uma fraude sofrida por marinheiros haitianos em Baltimore, o que motivaria Washington a pressionar o país por uma indenização³³⁶. Sem meios oficiais para reivindicar essa cobrança, os Estados Unidos recorrem ao envio de agentes comerciais para lidar com a questão, mas nenhum deles é recebido pelo rei por não se dirigirem corretamente a ele como monarca soberano e pela utilização de nomenclaturas coloniais como *St. Domingo* no lugar de Haiti e Cabo Francês no lugar de Cabo Henry³³⁷. A falta de entendimento gerada por estas recusas em tratar o Haiti como um país soberano acabam arrastando a cobrança dessa dívida pelas décadas seguintes, com os agentes norte-americanos adotando uma postura crescentemente coercitiva a esse respeito.

Em decorrência disso, o problema em pensar o governo federal dos Estados Unidos dentro das estratégias haitianas seguia sendo o precedente estabelecido por Thomas Jefferson de nunca responder formalmente qualquer tipo de mensagem elaborada e enviada pelo governo do Haiti. Para conseguir que algum político influente do país abraçasse a causa haitiana, era necessário primeiro chegar até ele e conseguir sua atenção³³⁸. Sem uma maneira oficial de estabelecer um canal de comunicação com as autoridades em Washington, Porto Príncipe recorre à classe de norte-americanos mais envolvida com o país e conseqüentemente mais inclinada à aproximação entre os dois: os comerciantes do nordeste dos Estados Unidos, cuja posição doméstica de prestígio econômico os conferia acesso facilitado à imprensa, com

³³⁴ Salt, 2019, p. 93 e 94.

³³⁵ Logan, 1941, p. 205 e 206.

³³⁶ Fehrenbacher, 2002, p. 114.

³³⁷ Logan, 1941, p. 189 e 190.

³³⁸ Salt, 2019, p. 94.

alguns deles sendo donos de jornais e revistas; e, conseqüentemente, acesso facilitado aos políticos³³⁹.

Com o reconhecimento do Haiti servindo aos seus próprios interesses comerciais, não foi difícil para o governo haitiano incentivar e patrocinar uma verdadeira campanha em defesa do país e de sua aproximação com os Estados Unidos, com as conexões políticas e pessoais do presidente Boyer com a comunidade mercantil norte-americana lhe conferindo voz através da publicação de suas mensagens e de perfis favoráveis de seu governo e dos haitianos em geral. Entre os anos de 1821 e 1823, a questão da independência haitiana e da importância de seu comércio figurou entre os principais tópicos debatidos na imprensa dos Estados Unidos, eventualmente levando a discussão até o congresso, onde começavam a surgir propostas para esclarecer e melhorar a situação do comércio com o Haiti³⁴⁰.

Diante da percepção de um clima favorável, o secretário de Estado haitiano Inginac encaminha em julho de 1822 uma mensagem oficial requisitando a oficialização das relações com o Haiti à sua contraparte norte-americana, o secretário John Quincy Adams. Mesmo que já houvesse uma predisposição de Washington em continuar ignorando as solicitações haitianas para não perturbar o delicado equilíbrio da balança de poder entre os estados livres e escravistas obtido recentemente com o compromisso de Missouri em 1820, o momento específico da correspondência de Inginac acabou se mostrando ainda mais desfavorável à possibilidade de réplica³⁴¹.

Desmontada em Charleston no mesmo mês de julho, a chamada conspiração de Denmark Vesey, batizada com o nome do carpinteiro livre que supostamente a liderava, consistiu num plano para assassinar os senhores de escravos da cidade e libertar todos os escravizados e que acabou manchando a reputação internacional haitiana quando, durante o julgamento dos envolvidos, o nome do presidente Boyer foi lançado como um dos supostos agentes do plano de insurreição dos escravizados e negros livres da cidade, sendo responsável por garantir a fuga dos rebeldes para o Haiti. Pouco depois, a descoberta de outras conspirações de escravizados na Jamaica e em Martinica também carregavam a suspeita de participação de “algumas pessoas de *St. Domingo*”³⁴².

³³⁹ Fanning, 2008, p. 59.

³⁴⁰ Logan, 1941, p. 196 a 199.

³⁴¹ Salt, 2019, p. 94.

³⁴² Horne, 2015, p. 132.

Embora tais acusações nunca tenham sido comprovadas, a imagem da “Rainha das Antilhas” não conseguiu substituir o espectro dos “horrores de Saint-Domingue”, e o dano causado por ele à imagem de Porto Príncipe foi suficiente para encerrar nos Estados Unidos as iniciativas pró-Haiti na imprensa e no congresso³⁴³. E é justamente em meio a esse contexto de publicidade negativa para o Haiti que Washington oficializa sua postura hemisférica com a Doutrina Monroe em 1823, a qual, como será visto no terceiro capítulo, não inclui a prerrogativa de proteção norte-americana aos haitianos³⁴⁴.

Sendo obrigado a redirecionar sua campanha para uma contenção de danos defensiva que acabou resultando em 1826 na proibição do presidente Boyer à navegação direta entre o Haiti e qualquer outra colônia caribenha, com exceção de Curaçau e Saint-Thomas³⁴⁵, o Haiti novamente abandona a pressão direta pelo reconhecimento dos Estados Unidos. A intenção de aproximar os dois países, no entanto, continua viva com a retomada de uma antiga ideia que há muito permeou os planos dos dirigentes haitianos mas que nunca havia sido posta em prática: o incentivo à migração de negros norte-americanos em direção ao Haiti³⁴⁶.

A insuficiência demográfica do Haiti na primeira metade do século XIX representou um obstáculo para todos os desígnios de maior prioridade na agenda do Estado haitiano, como a restauração da economia agroexportadora, a efetiva ocupação do vasto e despovoado território incorporado do leste, a manutenção de um grande exército para lidar com as ameaças externas e internas e a transmissão da imagem de um Estado viável e *treaty-worthy* capaz de estimular o reconhecimento diplomático das grandes potências. Sendo um porto seguro para negros e indígenas desde sua fundação, o Haiti sempre recebeu fluxos inconstantes e irregulares de imigrantes de todo o Caribe, mas nunca em quantidade suficiente e nem tampouco em circunstâncias seguras para que o governo haitiano pudesse investir em sua intensificação³⁴⁷.

Portanto, desde os tempos de Dessalines, quando o líder ofereceu uma recompensa para os capitães de embarcações para cada negro que eles trouxessem ao país³⁴⁸, o Haiti já se preocupava em traçar estratégias para atrair a migração permanente de pessoas de ascendência africana e indígena para compensar suas deficiências em todos os campos

³⁴³ Fanning, 2008, p. 68.

³⁴⁴ Salt, 2019, p. 94.

³⁴⁵ Horne, 2015, p. 147.

³⁴⁶ Fanning, 2008, p. 71.

³⁴⁷ Horne, 2015, p. 145.

³⁴⁸ Vidas, 1971, p. 38.

mencionados. E para este fim, outra vez nenhum país apresentava condições mais ideais que os Estados Unidos, que, além de geograficamente próximos, possuíam uma grande população de negros livres que crescentemente eram vistos como uma inconveniência pelo governo norte-americano³⁴⁹. A remoção de Dessalines não interrompeu a demanda por mão-de-obra negra e norte-americana, que seguiu por meio de iniciativas desconcertadas de Christophe e Pétion, sendo esse o período em que começam a se desenhar entre os dois governos esquemas estruturados de atração de imigrantes em grande escala³⁵⁰. Como visto anteriormente, o decorrer da década de 1820 representou uma necessidade ainda maior de mão-de-obra de fora, e, após quase vinte anos sem o reconhecimento de nenhum país, o prospecto de se aproximar culturalmente com os Estados Unidos e potencialmente desfazer a animosidade com o país soava como uma boa nova oportunidade de romper o isolamento diplomático.

Coube ao governo de Boyer organizar, viabilizar e executar o projeto de migração negra esboçado por seus antecessores. Utilizando-se da imprensa e de uma rede oficial e não oficial de agentes com alcance tanto entre ativistas políticos negros e pró-negros nos Estados Unidos quanto na *American Colonization Society* (ACS)³⁵¹, estes últimos com importantes conexões políticas no governo, o Haiti inicialmente foi capaz de atrair cerca de treze mil negros norte-americanos ao longo da década de 1820³⁵². Tal cifra ultrapassou por muito os resultados obtidos pela colonização africana da ACS no mesmo período, considerando que somente entre 1824 e 1826, durante o auge do projeto, seis mil negros norte-americanos deixaram o país em direção à Hispaniola³⁵³. A grande adesão e rápida alocação dos imigrantes causou uma divisão dentre os diversos interesses dentro da organização, motivada tanto pelo temor de se associar com o Haiti e com o que o país representava, o que motivou setores da ACS a se opor ao projeto de Boyer e à forte concorrência que ele apresentava; quanto pela admiração da relação custo-benefício do dito projeto haitiano em comparação com o lento desenvolvimento das colônias da futura Libéria³⁵⁴.

³⁴⁹ Horne, 2015, p. 149.

³⁵⁰ Fanning, 2008, p. 44 a 48.

³⁵¹ Fundada em 1816 com o apoio de grupos diversos como *quakers* (ou quacres), filantropistas, abolicionistas e proprietários de escravos, assim como de políticos influentes como Thomas Jefferson, James Madison, James Monroe e Henry Clay; a organização tinha como objetivo encorajar e organizar o “retorno” dos negros livres dos Estados Unidos ao continente africano, inspirando-se na existente iniciativa britânica de assentamento de ex-escravizados em Serra Leoa e alocando os negros recrutados em uma região adjacente da África Ocidental, que mais tarde se tornaria a Libéria (Salt, 2019, p. 88).

³⁵² Plummer, 1992, p. 30; e Salt, 2019, p. 55 e 89.

³⁵³ Horne, 2015, p. 149.

³⁵⁴ Fanning, 2008, p. 77 e 87.

De fato, os custos envolvidos em transportar um grande número de colonos para o Haiti chegavam a ser menos da metade dos custos para transportá-los até o continente africano. A opção haitiana também demandava dos imigrantes um comprometimento financeiro muito menor com a disposição de Boyer em prover o transporte, a alimentação e o acesso à terra no momento da chegada. Fora os custos mais altos, aqueles que optaram por cruzar o Atlântico enfrentaram na costa africana altíssimos índices de mortalidade causados por doenças como malária e febre amarela, além do conflito com os habitantes nativos da região. Ainda assim, prevaleceram na ACS os interesses que preferiam considerar o projeto haitiano como um rival em vez de uma alternativa³⁵⁵. Para membros como o então secretário de Estado Henry Clay, a proximidade do Haiti com a costa dos estados escravocratas dos Estados Unidos e a sensação de estar fortalecendo a posição do país que era extremamente mal visto por muitos norte-americanos trazia uma série de desconfortos e inconveniências que justificaram a escolha da opção mais custosa³⁵⁶.

O mérito do sucesso inicial do projeto migratório também se deve ao tom do discurso de Boyer para falar com diferentes audiências nos Estados Unidos, seja perante a ACS e seus patrocinadores ou aos potenciais imigrantes negros que sofriam grande marginalização no país. Aos primeiros, cujo objetivo era lidar com o problema racial norte-americano por meio da remoção das pessoas de origem africana do país, Boyer vendeu seu plano como a solução tanto para os problemas dos Estados Unidos quanto para os do Haiti³⁵⁷. Se o apelo anterior aos interesses econômicos norte-americanos fracassou, o presidente agora oferecia uma saída para a crescente tensão racial do país, que poderia simplesmente ser “exportada” ao Haiti. Já ao segundo grupo, Boyer apelou à construção de um sentimento transnacional de afinidade racial e à exortação da dignidade negra frente aos anseios e necessidades da comunidade de africanos livres dos Estados Unidos em um contexto de escassez de trabalho e crescente exclusão política com a aprovação de leis desiguais e discriminatórias por todo o país³⁵⁸.

O projeto também supria uma série de demandas estratégicas de Porto Príncipe desde sua incorporação do território leste da ilha. Com a fuga de um grande número de trabalhadores qualificados e proprietários de terras dominicanos para Cuba e Porto Rico, o território ao mesmo tempo dispunha de muita terra de qualidade e tinha uma forte carência de mão-de-obra especializada como carpinteiros, ferreiros e trabalhadores navais. Sua efetiva

³⁵⁵ Fanning, 2008, p. 76, 77 e 88.

³⁵⁶ Horne, 2015, p. 162.

³⁵⁷ Salt, 2019, p. 88 e 89.

³⁵⁸ Fanning, 2008, p. 73, 101 e 102.

ocupação também era fundamental para reduzir sua vulnerabilidade à invasões estrangeiras por ser uma região esparsamente habitada³⁵⁹.

Apesar de se dirigir à comunidade de negros livres como um todo, o interesse do presidente estava especialmente na atração de agricultores e artesãos com algum tipo de experiência e qualificação. Para os primeiros, o país garantiu o recebimento de três acres de terra por pessoa, o que poderia render a uma família pequena muito mais do que eles seriam capazes de obter nos Estados Unidos. Para os últimos foi concedida uma isenção de impostos ao longo do primeiro ano de estadia para que pudessem estabelecer seus negócios pelo país³⁶⁰. Com uma promessa tão generosa, não é de se surpreender que o projeto tenha atraído um número tão grande de imigrantes em tão pouco tempo, em muito excedendo as expectativas do governo haitiano. E isso acabou se tornando parte dos problemas que se acumulariam conforme os recém-chegados foram assentados.

A inesperada quantidade de imigrantes fez com que a categoria de terra governamental mais requisitada, aquela próxima dos centros urbanos, esgotasse rapidamente em meio à grande procura. Mesmo com uma enorme disponibilidade de terras no interior, boa parte dos norte-americanos não aspirava viver em isolamento, preferindo tornar-se arrendatários em propriedades já ocupadas nos arredores de cidades como Porto Príncipe³⁶¹. Apesar da intenção haitiana em injetar vitalidade e dinamismo à produção agrícola do país, uma grande proporção dos imigrantes estava habituada aos meios urbanos, tendo maior dificuldade de se adaptar à vida rural³⁶². E essa era apenas uma das primeiras dificuldades que começavam a aflorar a partir desse encontro de duas populações que tinham em comum somente a cor da pele e um passado de escravidão, muito mais recente aos norte-americanos do que aos haitianos, muitos dos quais já nasceram livres no Haiti independente.

A princípio, uma série de fatores culturais começou a perturbar o estabelecimento dos novos habitantes, começando por fatores tão ordinários quanto os costumes alimentares carregados dos Estados Unidos. Dentre as promessas de Boyer, constava o provimento de alimentos para os imigrantes nos primeiros quatro meses de estadia, o qual foi divulgado como contendo também rações de carne bovina e suína, itens mais raros no Haiti. Para a maior parte dos recém-chegados, essa promessa não foi inteiramente cumprida devido à

³⁵⁹ Horne, 2015, p. 149.

³⁶⁰ Fanning, 2008, p. 102 e 103.

³⁶¹ Id., p. 129.

³⁶² Plummer, 1992, p. 31.

escassez de carne, privando-os de uma dieta comum até mesmo à população de menor renda nos Estados Unidos³⁶³. Entre alguns haitianos mais abastados, a percepção dos negros norte-americanos como passivos, empobrecidos e degradados pelo tratamento que lhes era dispensado em seu país de origem gerou um distanciamento moral baseado numa percepção de superioridade entre aqueles que tinham a escravidão como uma abstração distante³⁶⁴.

Outras diferenças foram responsáveis por choques culturais maiores, como entre a tradição cristã protestante dos norte-americanos e a percepção de “irreligiosidade” que estes nutriam das práticas do vodu e de outros hábitos que sobreviveram em alguns setores da sociedade rural haitiana, como a poliginia. Em termos políticos, os colonos se decepcionaram com a diferença existente entre os direitos políticos na letra da lei haitiana e o que prevalecia na prática, com a impossibilidade de exercer de fato cidadania por meio do voto ou da candidatura a cargos públicos devido à eleições de fachada³⁶⁵.

Mas o que realmente pesou para o fracasso da iniciativa foram acontecimentos completamente fora do controle de Porto Príncipe, começando por uma seca sem precedentes que se abateu em Hispaniola no ano de 1825, arruinando safras de alimentos e *commodities* por todo o país e deixando uma massa de camponeses famintos em meio à escassez e à disparada dos preços. Agravando um quadro já precário, uma epidemia de varíola tomou algumas das principais cidades do país no mesmo período, não apenas causando dezenas de milhares de mortes como também jogando a população haitiana contra os norte-americanos, que foram vistos como responsáveis por trazer a doença com eles. O conjunto desses desastres começou a motivar o retorno de centenas de emigrantes para os Estados Unidos, gerando uma péssima publicidade para o projeto de Boyer e piorando seu apelo como nação *treaty-worthy* no lugar do esperado degelo das relações com Washington³⁶⁶. A essa altura, não havia outra saída diplomática para o Haiti senão sentar à mesa com os franceses.

A exorbitante indenização que veio como preço da regularização diplomática do Haiti imediatamente fez com que o governo encerrasse a generosidade oferecida aos colonos. No mesmo mês do decreto de Carlos X, Boyer anuncia o fim do financiamento de novas passagens aos negros norte-americanos para o país. O presidente usou como justificativa para

³⁶³ Fanning, 2008, p. 130.

³⁶⁴ DASH, J. Michael. *Haiti and the United States: National Stereotypes and the Literary Imagination*. Londres: Palgrave Macmillan, 1997, p. 20.

³⁶⁵ Plummer, 1992, p. 30.

³⁶⁶ Fanning, 2008, 125 a 136.

a interrupção do projeto um número de casos de fraude cometidos por capitães de navios que recebiam o dinheiro das passagens sem no entanto desembarcar os passageiros, levando-os de volta aos Estados Unidos³⁶⁷.

Independentemente deste ser ou não o real motivo, o projeto já não figurava no interesse econômico do país, tendo se tornado um aborrecimento que custou aos cofres haitianos mais de trezentos mil dólares sem ter causado qualquer efeito positivo nas relações com o vizinho do norte. Neste ponto, com o reconhecimento francês, tal aproximação já não tinha mais urgência e nem sequer importância. Até o momento, não se sabe com precisão quantos destes norte-americanos permaneceram no país após a suspensão do projeto. É sabido, no entanto, que os retornos prosseguiram mesmo após essa fase de crise por conta de outras medidas do governo haitiano que afetaram indiretamente este grupo, como o aumento do preço anual das licenças comerciais, que levou muitos artesãos e profissionais liberais a abandonar o país de volta aos Estados Unidos³⁶⁸.

A persistência de Washington em manter o mais absoluto silêncio nos canais oficiais somada à expansão da escravidão no país e à virulência racista com que o Haiti era constantemente retratado em setores da imprensa e da política norte-americana, como será visto no próximo capítulo, colaboraram para a criação de um clima de hostilidade específico aos Estados Unidos entre a população haitiana. Já dispendo de legitimidade internacional suficiente com o reconhecimento da França, o sentimento de Porto Príncipe com relação aos Estados Unidos assume um novo caráter desse ponto em diante, com a imposição intencional de diversas medidas de caráter punitivo e retaliatório ao comércio norte-americano como forma de expressar a insatisfação haitiana com o tratamento recebido do vizinho do norte. E isso foi encarado pelos norte-americanos como um conjunto de atos irracionais de discriminação motivados pelo caráter “bárbaro” e “não-civilizado” de autoridades despóticas, arbitrárias e sobretudo insolentes.

A primeira demonstração política do repúdio haitiano à postura de Washington foi a imposição de taxas de importação mais altas aos navios de países sem representação diplomática no país, as quais vieram em conjunto com a concessão de privilégios particulares ao comércio com o Canadá britânico³⁶⁹. A insistente recusa dos Estados Unidos em reconhecer a independência haitiana após 1825, como fizeram os demais países europeus

³⁶⁷ Vidas, 1971, p. 93.

³⁶⁸ Fanning, 2008, p. 137 a 140.

³⁶⁹ Horne, 2015, p. 122 e 147.

depois do decreto de Carlos X, motivou Boyer a expulsar no mesmo ano o agente comercial norte-americano do país e a manter o cargo vago até 1828, numa demonstração de que Porto Príncipe considerava a afirmação da soberania haitiana mais importante que seus ganhos comerciais. Ao longo da próxima década, Boyer ainda tentou induzir a administração de Andrew Jackson a alterar o título dos agentes comerciais para o de cônsules, oferecendo em troca disso a remoção das tarifas extras às importações norte-americanas. O silêncio de Washington demonstra que o princípio de não reconhecer a capacidade de autodeterminação e de soberania de um Estado negro também eram mais importantes que seus ganhos comerciais. Em decorrência disso, os agentes comerciais norte-americanos recebidos no Haiti de 1828 em diante passam a ser alvo de escassa cortesia por parte do governo haitiano³⁷⁰.

A mudança na atitude dos haitianos foi imediatamente sentida pelos comerciantes norte-americanos, que constantemente relataram à Washington o preconceito percebido contra eles e em favor dos britânicos, especialmente após a Grã-Bretanha emancipar todos os escravizados de suas colônias caribenhas em 1833. Em cerimônias oficiais, os agentes informais dos Estados Unidos eram mantidos separados dos demais cônsules e agregados junto aos agentes comerciais, que não tinham permissão do governo haitiano para hastear a bandeira norte-americana em suas agências. Tal clima de animosidade resultou numa série de pequenos incidentes entre cidadãos dos dois países tanto no Haiti quanto nos Estados Unidos, mantendo essa relação distante e silenciosa em constante estado de crise diplomática³⁷¹. Em geral, a parcela informada da população haitiana mantinha uma postura crítica aos Estados Unidos de 1830 em diante, marcados pelo crescente racismo contra negros livres, pelas políticas de remoção indígena, pelas guerras com o México e pela expansão da escravidão no Texas. A imagem norte-americana que se formava no país nesse período era a de um país expansionista, intolerante e implacável³⁷².

Em 1835, Porto Príncipe impõe aos navios dos Estados Unidos novas regras que fazem as taxas sobre os produtos norte-americanos subirem quase 50%, além de exigir que estas fossem pagas em espécie pelos capitães das navegações. Além de retaliatório, o intencional sufocamento do comércio com o vizinho do norte vinha tanto como uma forma de suplantar o comércio dos produtos norte-americanos pelos produtos canadenses, quanto como parte de uma política econômica de substituição de importações para o incentivo da

³⁷⁰ Logan, 1941, p. 232 e 233.

³⁷¹ Horne, 2015, p. 157 e 169.

³⁷² Plummer, 1992, p. 38.

manufatura local. Alarmados com a queda de seus rendimentos e cientes de que bastava uma mudança de postura de Washington para que o comércio se normalizasse, os comerciantes norte-americanos que atuavam no Haiti pressionaram o governo federal a nomear um representante diplomático ao país além dos agentes comerciais³⁷³.

Também melhoraria a situação comercial do país se as cartas de comissão desses agentes parassem de se referir ao Haiti como *St. Domingo*, num ato de negação de soberania intencional e inamistoso ao país. Sem ser atendida, a maior parte dos comerciantes dos Estados Unidos se viu obrigada a abandonar o país, que manteve-se determinado nessa postura enquanto não houvesse reconhecimento. Uma consequência não intencional do grande declínio comercial entre os dois países foi que, com menor preocupação de preservar os lucros da comunidade norte-americana no Haiti, Washington ganhou mais flexibilidade para explorar as vulnerabilidades estratégicas haitianas na parte leste de Hispaniola³⁷⁴.

2.4 - O Declínio Haitiano

Não eram apenas os norte-americanos que se encontravam insatisfeitos com o ambiente de negócios nos portos haitianos, regulado por leis discriminatórias aos estrangeiros em geral. A todos os comerciantes estrangeiros era exigido, por exemplo, a compra de uma licença cujo preço disparou de trezentos dólares para mil e quatrocentos dólares em 1832, subindo novamente para dois mil dólares em 1837. Aos que buscavam escapar de exigências como essa, o casamento com uma mulher haitiana configurou estratégia recorrente até o governo eliminar essa alternativa punindo com a perda de cidadania as mulheres que se casassem com brancos³⁷⁵. Essa postura hostil e por vezes xenófoba derivou da extrema precaução de Porto Príncipe em permitir as atividades econômicas de uma comunidade europeia à luz da ressurgência colonial que vinha ocorrendo no resto do mundo. Mas dada a história do país, os visitantes brancos tradicionalmente eram recebidos pela população comum do país com suspeita, e os mesmos reagiram com grande desconforto à falta de direitos especiais e privilégios de que gozavam em territórios coloniais e ex-coloniais³⁷⁶.

O aperto econômico da indenização francesa em suas diferentes formas e do fracasso em segurar a população rural nas *plantations*, porém, colocou Porto Príncipe numa disputa interna entre a demanda pela continuidade da exclusão do direito de propriedade aos

³⁷³ Horne, 2015, p. 170 a 172.

³⁷⁴ Id., p. 172.

³⁷⁵ Lacerte, 1981, p. 509.

³⁷⁶ Gonzalez, 2019, p. 7.

estrangeiros e a demanda por uma maior abertura do país à participação estrangeira na economia haitiana. Nesse contexto, Boyer propôs ao legislativo em 1838 a modificação da constituição para permitir a posse de terras aos estrangeiros, visto que a ameaça de reconquista francesa já estava neutralizada e que havia no país muitas terras vagas e *plantations* abandonadas. A modernização financeira do Haiti também tinha como obstáculo a falta de flexibilidade na exclusão dos estrangeiros, o que travou a entrada de capital internacional³⁷⁷. Na batalha política pela abertura do país, o presidente acabou derrotado pelas forças conservadoras concentradas nas províncias do norte do país e nas forças armadas.

Com a virada da década de 1840, a sorte do presidente e do Haiti começaria a virar em rumos mais dramáticos. Em 1842, um terremoto devastador atingiu as províncias do norte e do oeste do país, causando grande destruição à rica cidade do Cabo Haitiano, antiga capital do reino, a qual chegou a perder metade da população. No começo do ano seguinte, um grande incêndio destruiu parte considerável da capital Porto Príncipe³⁷⁸. O conjunto dessas tragédias exacerbou o desgaste político da presidência vitalícia de Boyer, que chegava ao seu vigésimo quinto ano em meio à estagnação econômica e à queda na arrecadação do governo, que ainda tinha uma considerável e extremamente impopular indenização a pagar, o que mantinha vivo o sentimento de que Boyer havia vendido o Haiti de volta aos franceses³⁷⁹.

Em meio a tudo isso, o general Charles Rivière-Hérard, importante líder de uma elite urbana e mestiça ao sul do país com inclinações crescentemente liberais, chama a região a se levantar contra Boyer, dando início a um movimento que termina com a renúncia do presidente vitalício no dia 13 de março de 1843³⁸⁰. Consolidando seu poder em todo o país, Hérard cria no mesmo ano uma nova constituição que o declara presidente do Haiti por um mandato de cinco anos. A mesma constituição também introduz importantes reformas ao sistema comercial do país em direção a uma atitude mais positiva aos comerciantes estrangeiros, reduzindo-lhes os encargos e aumentando a liberdade para comerciar em mais portos haitianos e adquirir propriedade no país, embora ainda mantendo a proibição de posse de terras³⁸¹. Em decorrência das dificuldades econômicas resultantes do terremoto no norte e

³⁷⁷ Lacerte, 1981, p. 512.

³⁷⁸ Blancpain, 2016, p. 146 e 159.

³⁷⁹ Lacerte, 1981, p. 513.

³⁸⁰ Vidas, 1971, p. 109.

³⁸¹ Lacerte, 1981, p. 513.

do incêndio na capital, Hérard declara moratória no pagamento da indenização para os franceses, retomando os pagamentos somente em 1849³⁸².

A postura mais liberal do novo presidente motivou setores da parte espanhola da ilha a enviar uma delegação a Porto Príncipe para requisitar maior autonomia para a região. Diante da recusa de Hérard, as elites hispânicas do leste começaram a gravitar em torno da ideia de secessão, que resultou em uma revolta generalizada da região contra os haitianos e na declaração de independência da República Dominicana em fevereiro do ano seguinte³⁸³. A grande diferença em recursos humanos e materiais entre as duas partes de Hispaniola traçava um cenário improvável para o sucesso do movimento dominicano. Ciente desse desequilíbrio de forças, Hérard parte para a reconquista do território vizinho liderando pessoalmente uma força com cerca de trinta mil homens. Já enfrentando forte resistência a caminho de Santo Domingo, o presidente toma conhecimento de uma revolta popular iniciada na cidade de Les Cayes e disseminada pelo sul do país em protesto às desigualdades sociais entre os grandes proprietários e os empobrecidos camponeses da região. Batendo em retirada, Hérard acaba deposto por uma nova revolta no país, desta vez organizada por militares do norte em protesto à dissolução da constituição de 1843 e do parlamento haitiano³⁸⁴.

Desse ponto em diante, o afloramento das diferenças políticas colocam em oposição de forma simultânea e interconectada facções como o exército e a administração civil, os interesses rurais e urbanos, as camadas populares e as elites, os extratos negros e mestiços da sociedade. Uma estratégia de compromisso político marcante desse período foi a nomeação, por parte de um Senado dominado por elites civis e mestiças, de presidentes militares negros como forma de apaziguar o exército e a população majoritariamente composta por negros. No entanto, de maneira a preservar seu poder, o Senado priorizou a nomeação de generais idosos e com pouca ou nenhuma educação formal. Isso resultou em quatro anos marcados por presidentes fracos e efêmeros que não tiveram tempo nem poder suficiente para lidar com a revolta dominicana e nem para traçar algum tipo de política externa³⁸⁵.

Hérard então foi sucedido pelo general Philippe Guerrier, de oitenta e sete anos, que faleceu pouco menos de um ano depois de assumir a presidência. Seu sucessor foi o general Jean-Louis Pierrot, de oitenta e quatro anos, cuja falta de apoio político motivou sua

³⁸² Blancpain, 2016, p. 159.

³⁸³ Vidas, 1971, p. 115.

³⁸⁴ Blancpain, 2016, p. 160.

³⁸⁵ Vidas, 1971, p. 119.

deposição do cargo no ano seguinte após atritos com o Senado. O presidente seguinte foi Jean-Baptiste Riché, de sessenta e sete anos, que também faleceu no cargo antes de completar o primeiro ano³⁸⁶. Frente a uma eleição apertada entre dois generais, com o apoio dividido entre o norte e do sul do país, o presidente do Senado Beaubrun Ardouin sugere um terceiro candidato de compromisso entre as facções para evitar que o país mergulhasse em guerra civil pela disputa da presidência. Esse candidato foi o comandante da guarda presidencial, general Faustin Elie Soulouque, de sessenta e cinco anos, sendo o último líder haitiano a ter nascido antes da independência e participado da revolução, assim como o último a ter sido escravizado. Sua escolha deveu-se principalmente por seu perfil cumprir com os requisitos para mais uma presidência curta, inofensiva e facilmente manipulável³⁸⁷.

Nesse meio tempo, os rebeldes dominicanos não sofreram nenhum ataque por parte do Haiti, e isso selaria permanentemente o destino da ilha e da diplomacia haitiana pelo resto do século. Esse breve momento de instabilidade permitiu não apenas a consolidação da República Dominicana como nação independente, mas também deu tempo às grandes potências para a formulação de novas estratégias diplomáticas com o objetivo de se beneficiar da divisão da ilha e do conflito entre os dois países. Outra consequência duradoura desses quatro anos de anarquia foi a deterioração organizacional do exército e das demais instituições haitianas, situação que demorou a ser assimilada por Porto Príncipe³⁸⁸.

2.5 - Os Obstáculos ao Exercício de uma Soberania Negra e Haitiana no Século XIX

Apesar da imagem internacional haitiana ao longo do século XIX ser inseparável de uma noção de caos e barbárie generalizada reminiscentes do período revolucionário, o Haiti foi, pelo menos até o curto intervalo entre a secessão da República Dominicana e a derrubada do presidente Hérard em 1844, um país predominantemente pacato e pacífico que surpreendeu os estrangeiros pela raridade da ocorrência de crimes e de violência em geral. Mesmo a revolução que pôs fim à era Boyer em 1843 não passou de uma desentendimento cavalheiro entre elites rivais do país resolvido sem o recurso da violência. A esse respeito, um observador britânico escreveu que:

Esse extraordinário modo de revolucionar um país com quase nenhuma das cenas de derramamento de sangue, rapina e violência (tão comuns em casos como esse nos países civilizados europeus), cujo sucesso final não pode ser questionado: vai

³⁸⁶ Vidas, 1971, p. 119.

³⁸⁷ Blancpain, 2016, p. 162.

³⁸⁸ Vidas, 1971, p. 129 e 130.

apresentar um caso quase sem paralelos na história e situar o negro em uma estação mais elevada na escala da civilização do que ele era considerado capaz de alcançar até agora³⁸⁹.

Essa projeção nunca se tornou realidade. O estereótipo da barbárie haitiana continuou a ser alimentado e repetido por aqueles que acreditavam na domesticação dos negros como única maneira de conter o que chamavam de “instintos naturalmente bárbaros”, e a instabilidade que se instalou em Hispaniola depois de 1844 apenas revigorou um repertório há muito utilizado internacionalmente para pensar e descrever o país. O Haiti na visão escravocrata seguiu sendo o exemplo mais célebre e extremo de negros caindo em selvageria assim que se livram das restrições da tutela e do controle dos brancos. A negação do reconhecimento da soberania haitiana, primeiro pelos europeus e depois continuamente pelos norte-americanos não deixou de ser a manifestação política desse discurso que nega o direito dos negros à subjetividade, relegando o Haiti a uma zona de negatividade e ausência³⁹⁰.

Reminiscente dos tempos de Dessalines e da sua política de vingança generalizada e relativamente organizada contra os franceses em 1804, o Haitianismo que habitou a mente escravocrata baseou-se numa ideia mais crua e simplificada desse evento, pintando a imagem de uma violência sem princípios, caótica e por vezes demoníaca. Contra a imagem pretendida por Dessalines de uma nação fundada em nome da liberdade, criou-se a imagem duradoura de um *brigand government*, ou governo de bandidos, cujo uso da violência era uma rebelião anárquica e incendiária, não uma expressão revolucionária³⁹¹. Mesmo vinte anos após a revolução e o massacre dos franceses, uma reputação internacional sanguinária do Haiti ainda resistia firmemente na opinião pública de países como os Estados Unidos³⁹².

Ao longo de seu curto governo, Dessalines exortou aos cidadãos haitianos o imperativo de consolidar os objetivos da revolução de tal maneira que mesmo as nações menos amigas da liberdade haitiana os encare não como um bando de escravos, mas sim como homens que amam sua própria independência. Como já mencionado no capítulo anterior e ao longo deste, o fracasso de Porto Príncipe em transmitir essa ideia deve-se em grande parte pelas estratégias dos franceses em reafirmarem-se como os legítimos e verdadeiros soberanos de Hispaniola. Porém, a completa incapacidade da França de exercer posse da ilha após a derrota de Leclerc e Rochambeau mudou o uso de sua prerrogativa

³⁸⁹ Nicholls, 1996, p. 69 e 70.

³⁹⁰ Dash, 1997, p. 8.

³⁹¹ Dun, 2016, p. 217 e 224.

³⁹² Salt, 2019, p. 89.

soberana, que já não era mais utilizada para afirmar sua legitimidade, mas sim para negar a do Haiti³⁹³. Já habituado a resistir ao reconhecimento do direito ao poder e à prosperidade aos indivíduos negros, o mundo atlântico do século XIX não viu dificuldade em atender o apelo francês de continuar fazendo-o diante de uma nação negra³⁹⁴.

O papel de Paris na marginalização consciente e intencional do Haiti, dos haitianos e de sua distinta agenda de poder vem desde o instante em que estes começaram a existir. Quando Toussaint Louverture correspondeu-se com Napoleão, então ocupando o cargo de primeiro cônsul francês, o líder revolucionário identificou-se como o “Primeiro dos Negros” enquanto referia-se ao “Primeiro dos Brancos”. O futuro imperador francês por outro lado não se enxergou como um igual ao comandante de Hispaniola, referindo-se a Louverture e aos haitianos como “africanos dourados” cujas ambições precisavam ser contidas e controladas pela metrópole, como se pretendeu fazer com a prisão de Louverture e com a tentativa de desmobilizar e desarmar os haitianos³⁹⁵.

O ímpeto de colocar o Haiti em seu devido lugar também permeou o decreto real de Carlos X duas décadas depois. A exigência por parte da França de uma indenização tão grande foi fruto de uma escolha política que excede em importância o aspecto financeiro do ato. Sob a mira dos canhões da esquadra do Barão de Mackau, os franceses obrigaram o Haiti a pagar pela liberdade que já havia sido incontestavelmente conquistada no campo de batalha a um custo tão alto que os haitianos se consideravam os verdadeiros mercedores de uma compensação financeira. Tal reconhecimento, inclusive, não foi tratado como um direito dos haitianos, mas sim como um favor concedido por Paris em troca de vantagens comerciais, o que de certa forma suplantou e anulou a declaração de independência haitiana de 1804³⁹⁶. Em antecipação ao fenômeno que marcará a relação da América Latina com as grandes potências, a intenção dos franceses com esse arranjo foi a de embarcar num “novo gênero de colonização, sem as inconveniências e as despesas”, transformando o Haiti em uma colônia comercial³⁹⁷.

Se a Revolução Haitiana pode ser dividida em duas rebeliões diferentes, uma pela liberdade frente à escravidão e a outra pela liberdade frente ao colonialismo; Karen Salt

³⁹³ Jenson, 2012, p. 5 e 15.

³⁹⁴ Salt, 2019, p. 90.

³⁹⁵ Girard, 2005, p. 43 e 44.

³⁹⁶ Eugène, 2003, p. 143, 144 e 146.

³⁹⁷ Nicholls, 1996, p. 62.

defende que uma terceira insurreição, esta em nome da afirmação da soberania haitiana, mantém-se em curso até os dias de hoje com seu objetivo ainda incompleto. Mesmo com as várias divisões internas do Haiti, os cidadãos do país, cuja prerrogativa de seus direitos políticos derivou diretamente de sua identidade racial, desafiavam com sua própria presença e existência o axioma oitocentista de que as pessoas negras, ainda vistas por muitos como subumanas e apolíticas, não tinham direito à soberania³⁹⁸.

A persistência desse conjunto de ideias no mundo atlântico motivou os diferentes atores da região a implementarem de forma consciente uma série de estratégias seja de desengajamento ou de engajamento controlado com o Haiti, pautando suas interações com o país e seus agentes designados em um horizonte negativo: não-reconhecimento e não-reciprocidade para os não-soberanos. Enquanto países como os Estados Unidos enxergassem a ascendência africana de um indivíduo como um impeditivo para sua capacidade de articular, elaborar e praticar política, essa tendência naturalmente se converteria em uma recusa mais ampla em atribuir poder político a qualquer entidade vista como negra, incluindo Estados-nação³⁹⁹.

É importante notar que o Haiti foi o único país das Américas nesse período a ter a independência reconhecida primeiro pela ex-metrópole, com todas as outras nações esperando que a França tomasse essa atitude antes que eles o fizessem. Em contraste, o processo emancipatório do restante do continente antes e depois dos haitianos sempre contou com o apoio de alguma potência europeia ou dos Estados Unidos, sem a espera pelo reconhecimento formal de suas antigas metrópoles⁴⁰⁰. Os benefícios que os haitianos se viram forçados a conceder aos franceses também em muito excedem os eventualmente concedidos pelos demais países americanos. A título de comparação, o Brasil, um país muito maior e mais populoso que o Haiti, precisou pagar a Portugal uma indenização de dois milhões de libras no tratado que reconheceu sua independência, valor que corresponde a uma quantia cerca de três vezes menor que a indenização imposta aos haitianos. Tais fatores evidenciam o quanto a inserção internacional do Haiti foi mais dispendiosa que a do restante da América, com nenhum outro país enfrentando tamanha insistência da metrópole em controlar os termos de suas soberanias e nem a resistência do resto do mundo em contrariá-la⁴⁰¹.

³⁹⁸ Salt, 2019, p. 18 e 25.

³⁹⁹ Id., p. 33.

⁴⁰⁰ Gaffield, 2015, p. 195.

⁴⁰¹ Logan, 1941, p. 220 e 221.

Levando em conta o desacordo do processo haitiano com o padrão geral da inserção internacional americana em decorrência da percepção de suas diferenças raciais e culturais, a comparação deste com o padrão da posterior inserção internacional dos povos de origem africana e asiática pode oferecer um panorama útil para entender as motivações e o *modus operandi* da Europa e dos Estados Unidos neste caso. A absorção dessas regiões ao campo do direito internacional ocorreu por meio de quatro alternativas básicas que não eram mutuamente exclusivas: (1) celebração de tratados; (2) adesão à “família das nações” por meio do cumprimento de requisitos civilizatórios; (3) acordos de protetorado; (4) conquista e colonização. Todas elas envolviam em algum ponto a realização ou a pressão pela realização de profundas reformas internas e externas, as primeiras destinadas a refletir os padrões de civilização europeus nas esferas legais e políticas, e as últimas destinadas a tornar o Estado capaz de sustentar suas obrigações internacionais e os canais necessários para a manutenção das relações com os europeus⁴⁰².

Por volta de 1850, a população global fora do eixo civilizado da Europa e de seus herdeiros culturais nas Américas foi categorizada, sem exceção, entre as esferas do bárbaro e do selvagem, pensadas para abarcar os Estados centralizados e os povos descentralizados, respectivamente. Até o fim do século, os direitos e as responsabilidades legais dos Estados em cada esfera estiveram crescentemente vinculados à percepção de sua posição na escala da civilização, com os civilizados sendo os únicos capazes de exercê-los em sua plenitude. Os “bárbaros” e “selvagens” foram relegados com uma menor capacidade legal, com a diferença de que aos primeiros se concediam reconhecimentos parciais como Estados semi-civilizados com filiação parcial à “família das nações” e uma personalidade legal imperfeita, ao passo que os últimos foram simplesmente conquistados devido à percepção da falta de suficiente competência para o exercício de soberania⁴⁰³.

Considerando que a principal motivação dos países interessados em se tornar parte da “família das nações” de forma voluntária era a de preservar suas capacidades soberanas frente ao crescente domínio militar e econômico do ocidente em todo o mundo, os processos descritos traziam consigo uma grande e irreparável contradição. Para estas sociedades, a obtenção de reconhecida personalidade internacional ocorria precisamente quando estas deixavam de ter existência soberana, seja em sua absorção ao domínio colonial europeu ou na profunda alteração de suas próprias práticas culturais e organizações políticas. Ou seja, para

⁴⁰² Anghie, 1999, p. 32 e 47.

⁴⁰³ Gong, 1984, p. 55 e 56.

ter direito à soberania territorial e cultural, era preciso antes abrir mão de uma ou de ambas em nome dos desígnios de outrem⁴⁰⁴. A entrada destas sociedades na esfera ocidental ocorria portanto em termos que as subordinaram e as incapacitaram.

Sob essa ótica, a leitura e análise da trajetória internacional haitiana nos permite constatar que, mesmo sendo uma sociedade atlântica em meio a um processo histórico atlântico, a inserção internacional do Haiti à “família das nações” se deu de forma mais aproximada à de países asiáticos no fim do século do que a de seus pares americanos no mesmo período. Seu caráter africano colaborou para que as potências locais por vezes tratassem o país como um antro de barbarismo e selvageria culturalmente incompatíveis com o restante do continente, o qual, diferente do Haiti, não precisou ser subjetivamente submetido a testes constantes de civilização e nem à objetiva insistência europeia de assumir a soberania haitiana para si. O reconhecimento haitiano se deu de maneira a lesar a economia e o equilíbrio social do país, e ainda assim colocou o Haiti apenas a meio caminho do status de nação soberana, lhe faltando ainda várias camadas de reconhecimento enquanto prevaleceram suas características africanas e seu ordenamento jurídico nativista.

⁴⁰⁴ Gong, 1984, p. 31 e 61.

Capítulo III - Estados Unidos e a Expansão do Estado Escravista

O período entre 1825 e 1850, beirando o final do chamado *antebellum*, é marcado na história norte-americana como anos de progressiva fragmentação doméstica em torno especialmente da questão da escravidão, com diversos aspectos do funcionamento do aparato estatal do país causando intensas discórdias seccionais entre os interesses do norte e do sul dos Estados Unidos. A manifestação crescente dessa dicotomia na política doméstica do país, por sua vez, não se constata da mesma forma na política externa norte-americana, cuja condução dentro desse espaço de tempo foi consistentemente dedicada, inicialmente à proteção, e posteriormente à expansão da agenda escravocrata tanto em nível local quanto em nível hemisférico⁴⁰⁵.

Partindo dos ideais progressistas da Revolução Americana e do crescente nível de participação e autonomia de que gozavam os cidadãos norte-americanos em comparação com o resto do mundo, os Estados Unidos mantiveram desde seu surgimento uma reputação de terra da liberdade e oportunidade com o sistema político mais igualitário do mundo. Embora isso fosse verdade eventualmente para todos os homens brancos do país, a mesma constituição que lhes garantia esses direitos também acabou abrigando a expansão de uma das maiores sociedades escravocratas da história. Isso foi possível graças à maior mobilização dos defensores da escravidão, que investiram mais energia para protegê-la na convenção constitucional de 1787 do que os antiescravistas o fizeram para opô-la⁴⁰⁶. Nota-se, portanto, que a causa abolicionista surgiu fraca e dispersa como força política a nível nacional durante a fase revolucionária, e viria a se enfraquecer ainda mais antes de tornar-se relevante o suficiente para tomar o governo federal das mãos dos setores escravistas, quase setenta e cinco anos depois da independência norte-americana.

O mesmo não podia ser dito do Caribe, onde o abolicionismo se alternava entre arrancadas súbitas como o processo da revolução em Saint-Domingue e do surgimento soberano do Haiti, e passos graduais como a pressão da Grã-Bretanha pelo fim do comércio de escravos a partir de seu exemplo em 1807 e a abolição da escravidão nas Antilhas britânicas em 1833 e nas Antilhas francesas em 1848. De toda forma, a região avançava decisivamente em direção à erradicação total da escravidão. Já muito próximo dos Estados

⁴⁰⁵ Fehrenbacher, 2002, p. 91.

⁴⁰⁶ DRESCHER, Seymour. *Abolition: A History of Slavery and Antislavery*. Cambridge: Cambridge University, 2009, p. 131 a 133.

Unidos em suas primeiras décadas, o mar do Caribe vai se tornando uma importante adjacência do país com a expansão norte-americana aos territórios da Louisiana, da Flórida e do Texas ao longo do século XIX, não menos motivada por um ímpeto preemptivo para a proteção dos Estados Unidos de possíveis ameaças vindas da região, dentre elas o próprio abolicionismo.

Antes dos britânicos, a principal fonte dessa reverberação abolicionista era o Haiti, e mesmo quando mantido à sombra da Grã-Bretanha ao longo do embate hemisférico com o escravismo dos Estados Unidos, o país continuou a ser a primeira e a última imagem evocada na mente escravocrata em toda a América. Tal como o conceito de Orientalismo de Edward Said, o Haiti, ou o chamado Haitianismo, emergiu como um símbolo poderoso e inesgotável do terror da revolta escrava, projetado pelo observador estrangeiro, em especial o norte-americano, para satisfazer uma série de necessidades materiais e psicológicas. A partir delas, é formado um sistema de valores antitéticos entre o Sujeito e o Outro, ou, mais especificamente, entre os Estados Unidos e o Haiti⁴⁰⁷. Esse conjunto de sentimentos e considerações políticas serão os grandes vetores das relações e, principalmente, do evitamento de relações entre Washington e Porto Príncipe.

3.1 - A Dinâmica Partidária Norte-Americana

Com exceção da proibição do tráfico internacional de escravos em 1807, sem dúvida uma vitória abolicionista mas não menos resultante do desejo sulista de interromper o fluxo de negros para os Estados Unidos, especialmente os provenientes das Antilhas francesas⁴⁰⁸; o antiescravismo no país já havia deixado de existir como uma força política efetiva no sul e nos territórios fronteiriços, e mesmo ao norte o movimento já estava minguando à altura da independência haitiana em 1804⁴⁰⁹. Conseqüentemente, o abolicionismo manteve-se como uma força irrisória em Washington até fins da década de 1850, com suas vertentes mais radicais lutando para sobreviver na Câmara dos Representantes e inexistindo no Senado e sobretudo no poder executivo federal. A consistência com que o departamento de estado dos Estados Unidos manteve-se em defesa da escravidão ao longo dos contenciosos com outros países em torno de questões como a dos escravizados fugidos e da captura de navios negreiros norte-americanos deve-se a essa configuração geral. A presença de um presidente e

⁴⁰⁷ Dash, 1997, p. 1.

⁴⁰⁸ Fehrenbacher, 2002, p. 141 e 142.

⁴⁰⁹ Matthewson, 1995, p. 233.

de um secretário de estado proveniente tanto do norte ou do sul do país e filiado tanto ao partido *Whig* ou Democrata não representou nenhuma diferença nesse comprometimento⁴¹⁰.

Como já mencionado nos capítulos anteriores, a comoção gerada pela Revolução Haitiana exerceu uma grande influência direta e indireta no endurecimento do sistema escravista norte-americano, como pode ser visto, por exemplo, na adoção de uma rígida legislação de controle de escravizados no território recém-adquirido da Louisiana, o qual em muitos aspectos configurou-se como uma sobrevida do sistema destruído pelos haitianos. Isso pode ser constatado no fato de que o autor da legislação mencionada foi um proprietário de escravos refugiado de Saint-Domingue, e que o alvo de suas preocupações foi a suspeita de várias conspirações movidas pela presença de negros rebeldes provenientes da antiga colônia ou inspirados pela luta que havia sido travada nela⁴¹¹.

De toda forma, a ligação da agenda escravocratas com as relações exteriores dos Estados Unidos não só antecede o surgimento soberano do Haiti, conduzindo a diplomacia norte-americana em defesa do direito de propriedade ao escravizado desde a guerra revolucionária, como também se expande para muito além dele. Exemplos disso são a renovação das demandas de devolução de escravizados após a Guerra de 1812 e as expedições para a destruição de assentamentos de negros fugidos na Flórida Espanhola ao longo das administrações de James Madison e James Monroe. O contexto geral dessa conexão inicial da política externa com os interesses dos setores escravistas era o de proteção da noção do escravizado como um bem que deve ser devolvido ou ressarcido, e do evitamento de uma nova revolução de escravizados como a haitiana, ou ao menos do esforço para a contenção desta. Nenhuma dessas demandas requereu, a princípio, a organização de toda a política externa dos Estados Unidos em torno da preservação do sistema de trabalho do sul, mas de toda forma já contava com forte apoio dela⁴¹².

Para melhor entender o funcionamento da política interna dos Estados Unidos do período e a forma como esta permitiu e proporcionou o predomínio dos proprietários de escravos e dos defensores e apologistas do sistema escravista, é fundamental conhecer as peculiaridades do sistema partidário norte-americano. Ao longo de todo o período estudado neste trabalho os Estados Unidos estiveram sob o bipartidarismo do chamado segundo sistema partidário, que sucedeu o sistema de partido único dos Democratas-Republicanos

⁴¹⁰ Fehrenbacher, 2002, p. 111.

⁴¹¹ Horne, 2015, p. 115.

⁴¹² Karp, 2016, p. 15.

vigente desde 1817 e resultado do simultâneo fortalecimento dos Republicanos jeffersonianos e do profundo declínio do partido Federalista com o desfecho da guerra de 1812⁴¹³.

As origens do dito bipartidarismo estão na disputada eleição presidencial de 1824, responsável pela irreparável fragmentação dos Democratas-Republicanos ao longo dos próximos anos. Quatro candidatos concorreram ao pleito: o secretário de estado John Quincy Adams (filho do ex-presidente John Adams), o general e herói da guerra de 1812 Andrew Jackson, o presidente da Câmara dos Representantes Henry Clay, e o secretário do tesouro William Crawford. Apesar da liderança de Jackson, nenhum dos candidatos obteve maioria dos votos. Segundo a constituição, a decisão entre os três candidatos mais bem colocados (o que excluiu Clay) caberia então à Câmara dos Representantes, que, mediante forte articulação de Clay contra Jackson, concedeu a vitória a Adams⁴¹⁴.

Sentindo-se injustiçados por perder a eleição com grande vantagem no número de votos e ultrajados com a percepção de que Clay beneficiou Adams em troca do cargo de secretário de estado, Jackson e seus seguidores exerceram forte oposição ao longo do mandato do presidente, com uma série de iniciativas obstrutivas em muito responsáveis pela inefetividade geral do mandato de Adams⁴¹⁵. Os quatro anos seguintes foram palco da intensificação das divisões internas do partido entre a ala de Adams e Clay e a de Jackson, autodenominadas como Republicanos Nacionais e Republicanos Democratas, respectivamente. Com maior capacidade de mobilizar seus apoiadores e as camadas populares, o general oficializou a cisão partidária ao converter sua ala no partido Democrata para as eleições de 1828, da qual saiu vitorioso contra Adams com forte apoio das regiões do sul e do oeste. A reorganização dos Nacionais Republicanos em uma organização nova e distinta com o objetivo de se opor ao forte apelo popular do presidente veio com a fundação do partido *Whig* em 1834⁴¹⁶.

Apesar do sucesso eleitoral, o novo partido Democrata ainda não possuía uma plataforma propriamente dita na entrada dos anos 1830, havendo somente uma aparência de união partidária e a convivência de uma série de entendimentos implícitos, tais como a animosidade com os ingleses e os indígenas, assim como a oposição ao presidente Adams.

⁴¹³ BINKLEY, Wilfred Ellsworth. *História dos Partidos Políticos Americanos*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961, p. 139.

⁴¹⁴ Bailey, 1968, p. 40 e 41.

⁴¹⁵ HERRING, George C. *From Colony to Superpower: U.S. Foreign Relations since 1776*. Oxford: Oxford University, 2008, p. 163.

⁴¹⁶ Bailey, 1968, p. 44 e 50.

Ao longo dessa década, os Democratas formavam uma aliança bem equilibrada do norte, do sul e do oeste; identificando-se nos tempos de Jackson com seu vigoroso nacionalismo e igualitarismo, além de suas políticas de avanço da fronteira agrícola no sudoeste por meio da remoção dos indígenas; antes de se identificar com a plataforma dos direitos estaduais e se tornar um instrumento dos senhores de escravos⁴¹⁷.

Único adversário dos Democratas pelos próximos vinte anos, o partido *Whig* era formado principalmente pelas camadas mais altas da sociedade, ganhando a reputação do partido dos intelectuais, banqueiros, industriais, latifundiários e demais membros da “aristocracia” nacional. Ao mesmo tempo que abrigou os partidários antiescravistas do nordeste, também absorveu vários grandes proprietários de escravos do sul, apelando para as características em comum entre os dois grupos: o temor por uma rebelião de escravizados e pela miscigenação racial do país. Especificamente no sul, o partido costumava levar os votos das cidades enquanto perdia nas áreas rurais para os Democratas com maior apelo às classes média e baixa. Ao fim da década de 1830, o movimento *Whig* recebeu uma considerável leva de desertores Democratas insatisfeitos com vários aspectos do governo de Jackson, amadurecendo consideravelmente com o avanço da revolução industrial nos Estados Unidos para atuar de forma integrada e conquistar a presidência pela primeira vez⁴¹⁸.

Com nenhum dos dois partidos comprometido com a causa da abolição, os debates em torno desta foram afastados da agenda política nacional, especialmente a partir do Compromisso de 1820⁴¹⁹. O novo sistema partidário configurou-se de forma a evitar o conflito em torno do divisivo tema da escravidão no âmbito dos três poderes e mantê-lo somente nas esferas civis da opinião pública, onde a luta antiescravista também estava longe de ser hegemônica. A maior parte do tempo e da energia de sociedades abolicionistas do período, como *American Anti-Slavery Society* fundada na Filadélfia em 1833, era gasto com os próprios brancos, que ainda precisavam ser convencidos de que os negros podiam viver em liberdade de forma harmoniosa e construtiva com o intermédio da religião e da educação⁴²⁰.

⁴¹⁷ Binkley, 1961, p. 171 a 173.

⁴¹⁸ Id., p. 225 a 229.

⁴¹⁹ Compromisso que regulou a admissão dos estados do Maine e do Missouri à União de forma a manter o equilíbrio entre os estados livres e os escravistas, proibindo a expansão da escravidão ao norte do paralelo 36. Com isso, a escravidão ficou circunscrita aos territórios nacionais abaixo dessa linha, com exceção do próprio Missouri.

⁴²⁰ Drescher, 2009, p. 142 e 143.

Exercendo a presidência por dois mandatos até 1837, Andrew Jackson e sua organização partidária causaram importantes e duradouros impactos ao sistema político norte-americano. Focando sua campanha de mobilização em massa nos estados fronteiriços e no sul, a principal plataforma do general foi a ampliação do sufrágio a praticamente todo homem branco com idade suficiente para votar, oficializando a transição do eleitorado norte-americano de uma pequena elite para a predominância de uma classe média em expansão. O crescimento do eleitorado também deu força a um sistema de espólios no qual a mobilização política era convertida na criação de verdadeiras máquinas partidárias para a distribuição de cargos e patronato entre os apoiadores do partido dentro da administração pública federal⁴²¹. A cada novo presidente, portanto, todos os funcionários do governo podiam ser, e frequentemente o eram, removidos e substituídos pelos apoiadores partidários da nova administração, num sistema que se expandiu de forma virtualmente descontrolada até a regulação do serviço público dos Estados Unidos em 1883⁴²².

Para os proprietários de escravos do país, o patrocínio político e o acesso facilitado à administração pública do baixo ao alto escalão surgiram como oportunidades indispensáveis para a proteção de seus interesses. Aprendendo com a experiência abolicionista na Grã-Bretanha, esse setor logo se deu conta que a segurança da escravidão dependia de sua proximidade ao poder federal⁴²³. Presentes e relevantes em ambos os partidos, os senhores de escravos do sul aos poucos conduziram o segundo sistema partidário em direção à marginalização das vozes abolicionistas dentro do *mainstream* político nacional, garantindo que as únicas ameaças restantes à escravidão no país eram as provenientes do exterior, o que demandou uma política externa voltada para lidar com elas. Já na metade da década de 1840, a orientação escravista das relações exteriores dos Estados Unidos mostrava-se praticamente imune aos limites da política doméstica⁴²⁴.

Concluídos os oito anos da presidência de Jackson, seu principal herdeiro político, Martin Van Buren, conseguiu vencer as eleições de 1836 com facilidade devido ao ímpeto ainda forte do movimento jacksoniano e à divisão dos *Whigs* em três candidatos presidenciais, numa tentativa de passar novamente a decisão da eleição para a Câmara dos Representantes como em 1824. No entanto, as crises econômicas durante seu mandato

⁴²¹ MCDONALD, Michael P. American Voter Turnout in Historical Perspective. In: LEIGHLEY, Jan E. (ed.). *The Oxford Handbook of American Elections and Political Behavior*. Oxford: Oxford University Press, 2012.

⁴²² Bailey, 1968, p. 49.

⁴²³ Karp, 2016, p. 17.

⁴²⁴ Id., p. 21 e 72.

ajudaram a unir a oposição em torno de William Henry Harrison, que possuía um perfil e uma trajetória política e militar semelhantes ao de Jackson e foi capaz de utilizar as forças que elegeram os Democratas nos últimos doze anos contra eles⁴²⁵.

Tal vitória, por sua vez, veio ao custo de uma agregação muito heterogênea de valores em torno da chapa vencedora dos *Whigs* que, para conquistar parte substancial do eleitorado sulista, trouxe o nome do virginiano John Tyler como vice. Com o adoecimento e subsequente morte de Harrison, a falta de princípios partidários da chapa torna a ascensão de Tyler um grande problema para os representantes do partido no legislativo. Incapazes de se conciliar com a agenda política do novo presidente e de exercer controle sobre ela, o partido logo entrou em rota de colisão com Tyler após este, em nome dos direitos estaduais, vetar repetidas vezes resoluções e projetos legislativos chaves de Henry Clay, uma das grandes lideranças *Whig*⁴²⁶.

A crise gerada resultou na renúncia de quase todo o gabinete presidencial, com os *Whigs* pressionando Tyler a fazer o mesmo, por fim decidindo pela sua expulsão do partido em 1841 diante de sua recusa. Governando sem partido pelo resto dos três anos de mandato, Tyler já não estava mais vinculado aos imperativos partidários que restringiam o mandato dos demais presidentes ao longo do segundo sistema partidário, preenchendo seu gabinete, especialmente a secretaria de estado, com ardentes defensores da escravidão de ambos os partidos⁴²⁷. Munido de rara liberdade para promover suas crenças pessoais, Tyler exerceu a presidência com a agenda pró escravista mais ativa de toda a história norte-americana⁴²⁸.

Ao fim do mandato de Tyler, o sentimento antibritânico que ainda permeava o sul e as regiões fronteiriças intensificou-se com a percepção da Grã-Bretanha como um rival abolicionista que ameaçava a presença norte-americana nas regiões do Texas e do Oregon. Sob o lema da “reanexação do Texas e reocupação do Oregon”, que utilizou-se da ideia implícita no prefixo para reforçar a presença e o direito histórico dos Estados Unidos à esses territórios, os Democratas lançaram James Knox Polk do Tennessee como candidato à eleição presidencial de 1844. O processo de anexação do Texas, sancionado ainda por Tyler mas conduzido pela administração Polk, e a tomada de todo o norte do México durante a guerra

⁴²⁵ Binkley, 1961, p. 207 e 225.

⁴²⁶ Id., p. 244 e 246.

⁴²⁷ Karp, 2016, p. 36.

⁴²⁸ CRAPOL, Edward P. *John Tyler: The Accidental President*. Chapel Hill: The University of North Carolina, 2006, p. 58.

de 1846 fascinou a ala expansionista e escravocrata, dando-lhes grande confiança de sua invencibilidade e de um futuro glorioso para a instituição caso fosse mantida a linha do Compromisso de Missouri de 1820⁴²⁹.

A crescente transformação do partido Democrata no partido da escravidão começou já durante o mandato de Polk a alienar alguns dos membros do partido no norte. Essa divisão se converteu em crise com a votação da chamada Emenda Wilmot, a qual tentou banir a escravidão de todo o território adquirido do México e que chegou a passar na Câmara dos Representantes, sendo barrada no Senado, onde os escravocratas eram mais fortes. Para tentar manter a unidade do partido, a ala escravocrata lança na eleição de 1848 Lewis Cass, de Michigan, como um candidato de compromisso descrito com um “homem nortista com princípios sulistas”. A candidatura, no entanto, não foi capaz de gerar força suficiente para derrotar mais um herói de guerra lançado pelo partido *Whig*, resultando na vitória do militar Zachary Taylor, herói da guerra mexicana, que logo foi sucedido pelo vice Millard Fillmore após sua morte em pouco mais de um ano de mandato⁴³⁰.

3.2 - Escravidão e a Política Externa dos Estados Unidos

A antiga noção historiográfica de que as sociedades escravistas estavam em franco declínio no meio do século XIX e condenadas ao desaparecimento desde o princípio da expansão do trabalho assalariado tem sido progressivamente descartada nos últimos anos diante das evidências da integração dinâmica da escravidão à economia global e de sua assimilação de práticas econômicas modernas nessa mesma época. Em um contexto anteriormente interpretado como sendo de crise generalizada, as três maiores sociedades escravistas do ocidente -os Estados Unidos da América, o Império do Brasil e a colônia espanhola de Cuba- seguiram firmemente comprometidas com a escravidão, e com isso todas experimentaram um período de grande prosperidade econômica, quase dobrando o valor da produção de *commodities* com mão-de-obra escrava entre 1820 e 1860 mesmo frente à oposição abolicionista britânica. Nesse contexto, os proprietários de escravos viam-se cada vez mais confiantes da força de suas próprias posições no mundo atlântico da época, com os norte-americanos em particular orgulhando-se de criar e liderar a mais rica e dinâmica sociedade escrava do mundo⁴³¹.

⁴²⁹ Binkley, 1961, p. 209 e 210.

⁴³⁰ Id., p. 211.

⁴³¹ Karp, 2016, p. 7 e 8.

No mesmo período, metade do valor das exportações dos Estados Unidos veio do algodão cultivado no sul com mão de obra escravizada. Não por acaso, a região teve um crescimento per capita mais intenso que o norte durante o intervalo entre 1840 e 1860 e destacando-se como o lar de dois terços dos cidadãos norte-americanos com propriedades com valor acima de cem mil dólares. Sobressaindo-se das demais economias escravocratas, o sul do *Antebellum* construiu uma das redes de comunicação e transporte mais extensas e avançadas do mundo, perdendo apenas para o norte dos Estados Unidos. Apesar de ser menos pujante que no resto do país, o nível de industrialização da região esteve claramente acima dos padrões globais da época⁴³².

Estando no comando de uma grande economia agroexportadora que dependia dos rumos do mercado global, os escravocratas do sul não podiam prescindir de um profundo engajamento com a política exterior, tornando-se a classe produtora norte-americana mais envolvida e atenta ao desenvolvimento da política internacional, especialmente no que dizia respeito aos avanços e recuos da escravidão no hemisfério e no planeta. Para proteger a instituição internamente da ameaça abolicionista, era necessário também ser um ator vigilante e atuante nesse mesmo embate a nível mundial, e um valioso instrumento para este papel foi o alcance, os recursos e o aparato humano e material da política externa dos Estados Unidos. Unidos de um firme controle sobre ela, a classe de proprietários de escravos tiveram condições de executar uma série de ações audazes como a secessão e anexação do Texas, a guerra com o México e, por último, a criação dos Estados Confederados da América⁴³³.

É importante mencionar também que não foi apenas o sucesso econômico doméstico que afastou a escravidão de ser um sistema irrelevante e obsoleto no meio do século. O pouco impressionante desempenho econômico pós-abolição das repúblicas latino-americanas, das Índias Britânicas Ocidentais e sobretudo do Haiti surgiam aos escravocratas como evidências igualmente fortes de que o sistema escravista de hierarquia racial era a verdadeira forma de progresso da civilização. A adoção pelos europeus de regimes de *apprenticeship* com ex-escravizados caribenhos e também africanos, chineses e indianos em seus domínios coloniais na Ásia e na África nos anos 1850, o qual acabou se mostrando uma forma de trabalho forçado via coerção não muito diferente da escravidão; pareciam aos norte-americanos

⁴³² Drescher, 2009, p. 298.

⁴³³ Karp, 2016, p. 8.

indícios de que o abolicionismo se tratou apenas de um equívoco momentâneo que poderia e deveria ser corrigido e revertido⁴³⁴.

Uma das características mais distintas da política externa escravocrata dos Estados Unidos foi o ímpeto de proteger o direito à propriedade escrava onde quer que ele existisse no hemisfério, e principalmente onde ele se encontrava ameaçado. Portanto, a preservação do sistema no Caribe (e depois em Cuba), no Brasil e na América do Norte (especialmente no Texas), e a contenção das ameaças abolicionistas figuravam entre as maiores prioridades dos senhores de escravos no comando da secretaria de estado e das representações diplomáticas norte-americanas pelo Atlântico. Naturalmente, a oscilação entre uma postura mais cautelosa e uma mais expansiva nesse embate dependeu completamente das condições políticas nacionais e internacionais dos Estados Unidos como um todo, e em vista disso a defesa dos interesses escravistas ora tomou a forma de aquisição de território ou de admissão de novos estados escravistas, como no Texas; ora tomou a forma de observação cautelosa, como em Cuba. A expansão territorial do país nunca esteve acima da preservação da escravidão, ocorrendo somente quando a servia ou, pelo menos, não a prejudicava⁴³⁵.

Entre o período revolucionário e a virada do século XIX, os estados do chamado *Upper South*, no caso Maryland, Delaware, Virgínia e Carolina do Norte; já encontravam-se num processo de gradual abolição da escravidão. No entanto, por razões já mencionadas ao longo do trabalho como a Revolução Haitiana e a compra da Louisiana, tal processo já havia se interrompido à altura dos anos 1820, quando a expectativa pela morte iminente da escravidão no país nutrida no século interior já havia sido reajustada ao novo contexto político, no qual a aspiração por uma grande república ofuscou a de abolir o trabalho escravo. Em âmbito nacional, os anos finais do século XVIII deram início à entrada de novos estados escravistas que estenderam-se por uma área maior que a de suas contrapartes livres. A vigência do comércio transatlântico de escravos entre 1783 e 1807 também garantiu que a escravidão se expandisse em ritmo mais acelerado que a liberdade entre a população de origem africana dos Estados Unidos, trazendo um número maior de escravizados do que a quantidade de negros que ganhou sua liberdade no mesmo período⁴³⁶.

Após a resolução do conflito com a Grã-Bretanha, a diplomacia dos Estados Unidos e seus principais expoentes, como Thomas Jefferson, John Adams, John Jay e Gouverneur

⁴³⁴ Karp, 2016, p. 9.

⁴³⁵ Id., p. 15.

⁴³⁶ Drescher, 2009, p. 142.

Morris, todos de convicção antiescravista; direcionaram um esforço significativo para reaver a propriedade dos cidadãos norte-americanos perdida por ação britânica ao longo da guerra de independência, dentre as quais figurava uma quantidade considerável de escravos fugidos para o Canadá e o Caribe, ou recrutados e libertados pelo exército britânico. Mesmo com esse aparente conflito ideológico entre os agentes de estado e sua missão, a conduta diplomática de Washington teve por objetivo a proteção de interesses econômicos, dos termos acordados no tratado de Paris de 1783 e do direito de propriedade⁴³⁷.

Apesar de ser compreensível a manutenção dessa conduta em tempos de guerra, Washington foi tão persistente quanto ao lidar com a questão dos escravos fugidos para os territórios vizinhos em tempos de paz. Ao longo da administração de John Quincy Adams e de seu secretário de estado Henry Clay, ambos também antiescravistas, insistiu-se com vigor para a inserção de uma cláusula determinando a obrigação mútua do retorno de escravos fugidos durante a negociação de um tratado comercial com o México, que terminou rejeitando a emenda. Considerando que a instituição já praticamente inexistia no país vizinho, tal cláusula existiu para beneficiar somente os Estados Unidos. Buscando fechar todos os canais possíveis para a fuga dos cativos, os diplomatas norte-americanos também pressionaram o Canadá, onde as leis locais determinaram a libertação de todo e qualquer negro em solo canadense mesmo antes dos britânicos abolirem o sistema em suas demais colônias no Caribe. Tal qual o resultado da negociação com o México, a demanda não foi aceita⁴³⁸.

A eleição de Adams e o início do segundo sistema partidário, no entanto, dão início a um período de contenção da expansão nacional e da projeção externa dos Estados Unidos em comparação aos anos anteriores. Utilizando o conceito do cientista político Frank L. Klingberg (1952) de fases de introversão e extroversão do clima político internacional norte-americano, o qual abarca o conjunto da disposição geral do governo federal, do congresso e do eleitorado; é possível identificar a posição internacional dos Estados Unidos dentro do recorte temporal deste trabalho como um intervalo entre duas fases de extroversão, a primeira entre 1798 e 1824, marcada pela compra da Louisiana e da Flórida e pelo lançamento da Doutrina Monroe; e a segunda de 1844 até 1871, marcada pelas expansões sobre o Oregon, o

⁴³⁷ Fehrenbacher, 2002, p. 92.

⁴³⁸ Id., p. 98, 101 e 104.

Texas, o México e o Alasca, uma forte pressão pela expansão sobre o Caribe e o reavivamento da Doutrina Monroe⁴³⁹.

As aspirações de Adams e Clay em engajar-se na política hemisférica e em liderar o continente no impulso da Doutrina Monroe e da meteórica trajetória internacional dos Estados Unidos durante o mandato de Adams como secretário de estado foram amplamente contidas por uma forte oposição do legislativo. Um grande exemplo disso foi o Congresso do Panamá em 1826, visto pela dupla como uma grande oportunidade de consolidar a liderança regional norte-americana aspirada por ela. No entanto, o evento acabou atraindo forte oposição doméstica não menos canalizada pelo adeptos de Jackson, mas também voltada às perspectivas de que lá seriam debatidos temas como a escravidão, o tráfico de escravos e o status internacional do Haiti. Dessa forma, a participação dos Estados Unidos nunca se materializou, pois, mesmo tendo obtido a aprovação nas duas casas para o envio de uma delegação, a protelação intencional do Senado fez com que os delegados não chegassem a tempo de participar do evento⁴⁴⁰.

Por mais que a dupla tenha investido muita energia na negociação de tratados de comércio com a América Latina, Washington foi capaz de conquistar muito pouco com essa investida por uma série de desentendimentos com os países sul-americanos, a recusa da Grã-Bretanha em abrir o comércio das Antilhas Britânicas e a resistência dos setores escravocratas ao reconhecimento do Haiti⁴⁴¹. Como consequência dessas ambições internacionais fracassadas, o novo partido Democrata ganhou força suficiente para garantir as próximas três eleições presidenciais, com Jackson e Van Buren despriorizando a agenda externa em prol de seus interesses domésticos.

A organização da oposição também teve importantes efeitos na postura política sulista e nacional acerca da escravidão, com o Congresso do Panamá marcando um momento decisivo para a formação de uma agenda escravista internacional a partir da forte oposição montada contra o reconhecimento do Haiti e ao debate da escravidão com outros países da região. Tal mobilização se intensificou ainda mais em 1833, em reação à decisão britânica de abolir a escravidão em suas colônias do Caribe, o que não apenas libertou quase um milhão de negros em estreita proximidade à costa sulista dos Estados Unidos; mas também colocou a

⁴³⁹ KLINGBERG, Frank L. The Historical Alternation of Moods in American Foreign Policy. *World Politics*. Vol. 4, No. 2, pp. 239-273, 1952, p. 243 e 250.

⁴⁴⁰ Herring, 2008, p. 162 e 163.

⁴⁴¹ Id., p. 143 e 161.

nação mais poderosa do mundo e seus recursos econômicos, diplomáticos e militares em oposição ao sistema escravista⁴⁴².

Os oito anos da gestão de Andrew Jackson foram marcados pela falta de experiência e de forte atuação do presidente em questões de política externa, tópico que sequer foi mencionado em seu discurso de inauguração em 1829. Voltando sua atenção para a consolidação territorial interna do país com as políticas de remoção indígena, Jackson e seu sucessor Van Buren, mantiveram uma atitude internacional cautelosa e moderada, com o país evitando conflito com os britânicos nas disputas pela demarcação da fronteira do norte, declarando-se neutro na guerra de secessão do Texas com o México e recusando as primeiras solicitações dos texanos pela anexação do território aos Estados Unidos⁴⁴³. Um dos grandes legados de Jackson na condução da política externa norte-americana foi sua reforma do departamento de estado, que foi incluído no chamado sistema de espólios, com os secretários de estados e o corpo diplomático passando a ser utilizados com fins políticos por meio da nomeação de comerciantes e políticos aliados para a secretaria de estado e a representação norte-americana em outros países em detrimento de diplomatas de carreira⁴⁴⁴.

Com a crescente dominação do aparato diplomático por políticos escravocratas e demais defensores da escravidão, a década seguinte foi marcada por tensas relações entre Washington e Londres em torno do território do Oregon e da independência do Texas, esta última correndo o risco de converter o vasto território texano em um território livre por influência britânica. O grande centro das controvérsias seguiu sendo o antiescravismo britânico e a abolição geral de 1833 e as crises geradas em consequência deles, como as ocorridas com a libertação dos escravizados transportados por navios norte-americanos como o *Comet* (1831), o *Encomium* (1834) e o *Enterprise* (1835)⁴⁴⁵.

Outro foco de conflito entre as duas potências foi a participação de cidadãos norte-americanos no tráfico internacional de escravos. Embora houvesse nos Estados Unidos uma rara unanimidade política contra a importação de escravos africanos ao país e na fiscalização da proibição da mesma estabelecida em 1808, o apoio à escravidão em geral também se refletiu em uma participação significativa do país no tráfico transatlântico de escravos para outras regiões. Por mais que a proibição tenha provocado uma redução drástica da grande

⁴⁴² Karp, 2016, p. 15 e 17.

⁴⁴³ Klingberg, 1952, p. 243 e 244.

⁴⁴⁴ Herring, 2008, p. 164.

⁴⁴⁵ Fehrenbacher, 2002, p. 163.

rede comercial de negociadores de escravos no país, arrastando-se pela década de 1820 com uma insignificante composição norte-americana em navios negreiros estrangeiros; a situação se reverteu ao longo da década seguinte⁴⁴⁶.

Diante da crescente pressão das políticas britânicas de supressão ao tráfico em cima de navios brasileiros, portugueses e espanhóis, os Estados Unidos surgiram como importante aliado fora do alcance coercitivo de Londres. Dessa forma, a bandeira norte-americana garantiu a proteção de navios negreiros por todo o Atlântico até a guerra civil, com uma forte participação de cidadãos do país como tripulantes, proprietários dos navios e agentes comerciais operando de norte a sul na costa norte-americana, assim como no Brasil e em Cuba. Como resultado, até o fim dos anos 1840 a cidade de Nova York já havia se tornado o lugar onde mais se organizavam, se financiavam e se equipavam viagens de navios negreiros em todo o mundo⁴⁴⁷.

Em 1840, William Henry Harrison, candidato do partido *Whig*, elegeu-se presidente com uma plataforma hostil à expansão territorial dos Estados Unidos. Com sua morte depois de apenas um mês de mandato, a presidência é transferida para seu vice, John Tyler, que nutriu grande entusiasmo pela agenda expansionista. Em decorrência disso, o novo presidente aliou-se com os grupos escravistas que viam a expansão, especialmente sobre o território do Texas, como a estratégia mais favorável para a preservação da escravidão no país e no continente⁴⁴⁸. Tendo defendido a escravidão ao longo de toda sua vida pública, Tyler formou um gabinete fortemente voltado para o suporte da instituição e para o enfrentamento hemisférico com os britânicos. Para isso, era necessário elevar as capacidades navais e militares dos Estados Unidos, o que foi promovido principalmente sob o patrocínio do secretário da marinha e futuro secretário de estado Abel Parker Upshur⁴⁴⁹.

Ao longo de seu mandato, Tyler não apenas aumentou significativamente a capacidade de projeção de poder dos Estados Unidos, mas também consolidou a crença na capacidade norte-americana de exercer poder sobre toda a bacia do Caribe, o que foi um elemento central para o aspecto escravocrata da diplomacia norte-americana. A partir dele, criou-se também uma determinação para defender o trabalho escravo por todo o continente americano e combater o abolicionismo. A principal ameaça abolicionista naquele momento

⁴⁴⁶ Fehrenbacher, 2002, p. 202.

⁴⁴⁷ Id., p. 202.

⁴⁴⁸ Drescher, 2009, p. 318.

⁴⁴⁹ Crapol, 2006, p. 58 e 76.

era justamente o prospecto de crescimento da influência britânica sobre a República do Texas, cuja anexação aos Estados Unidos, há muito solicitada pelos texanos, agora ganhava um importante aliado na Casa Branca, que foi capaz de superar a oposição interna a esse projeto e aprová-lo nos dias finais de seu mandato⁴⁵⁰.

Quando James K. Polk assumiu a presidência em 1845, os Estados Unidos contavam não apenas com um significativo aumento territorial no Golfo do México, mas também um poderio militar e naval muito superior. Ambos foram colocados a serviço da subsequente expansão norte-americana em direção ao Pacífico às custas dos mexicanos. No campo diplomático, a nomeação de James Buchanan como secretário de estado, o qual possuía relevante experiência diplomática, não alterou a tendência de indicação de aliados políticos para a condução da política externa dos Estados Unidos⁴⁵¹. Um resultado disso, como exposto posteriormente pelo sociólogo e historiador W.E.B. Du Bois, foi que os escravocratas e demais defensores da escravidão asseguraram pela maior parte do tempo ao longo do *Antebellum* a secretaria de estado, da marinha e do exército, todas fortemente relacionadas com a projeção externa de poder. Entre os cento e trinta e quatro ministros norte-americanos que atuaram em países estrangeiros neste período, oitenta eram provenientes de estados escravistas⁴⁵².

Entre os anos 1840 e 1850, a escravidão e a expansão territorial dos Estados Unidos estiveram juntas nas ambições políticas da maior parte dos agentes superiores que a conduziram. Convencidos da superioridade de suas instituições e de sua grandeza nacional, o povo norte-americano continuou avançando por cima de adversários mais fracos até onde a natureza lhes permitiu, tendo obtido, por conquista e negociações diplomáticas, a quase duplicação do território nacional em 1848 ao fim da guerra com o México. Para muitos escravistas e expansionistas, isso não era o suficiente, e a possibilidade de aumentar o território escravo do país de acordo com o Compromisso de Missouri os empurrava a desejar maiores conquistas sobre o México, o Caribe e a América Central. Mas foi justamente a controvérsia em torno da expansão da escravidão nos territórios conquistados do México que

⁴⁵⁰ Karp, 2016, p. 50 e 67.

⁴⁵¹ Herring, 2008, p. 179.

⁴⁵² Karp, 2016, p. 9.

essa agenda acabou derrotada diante não apenas do temor do fortalecimento escravocrata, mas também pela consequente absorção de outras raças aos Estados Unidos⁴⁵³.

3.3 - Política norte-americana de reconhecimento diplomático

Antes de traçar a trajetória do não reconhecimento da independência do Haiti pelos Estados Unidos, é importante levar em consideração a distinta tradição diplomática norte-americana de reconhecimento de Estados, o contexto no qual seus princípios foram estabelecidos, assim como seus principais idealizadores. Ao longo de quase todo o século XIX, principalmente no período entre 1822 e 1861, a política externa dos Estados Unidos seguiria a chamada *de facto policy*, ou doutrina jeffersoniana de reconhecimento, elaborada durante o período em que Thomas Jefferson foi o primeiro secretário de estado norte-americano. Especialmente perante a América Latina, o ato de reconhecimento foi o componente central da diplomacia norte-americana para determinar se novos governos e países atendem aos critérios de *treaty-worthiness* e de *statehood*, respectivamente⁴⁵⁴.

3.3.1 - Origem e desenvolvimento da doutrina jeffersoniana de reconhecimento

Ainda que a Revolução Americana tenha sido o primeiro protesto vigoroso contra o sistema de legitimidade dinástica, as primeiras décadas da diplomacia norte-americana, como visto no primeiro capítulo, consistiram essencialmente na emulação da prática europeia da época. Isso se deveu à falta de oportunidade para desenvolver uma doutrina própria no contexto da guerra de independência, e à ausência de um órgão de relações exteriores estruturado até o estabelecimento do governo constitucional em 1789⁴⁵⁵. O desenvolvimento da política de reconhecimento norte-americana se daria no período entre a Revolução Francesa e a derrota de Napoleão, eventos que abriram a oportunidade do reconhecimento de um governo cuja soberania não provinha da figura de um monarca⁴⁵⁶.

O primeiro caso de reconhecimento encarado pela diplomacia norte-americana seria não de um Estado, mas de um governo, o que, de toda forma, influenciou a maneira como novos Estados seriam reconhecidos. Diante da suspensão do rei Luís XVI pela Convenção Nacional em 1792, a posição favorável de Jefferson acerca do estabelecimento de relações

⁴⁵³ Herring, 2008, p. 176.

⁴⁵⁴ Weeks, 2001, p. 491.

⁴⁵⁵ GOEBEL, Julius. *The Recognition Policy of the United States*. Nova York: Longmans, Green & Company, 1915, p. 97.

⁴⁵⁶ Weeks, 2001, p. 492.

com o novo governo é construída com base na premissa de que a derrubada do antigo governo e o estabelecimento de um novo correspondeu à vontade declarada da nação francesa. Fundado sobre os princípios de que cada nação tem o direito de se governar e de mudar sua forma de governo da forma que achar conveniente, desde que siga a vontade da população; os Estados Unidos, na visão de Jefferson, não podia negar o mesmo aos outros países. A partir desta argumentação, o secretário obtém o consentimento do presidente George Washington e o país reconhece a Convenção Nacional como a autoridade *de facto* na França⁴⁵⁷, mesmo diante da oposição de nomes importantes como Alexander Hamilton, que defendia a postergação do reconhecimento até o surgimento de um cenário de maior estabilidade.

O posicionamento de Jefferson acerca da situação francesa derivou de três bases filosóficas. Primeiro, dos conceitos de soberania popular e direito à revolução, previamente expressos em autores como Rousseau e na própria declaração de independência norte-americana. Segundo, da influência de juristas como Grócio, Bynkershoek, Wolff, e principalmente Vattel, cuja obra foi lida e invocada por Jefferson em diversas ocasiões. Por fim, do pensamento político desenvolvido por ele próprio e que não estava conectado com nenhum precedente da prática internacional⁴⁵⁸.

Além de forjar a doutrina de reconhecimento dos Estados Unidos, o caso francês também contribuiu para a formação de outro pilar da política externa americana do século XIX. Considerando a aliança firmada com o país em 1778, havia a preocupação em não se envolver nas guerras da França revolucionária no ato do reconhecimento. Por essa razão, os Estados Unidos estabelecem a doutrina de não-intervenção nos assuntos e conflitos estrangeiros, sob influência das visões de Hamilton. Apesar de sua aplicação não ter relação direta com a doutrina de reconhecimento, a não-intervenção passaria a ser frequentemente associada a ela. Outros reconhecimentos de governos ao longo desse período não representaram nenhuma adição à doutrina jeffersoniana. Ainda assim, foram importantes no lançamento dos precedentes necessários para alçá-la ao nível de norma do direito internacional, visto que a doutrina, à época, ainda era seguida apenas pelos Estados Unidos. Pulando a independência do Haiti em 1804, que será tratada adiante, a questão do

⁴⁵⁷ Adler, 1995, p. 274 e 275.

⁴⁵⁸ Goebel, 1915, p. 98 e 99.

reconhecimento só retornaria ao topo da pauta diplomática norte-americana mais de vinte anos depois, já no governo de James Monroe⁴⁵⁹.

Nesse novo contexto, a prática norte-americana foi moldada pelo embate de duas correntes. A primeira, representada pelo secretário de estado John Quincy Adams, era favorável à primazia do poder executivo no reconhecimento de novos Estados e demais funções de política externa; ao passo que a segunda, liderada por Henry Clay, então presidente da Câmara dos Representantes, reivindicava essa discricionariedade para o poder legislativo⁴⁶⁰. Com relação à América espanhola, essa disputa se traduziria na tentativa de Clay em reconhecer a independência das Províncias Unidas do Rio da Prata em 1818, contrariando a posição de Adams, que se opôs firmemente ao reconhecimento dos países da América espanhola naquele momento⁴⁶¹.

Além de fortalecer o papel do Congresso, Clay também defendia a estrita interpretação da doutrina jeffersoniana, posição manifestada em discurso durante o debate da sua proposta para nomear um representante diplomático a Buenos Aires, no qual o congressista reafirma a necessidade de abstenção dos Estados Unidos frente o direito de decidir por uma consideração *de jure* contra uma soberania *de facto*. Apesar da movimentação no Congresso em prol do reconhecimento imediato, Adams manteve a convicção da administração em retardar qualquer ação de reconhecimento até que os comissários norte-americanos pela América do Sul finalizassem seus relatórios da situação de cada país e até que a posição das potências europeias ficasse mais clara⁴⁶². Outra grande preocupação do governo era não contrariar a Espanha enquanto não estivessem concluídas as negociações para a compra do território da Flórida. Sob essas justificativas e a acusação de interferência nas funções do Executivo, a proposta de Clay foi derrotada por 115 votos contrários e apenas 45 a favor⁴⁶³.

Clay ainda tentaria reapresentar o projeto de lei em 1821, dessa vez incluindo o reconhecimento de todos os países da América do Sul que houvessem estabelecido e mantido sua independência. A proposta foi derrubada no Senado por 77 votos a 73, e por 86 a 79

⁴⁵⁹ Goebel, 1915, p. 106, 111 e 114.

⁴⁶⁰ Weeks, 2001, p. 491.

⁴⁶¹ Goebel, 1915, p. 121.

⁴⁶² Id., p. 122 a 124.

⁴⁶³ Weeks, 2001, p. 491.

quando renovada no mesmo ano⁴⁶⁴. Não levou muito tempo para o presidente Monroe considerar o reconhecimento expediente, e, assim que assegurada a compra da Flórida em 1821; Monroe reconhece em 1822 a independência da Argentina, do Chile, do Peru, da Grã-Colômbia e do México⁴⁶⁵. Ao responder o protesto do ministro espanhol nos Estados Unidos, Adams acaba retomando a retórica utilizada por Clay em 1818, declarando que a atitude de Washington perante as ex-colônias espanholas consistiu simplesmente no reconhecimento de um fato já existente⁴⁶⁶.

Tal debate assegurou o domínio inicial do poder executivo sobre a questão, que teve garantido pelas cortes federais sua completa autoridade constitucional de conceder ou recusar o reconhecimento de Estados e governos sem que fosse necessária a aprovação explícita do legislativo. A partir de então, a única condição normalmente estabelecida para o reconhecimento de qualquer país que não o Haiti foi a estabilidade do governo e seu controle *de facto* sobre o país, ambos sendo verificados por um comitê do Congresso convocado pelo presidente⁴⁶⁷.

Sob essas condições, a onda inicial de reconhecimentos em 1822 foi seguida pelo reconhecimento da Federação dos Estados Centroamericanos em 1824 e pelo Império do Brasil em 1825⁴⁶⁸. No caso brasileiro, a forma de governo do novo Estado, incompatível com a defesa norte-americana dos princípios republicanos, chegou a ser alvo de ressalvas no país. No entanto, seu reconhecimento foi garantido por três fatores: o precedente lançado pelo reconhecimento do governo imperial de Iturbide no México; o reforço da distinção entre independência e assuntos internos presente da doutrina jeffersoniana; e a argumentação de Monroe de que o reconhecimento de um império poderia acabar sendo útil para reduzir a postura crítica das nações integrantes ou apoiadoras da Santa Aliança aos reconhecimentos anteriores, indicando que a ação norte-americana não era mera propaganda política do seu sistema de governo⁴⁶⁹.

A última modificação significativa da doutrina jeffersoniana no período abordado por este trabalho ocorreu durante os debates para o reconhecimento da singular independência da

⁴⁶⁴ Goebel, 1915, p. 133.

⁴⁶⁵ Weeks, 2001, p. 493.

⁴⁶⁶ LAUTERPACHT, H. Recognition of States in International Law. *The Yale Law Journal*, Vol. 53, No. 3, pp. 385-458 1944, p. 402.

⁴⁶⁷ Weeks, 2001, p. 491 e 493.

⁴⁶⁸ Id., p. 493.

⁴⁶⁹ Goebel, 1915, p. 139.

República do Texas. A natureza anômala desse caso se deve principalmente ao nível de envolvimento norte-americano no novo Estado, com petições para o seu reconhecimento sendo apresentadas ao Congresso antes mesmo da independência ser declarada[28]. De toda forma, a deliberação dos Estados Unidos só ocorreu após o estabelecimento do novo Estado em 1836, e a questão foi primeiramente analisada por Henry Clay, então presidente do Comitê de Assuntos Estrangeiros do Senado. Além de renovar sua defesa à tradição diplomática norte-americana, Clay traça pela primeira vez uma distinção clara entre a postura dos Estados Unidos frente o reconhecimento de mudanças de governo e o de novos Estados. Para o reconhecimento de um novo país, o senador destaca, de acordo com o pensamento jurídico internacional do período, que é necessário constatar a capacidade do mesmo de existir de forma independente, sendo capaz de exercer as funções e obrigações internacionais perante as potências estrangeiras; o que exige, portanto, maior consideração do que no reconhecimento de um governo⁴⁷⁰.

Não apenas por se tratar do reconhecimento de um novo Estado, o caso texano em específico demandava precaução extra do governo norte-americano, pois sobre ele pairava a acusação de agressão territorial. Ciente desse risco, em 1837 o presidente Andrew Jackson infere durante sua mensagem anual ao Congresso que o reconhecimento de Estados era uma questão a ser decidida pelo legislativo. As motivações prováveis para essa mudança na interpretação do ato de reconhecimento são de consideração política, pois ao transferir para o Congresso o fardo da iniciativa do reconhecimento do Texas, cuja anexação aos Estados Unidos já vinha sendo abertamente considerada, a figura do presidente Jackson e sua administração se livravam dessa responsabilidade e das consequências negativas resultantes dela⁴⁷¹.

Finalmente imbuído da função que tanto almejou durante as independências da América espanhola, Henry Clay afirma em relatório do Comitê de Assuntos Estrangeiros do Senado que, sob a constituição norte-americana, existem quatro maneiras do país reconhecer a independência de outro Estado: por meio de tratado; por meio da aprovação de uma lei regulando as relações comerciais; por meio do envio de um representante diplomático; e por meio do recebimento e credenciamento de um representante diplomático do país em questão. A participação do legislativo era necessária nos três primeiros procedimentos, sendo apenas o

⁴⁷⁰ Goebel, 1915, p. 146, 149 e 150.

⁴⁷¹ Id., p. 158 e 159.

último uma função exclusiva do Executivo⁴⁷². Os princípios da doutrina jeffersoniana, no entanto, não foram afetados, e o secretário de estado do presidente Jackson, John Forsyth, responde aos protestos do governo mexicano com uma reafirmação de que os Estados Unidos estavam meramente constatando a existência de um fato⁴⁷³.

A doutrina jeffersoniana manteve-se firme e com poucas alterações, como a evidente recusa de Washington em reconhecer a independência dos Estados Confederados da América; até a chegada do século XX. Considerações como o tipo de governo, ou a participação popular em sua escolha foram deixados de lado perante a centralidade do exercício da soberania *de facto*; o que permitiu aos Estados Unidos reconhecer sem maiores problemas os dois monarcas brasileiros, um monarca mexicano e uma junta militar uruguaia⁴⁷⁴. O Haiti, por sua vez, seguiu sendo a exceção dessa prática até a escravidão norte-americana deixar de ser um impedimento com a guerra de secessão, e sua exclusão junto com a Libéria e a República Dominicana conviveu sem problemas com a contínua afirmação dos princípios jeffersonianos para o resto do mundo, mesmo em casos onde a solidez do governo não era certa, como no isolado reconhecimento norte-americano de Dom Miguel como rei de Portugal⁴⁷⁵.

3.4 - Os Debates sobre o Reconhecimento do Haiti

Em perfeita consonância com o terror que a lembrança do Haiti costumava gerar entre os partidários da escravidão nos Estados Unidos e mesmo entre aqueles que temiam o crescimento da população de origem africana no país; todos os debates políticos a nível nacional acerca do reconhecimento do Haiti e consequente estabelecimento de relações diplomáticas formais foram dominados por fortes emoções contrárias a isso. Ao focar nas discussões políticas do Congresso norte-americano e nas vozes hostis ao Haiti, que foram capazes de vencer o debate por cinquenta e oito anos, esta sessão pretende expor principalmente os termos e a linguagem utilizados para manter os Estados Unidos o mais afastados e dissociados possível dos haitianos e das noções que lhes foram estipuladas.

Começando no contexto da independência haitiana, num período em que ainda não estava claro nos Estados Unidos a quem cabia a função de reconhecer um novo Estado, o

⁴⁷² Adler, 1995, p. 282.

⁴⁷³ Lauterpacht, 1944, p. 406.

⁴⁷⁴ Weeks, 2001, p. 494.

⁴⁷⁵ Logan, 1941, p. 279.

governo de Thomas Jefferson precisou decidir entre a continuação da política de cooperação com os rebeldes de Saint-Domingue empreendida ao longo do governo de John Adams, que logicamente verteria para o reconhecimento do Haiti; ou uma política de reaproximação com a França, que exigia o encerramento imediato do “vergonhoso” e “escandaloso” comércio norte-americano com os rebeldes. A pressão favorável a Porto Príncipe veio principalmente dos membros do partido Federalista, que recomendaram ao Congresso o reconhecimento do Haiti de acordo com os princípios doutrina jeffersoniana recentemente estabelecida. No entanto, além do problema em reconhecer um país fundado na revolta violenta de escravos e com isso autenticar internamente a capacidade de autogoverno e autodeterminação de uma nação negra, tal ato também poderia resultar no recebimento de diplomatas haitianos negros com direito à livre circulação no território americano, fator que atraiu grande parte da resistência política às relações com o Haiti⁴⁷⁶.

Certamente, um dos elementos centrais do estabelecimento de relações diplomáticas com países próximos e relevantes politicamente e comercialmente, o que foi o caso do Haiti; era a troca de representantes diplomáticos, ação que poderia ocorrer tanto como resultado do reconhecimento quanto ser a própria expressão do ato de reconhecer um novo Estado ou governo⁴⁷⁷. À época da independência haitiana, a prática consistia principalmente no envio de emissários *ad hoc*, mas no decorrer do século ela foi se desenvolvendo em direção ao estabelecimento de missões permanentes e residentes⁴⁷⁸.

Para os Estados Unidos da primeira metade do século XIX, especialmente no contexto do *Antebellum*, o recebimento de um emissário ou embaixador negro foi inaceitável. Evidentemente a cor da pele era e seguiu sendo o problema maior, o que não ocorreu da mesma forma, por exemplo, na Europa, onde a escravidão se concentrou em colônias distantes e a parcela de pessoas negras era tão insignificante que a presença de um diplomata negro não causava nenhum tipo de abalo social para além da curiosidade. Com os senhores de escravos norte-americanos determinados a localizar e destruir quaisquer sinais de revolta escrava após a revolução haitiana, as regiões dominadas pela escravidão encontraram-se

⁴⁷⁶ Matthewson, 1996, p. 30.

⁴⁷⁷ Adler, 1995, p. 267.

⁴⁷⁸ Bull, 1984, p. 120 e 121.

submetidas a um firme regime de medo e controle social que jamais poderia ser perturbado pela presença de um embaixador negro, especialmente representando os rebeldes do Haiti⁴⁷⁹.

A literatura jurídica disponível à época já havia dissertado consideravelmente acerca do tema da legação. Hugo Grócio, por exemplo, assinala que toda nação possui o direito de enviar embaixadores e o dever de recebê-los. Todavia, existem bases para uma recusa, que pode ocorrer quando o Estado remetente não possui intenções pacíficas; quando a figura do embaixador é motivo de alguma aversão ou repugnância; ou quando o embaixador vem para incitar rebeliões⁴⁸⁰. Ou seja, a negação de um representante diplomático estrangeiro é possível havendo uma objeção ao poder que o envia, à sua pessoa ou ao objeto de sua missão; o que desqualificava o Haiti de todas as maneiras possíveis aos olhos dos escravocratas.

Segundo Cornelius van Bynkershoek, o direito do Estado enviar embaixadores é um produto de sua soberania, a qual, somada com a efetiva posse de território e de funções governamentais, impõe aos outros Estados o dever de receber seus embaixadores. Nesse sentido, há pouco espaço para discricionariedade por parte do Estado receptor se o embaixador provém de um Estado reconhecidamente soberano, predominando uma visão *de facto* das capacidades da parte remetente. Portanto, a ausência de uma independência total da parte remetente pode justificar a recusa de um embaixador estrangeiro, visto que ele não representa um poder perfeitamente soberano⁴⁸¹. Os setores políticos contrários ao intercâmbio diplomático com o Haiti conduziram uma linha de pensamento semelhante.

Desejoso do apoio europeu para a aquisição da Flórida e aterrorizado com as notícias dos massacres que ocorreram no Haiti, Jefferson vai além da demanda francesa por neutralidade, optando não apenas por não reconhecer o Haiti, como também apresentando ao Congresso uma proposta de embargo comercial⁴⁸². De toda forma, o presidente também nunca escondeu sua antipatia ao conjunto do projeto revolucionário e soberano dos haitianos, a quem ele se referiu como “os canibais da terrível república”⁴⁸³.

Acerca da questão do embargo comercial, o Congresso norte-americano encontraria-se dividido em linhas regionais e partidárias. Os comerciantes dos estados do norte, principalmente da região da Nova Inglaterra, constituíam o principal reduto do partido

⁴⁷⁹ Plummer, 1992, p. 35 e 36.

⁴⁸⁰ Adler, 1995, p. 269.

⁴⁸¹ Id., p. 270.

⁴⁸² Herring, 2008, p. 110.

⁴⁸³ Fanning, 2008, p. 33.

Federalista, defendendo a manutenção do comércio com o Haiti por este ser a única oportunidade norte-americana de comércio irrestrito no Caribe. Para muitos membros desta classe, porém, o reconhecimento político era visto ou como secundário, ou como desnecessário. Os proprietários de terra e senhores de escravos do sul, por outro lado, formavam a base do Partido Democrata-Republicano; exercendo ativa e unificada oposição ao comércio com o Haiti e ao reconhecimento de sua independência⁴⁸⁴.

Desse último grupo, destacam-se os argumentos do genro de Jefferson, o congressista virginiano John Wayles Eppes, o qual desafia qualquer político favorável à independência de “*St. Domingo*” a se expor diante do congresso, declarando que “nesse caso, ele cobriria a si mesmo em detestação. Um sistema que traria horrível e imediata destruição para boa parte da América”⁴⁸⁵. O congressista Joseph Clay (sem nenhuma filiação com Henry Clay) da Pensilvânia ressalta a impossibilidade, na sua visão, de comerciar com o Haiti sem reconhecer sua independência, o que nesse caso representaria a realização de um “sacrifício sobre o altar da usurpação e do despotismo negro”⁴⁸⁶. John Randolph, outro proeminente congressista virginiano, posteriormente justificou seu voto favorável ao embargo argumentando que:

eu considero *St. Domingo* como uma anomalia entre as nações da Terra; e eu considero meu dever, como um político americano, como um estadista americano (...), como um representante, acima de tudo, da porção sul dos Estados Unidos, não deixar nada desfeito que poderia possivelmente dar à população branca naquela ilha uma ascendência sobre os negros; pois, se alguma coisa pedia um embargo perpétuo de quaisquer relações, era o estado daquele país⁴⁸⁷.

Dias antes do fim do mandato do presidente Jefferson em 1809, no entanto, a pressão dos comerciantes da Nova Inglaterra consegue forçar a revogação do embargo⁴⁸⁸. Sua administração, no entanto, deixa um legado importante e duradouro nas relações entre os Washington e Porto Príncipe, com Jefferson e o Congresso delimitando os termos nos quais os haitianos passariam a ser vistos ao longo das décadas seguintes. O Haiti, portanto, não ocupava a categoria de entidade política ou de Estado reconhecido, mas sim um espaço distinto, nem como colônia e nem como soberano. Ao remover o Estado haitiano de qualquer

⁴⁸⁴ Logan, 1941, p. 178 e 195.

⁴⁸⁵ *Annals of Congress*, 9º congresso, 1ª sessão, p. 515 (25 de fevereiro de 1806).

⁴⁸⁶ *Id.*, p. 512 (25 de fevereiro de 1806).

⁴⁸⁷ *Ibid.*, 14º congresso, 2ª sessão, p. 733 (10 de janeiro de 1817), tradução nossa.

⁴⁸⁸ Vidas, 1971, p. 19.

princípio positivo, os políticos norte-americanos criaram a imagem de um Estado pirata comandado por usurpadores criminosos. Se a Revolução Americana, tida como um fenômeno branco, teve como resultado a criação de uma nação; a Revolução Haitiana, inegavelmente negra, foi encarada de forma a ter resultado somente no desencadeamento de forças caóticas e perigosas para a região⁴⁸⁹.

O reconhecimento do Haiti não voltaria a ser pauta política no país até 1820, quando agentes comerciais norte-americanos atuantes no mercado haitiano requisitam o secretário de estado John Quincy Adams a reconhecer o país como forma de melhorar o ambiente de negócios para os Estados Unidos e facilitar a cobrança de indenizações ao reino de Christophe. Contudo, o secretário os responde vagamente afirmando apenas que o reconhecimento formal do reino não era considerado expediente, e que nenhuma medida adicional a esse respeito foi considerada praticável pelo poder executivo, especialmente à luz do recém firmado Compromisso de Missouri⁴⁹⁰.

A situação entre os dois países se agrava quando o governo de James Monroe reconhece com o apoio do legislativo a independência de várias repúblicas latino-americanas. Em meio a sua ofensiva diplomática pelo reconhecimento dos Estados Unidos, o presidente Jean Pierre Boyer interpretou a ocasião como favorável para uma solicitação formal pelo reconhecimento haitiano, não recebendo, porém, sequer uma réplica formal de Washington⁴⁹¹. Tal diferença de tratamento não passou despercebida pelos apoiadores do Haiti no país e nem por Porto Príncipe, com o presidente Jean Pierre Boyer utilizando seus canais na imprensa norte-americana para expor publicamente o “ultraje ao caráter haitiano” que os Estados Unidos causavam ao reconhecer a independência dos países sul-americanos enquanto “passam por cima dos nossos direitos”⁴⁹².

Em mensagem ao Congresso em 1823, o presidente Monroe justificou sua abstenção em reconhecer a independência do Haiti com o fato de que a França ainda não o havia feito, ignorando que os Estados Unidos não esperaram o reconhecimento da Espanha para estabelecer laços com os países latino-americanos⁴⁹³. Tendo a Grã-Bretanha como rival comum no Atlântico e vendo com maus olhos a afinidade comercial dos britânicos com o

⁴⁸⁹ Dun, p. 204, 206, 223 e 229.

⁴⁹⁰ Logan, 1941, p. 190.

⁴⁹¹ Fehrenbacher, 2002, p. 114.

⁴⁹² Fanning, 2008, p. 65.

⁴⁹³ Fehrenbacher, 2002, p. 114.

Haiti, o desejo norte-americano de aproximação e conciliação com os franceses não deixou de ser um desdobramento natural⁴⁹⁴. Vale ressaltar, porém, que o país manteve seu posicionamento mesmo quando a França reconheceu a independência haitiana, evidenciando a importância dos demais impedimentos. De toda forma, o presidente consolidou a posição de Porto Príncipe nas considerações hemisféricas de Washington com a promulgação da célebre Doutrina Monroe ao fim do mesmo ano com o objetivo de defender a independência do continente americano da ameaça restauradora das potências coloniais europeias. O Haiti, no entanto, foi cuidadosamente deixado de fora dessa consideração no seguinte trecho:

Com as colônias ou dependências existentes de qualquer potência europeia nós não interferimos e nem interferiremos. Mas com os governos que declararam sua independência e a mantiveram, **e aqueles cuja independência nós reconhecemos com grande consideração e sob princípios justos**, nós não poderíamos ver qualquer interposição com o propósito de oprimi-los ou controlá-los em qualquer outra luz que não como a manifestação de uma disposição inamistosa perante os Estados Unidos⁴⁹⁵.

Pouco depois da promulgação da doutrina, dois senadores de Maryland e Massachusetts visitaram o secretário de estado com um pedido para a nomeação de um agente diplomático para o Haiti, que foi recusado no dia seguinte em uma reunião com o presidente Monroe e o então secretário da Guerra, John Calhoun. A atitude norte-americana com o Haiti não se alterou com a eleição de Adams, principal autor da Doutrina Monroe. Mesmo sendo de firme convicção antiescravista e até mesmo tendo defendido a aproximação do país com Toussaint Louverture nos tempos da presidência de seu pai, Adams se mostrou tão irredutível em seu período como secretário de estado e presidente quanto os secretários e presidentes de orientação escravista⁴⁹⁶. Portanto, mesmo quando Henry Clay levanta a necessidade de reconhecer o Haiti em um futuro próximo, Adams descarta a ideia por conta de suas objeções, não especificadas à Clay. O presidente chega a mencionar em outro momento, porém, que sua oposição ao reconhecimento do Haiti se dava também pelo “pouco respeito” que os haitianos mostravam pelas “raças que não a africana”⁴⁹⁷.

De toda forma, tanto como secretário quanto como presidente, Adams enviou agentes comerciais ao país com o objetivo de cuidar dos interesses norte-americanos na ilha até Porto

⁴⁹⁴ Horne, 2015, p. 125.

⁴⁹⁵ Transcrição da Doutrina Monroe (1823), Our Documents [s.d.], tradução nossa.

⁴⁹⁶ Logan, 1941, p. 89 e 215.

⁴⁹⁷ Herring, 2008, p. 161.

Príncipe decidir por não mais recebê-los formalmente enquanto não lhe fosse reconhecida sua soberania⁴⁹⁸. O país agora contava com o reconhecimento de sua ex-metrópole, e interpretou com impaciência e desconfiança a insistência de Washington em não oficializar as relações entre os dois países. A justificativa de Adams em manter o status quo depois do reconhecimento francês de 1825 foi que o decreto real de Carlos X garantiu ao Haiti somente uma soberania nominal pela concessão de um príncipe estrangeiro, ainda por cima mediante à cessão de vantagens comerciais exclusivas para a França. Para os Estados Unidos, formato do reconhecimento francês relegou o Haiti a uma condição de vassalagem colonial incompatível com os princípios norte-americanos⁴⁹⁹.

Ainda sob a administração de Adams, o Haiti acabou se tornando pauta do debate legislativo mais uma vez em decorrência do convite aos Estados Unidos para participar do Congresso do Panamá em 1826. Quando o presidente buscou a aprovação do Congresso para o envio de uma delegação, a questão, como já mencionado, rapidamente foi convertida em um debate seccional e partidário. Além das citadas objeções à possibilidade dos Estados Unidos debaterem os temas da escravidão e da supressão do tráfico de escravos em um fórum internacional, havia também a possibilidade da participação do Haiti, colocando em risco a calculada distância mantida por Washington⁵⁰⁰. As diferentes moções de repúdio expressas por alguns congressistas e senadores dão ideia da pouca estima que alguns setores do país ainda nutriam pelo Haiti duas décadas após sua independência.

Na Câmara dos Representantes, destacam-se os pronunciamentos do congressista James Hamilton, da Carolina do Sul, que declara acreditar que “é o sentimento das pessoas sulistas que a independência haitiana não será tolerada em qualquer forma”, visto que “as consequências deste reconhecimento seriam fatais para nossa tranquilidade”⁵⁰¹. Mostrando que a animosidade com o Haiti não era exclusividade dos sulistas, o congressista Edward Everett de Massachusetts afirma que

cederia todo o continente para qualquer um disposto a tomá-lo - para a Inglaterra, a França, a Espanha; eu preferiria vê-lo afundar para o fundo do oceano antes de ver qualquer parte desta justa América convertida em um Haiti continental por meio

⁴⁹⁸ Fehrenbacher, 2002, p. 115.

⁴⁹⁹ Bellegarde-Smith, 1974, p. 25.

⁵⁰⁰ Fehrenbacher, 2002, p. 115.

⁵⁰¹ *Register of Debates*, 19º congresso, 1ª sessão, p. 2150 (10 de abril de 1826).

daquele horrível processo de derramamento de sangue e desolação, somente por meio do qual uma catástrofe assim poderia ocorrer⁵⁰².

No âmbito do Senado, o debate não se daria em termos menos intensos e dramáticos, com o senador Robert Y. Hayne, da Carolina do Sul, recordando que a posição norte-americana diante do Haiti é clara: sua independência nunca poderá ser reconhecida por Washington. O senador alerta ainda que o debate “dessas questões pertence a uma categoria da qual a paz e segurança de uma grande porção da nossa união nos proíbe sequer de discutir”. Se havia uma agenda relacionada ao Haiti digna de ser debatida no Panamá, esta seria a de um protesto hemisférico contra a independência haitiana⁵⁰³. O senador John Randolph, por sua vez, expressou sua preocupação com quem quer que fosse o enviado norte-americano ao Congresso, o qual deveria ser de um caráter resistente à ofensa e ao escândalo de sentar-se ao lado “do africano nativo, dos seus descendentes africanos, dos de raça misturada, dos indígenas e dos mestiços”⁵⁰⁴.

As preocupações raciais de Randolph mostram que mais do que um temor centrado na perspectiva da revolta escrava, as ressalvas norte-americanas também eram constituídas em certa medida pelo repúdio à miscigenação entre as raças. Isso fica evidente no pronunciamento do senador Thomas Hart Benton, do Missouri, o qual levanta a impossibilidade de uma relação formal com base na inadmissibilidade de uma eventual troca de representantes diplomáticos:

Nós comerciamos com eles, mas nenhuma relação diplomática foi estabelecida entre nós. Nós compramos café deles, e pagamos por ele; mas não trocaremos cônsules ou ministros. Não receberemos deles nenhum cônsul mulato, ou embaixador negro. E por que? Porque a paz de onze estados dessa União não permitirá que os frutos de uma insurreição negra bem sucedida sejam exibidos diante deles. Ela não permitirá que cônsules e embaixadores negros se instalem em nossas cidades e desfilem por nosso país, dando aos seus pares negros nos Estados Unidos prova cabal das honras que os aguardam por um semelhante esforço bem sucedido da parte deles. Ela não permitirá que o fato seja visto ou contado, de que pelo assassinato de seus senhores e senhoras, eles irão encontrar amigos entre as

⁵⁰² *Register of Debates*, 19º congresso, 1ª sessão, p. 1579 (9 de março de 1826), tradução nossa.

⁵⁰³ *Id.*, p. 166 (março de 1826).

⁵⁰⁴ *Ibid.*, p. 112 (1º de março de 1826).

peças brancas dos Estados Unidos. (...) Essa é uma questão que foi determinada aqui por trinta e três anos; uma que nunca esteve aberta ao debate⁵⁰⁵.

A argumentação de Benton recebeu o apoio do vice-presidente John Calhoun, que considerava o reconhecimento da independência haitiana um assunto delicado, o qual vinha sendo, à época, extensamente abordado pelos jornais do norte e, portanto, causava “grande desordem”. Em correspondência com o secretário da marinha, Calhoun questiona o que ocorreria com “nossas relações sociais” com a chegada de um “ministro negro em Washington”, indagando se ele deveria ser “recebido ou excluído dos nossos jantares, nossos bailes, e nossas festas e se suas filhas e filhos deveriam participar da sociedade de nossas filhas e filhos”⁵⁰⁶.

Ao fim de todo esse debate, os Estados Unidos aprovaram o envio de uma delegação ao mesmo tempo em que pressionam Simón Bolívar a não convidar o Haiti. Optando por agradar a Washington, o presidente colombiano deixa de lado a gratidão com Porto Príncipe pela assistência provida a sua campanha contra os espanhóis anos antes e mantém os haitianos de fora do Congresso. Tal desfeita esfriou de vez a relação entre os dois países, que já ia mal desde a recusa de Bogotá em reconhecer o Haiti como retaliação à anexação do leste de Hispaniola⁵⁰⁷. Os Estados Unidos, todavia, também não participaram do Congresso em decorrência da protelação do legislativo, que fez com que o delegado norte-americano

Ainda que a segunda metade dos anos 1820 e a totalidade dos anos 1830 tenham sido marcados por uma ausência geral de grandes interações entre Washington e Porto Príncipe, com cada um se contentando com o afastamento em relação ao outro; a sombra do Haiti ainda foi repetidamente invocada no cenário doméstico e internacional dos Estados Unidos. Isso porque, na visão dos escravocratas norte-americanos, a própria existência haitiana já servia de incentivo suficiente para a fuga e o levante de seus cativos, já exercendo influência, por exemplo, na decisão da Grã-Bretanha em emancipar os escravizados nas Antilhas Britânicas em 1833. Rebeliões escravas como a liderada por Nat Turner na Virgínia em 1831 e a liderada por Sam Sharpe na Jamaica no ano seguinte mantiveram vivo o temor de uma nova

⁵⁰⁵ *Register of Debates*, 19º congresso, 1ª sessão, p. 330 (março de 1826), tradução nossa.

⁵⁰⁶ Horne, 2015, p. 153.

⁵⁰⁷ Logan, 1941, p. 223.

Revolução Haitiana no Caribe ou mesmo no continente, especialmente em uma década conturbada como a de 1830⁵⁰⁸.

Ao fim da década de 1830, o Haiti começou a ser utilizado unilateralmente por grupos abolicionistas nos Estados Unidos como forma de contornar a chamada *gag rule*⁵⁰⁹ no Congresso norte-americano. Entre 1838 e 1839, mais de duzentas petições pelo reconhecimento da independência do Haiti foram apresentadas ao legislativo como estratégia do movimento abolicionista para manter o tópico no debate público. Tais petições, no entanto, acabaram sujeitas ao mesmo tratamento. A esse respeito, o congressista Hugh Swinton Legaré, da Carolina do Sul, denuncia o reconhecimento do Haiti como um atalho para a abolição geral, o que na sua visão constituía “virtualmente um ato de guerra contra uma porção da União”. Caso este caminho fosse seguido, o congressista alerta que o “Sol dessa União vai se pôr, e vai se pôr em sangue, para não nascer nunca mais”. Para Legaré, tais atos constituem pura e simples traição, não apenas ao país mas à toda humanidade⁵¹⁰.

Ao longo dos anos 1840, pelo menos duas propostas para a reconsideração do status haitiano chegaram ao debate no Congresso, sendo rejeitadas por grandes margens de votação. A primeira, em 1842, foi ridicularizada pelo congressista Henry Wise, da Virgínia, que imaginou um cenário satírico no qual um representante diplomático de Porto Príncipe era mandado aos Estados Unidos. “Quashipompo”, como foi batizado o personagem da fantasia de Wise, “com sua cabeça lanosa e sua pele escura; vestido em toda a pomposidade negra de seu traje diplomático”, seria esperado para participar à uma das recepções presidenciais, nas quais ele seria “apresentado como igual aos cavalheiros sulistas, senão um pouco mais”. O próximo passo seria ter de recebê-lo em “nossas solenidades, e, como alto funcionário estrangeiro, ele deveria, é claro, oferecer suas solenidades em retorno”. Nota-se aqui que o congressista virginiano evoca mais uma vez um cenário de mistura social pensado para ter apelo também sobre a camada abolicionista da sociedade que de toda forma também temia a miscigenação das raças⁵¹¹.

Um desses abolicionistas sem dúvida era o ex-presidente Adams, o qual, apesar de suas convicções antiescravistas, ainda compartilhava da repugnância de muitos abolicionistas

⁵⁰⁸ Horne, 2015, p. 152, 154 e 156.

⁵⁰⁹ Uma série de resoluções legislativas que perduraram entre 1836 e 1844 com o objetivo de barrar sem qualquer discussão quaisquer petições relacionadas à escravidão.

⁵¹⁰ Horne, 2015, p. 176.

⁵¹¹ Crapol, 2006, p.82 e 83.

do norte à ideia de uma sociedade repleta de negros e outras categorias raciais que não a anglo-saxã, apoiando medidas como a remoção dos ex-escravizados do país. Dessa forma, mesmo sendo, além de seu pai, o único presidente norte-americanos antiescravista nos primeiros cinquenta anos de existência do país, sua atuação política até o fim dos anos 1830 sempre desapontou o movimento abolicionista, que esperava uma atitude mais firme, combativa e compatível com seu peso político. A partir de 1837, data do que o próprio Adams considera como seu primeiro discurso antiescravista, o congressista e ex-presidente torna-se uma figura de liderança no movimento abolicionista dos Estados Unidos⁵¹².

Essa mudança de postura também se manifesta na iniciativa do ex-presidente, como membro do Comitê de Relações Exteriores do Câmara dos Representantes, em propor em 1843 o estabelecimento de um consulado norte-americano no Haiti e a nomeação de um cônsul ao país para uma melhor atuação dos três agentes comerciais dos Estados Unidos atuantes no Haiti à época. Estando no auge do governo Tyler, porém, o governo federal e o poder legislativo encontravam-se menos receptivos que nunca à quaisquer medidas contrárias à posição dos setores escravocratas, e Adams foi o único a votar favoravelmente por sua proposta⁵¹³. Em sincronia com seu patrocínio às instituições escravistas, Tyler e seu gabinete, em especial John Calhoun, Henry Wise, e Abel Upshur; utilizaram-se de todos os meios possíveis para denunciar, macular e rebaixar a Revolução Haitiana, o Haiti e tudo o que os dois representavam⁵¹⁴. E a instabilidade que se instalou no país após a queda do presidente Hérard deu força renovada à visão de mundo do Haiti como sinônimo de desordem, selvageria e violência.

3.5 - Haiti e Estados Unidos diante da Questão Dominicana

3.5.1 - A conturbada trajetória do leste

Diante de qualquer nação inimiga do Haiti, Porto Príncipe tinha plena ciência de que sua maior vulnerabilidade tática estava no outro lado de Hispaniola. Esparsamente habitada, predominantemente plana e com uma grande faixa costeira, foi ali que embarcou a expedição de Leclerc; e era ali que se imaginava o embarque das forças de qualquer outra invasão futura ao Haiti. Partindo dessa consideração estratégica, não é de se surpreender que os líderes haitianos tenham tentado ocupar ou neutralizar a região desde os tempos de Toussaint

⁵¹² MACLEAN, William Jerry. Othello Scorned: the Racial Thought of John Quincy Adams. *Journal of the Early Republic*, Vol. 4, No 2, pp. 143-160, 1984, p. 144, 146 e 155.

⁵¹³ Fehrenbacher, 2002, p. 116 e 117.

⁵¹⁴ Crapol, 2006, p. 83.

Louverture, o qual reivindicou em sua constituição colonial de 1801 soberania sobre toda a extensão de Hispaniola, assim como de suas ilhas adjacentes⁵¹⁵. Somando isso à determinação da transferência do território espanhol ao domínio francês no tratado de Basileia de 1795, a declaração de independência haitiana em 1804 abarcou a totalidade do arquipélago, que na visão de Porto Príncipe agora pertencia ao Haiti por direito.

Mas aquela parcela da ilha não pertencia ao Haiti em 1804 e assim permaneceu pelos próximos dezoito anos graças à aliança entre os franceses e a população local, que expulsou as tropas de Louverture e colocou a região sob a autoridade do general Ferrand até 1809, num período conhecido na história dominicana como *Era de Francia*. A presença da ex-metrópole na ilha representou uma grande ameaça à consolidação da independência haitiana, pois além de trabalhar ativamente para enfraquecer perante o mundo a soberania de Porto Príncipe, Ferrand também ofereceu abrigo a uma porção considerável de colonos franceses fugidos de Saint-Domingue. Por influência destes e como forma de iniciar a recuperação das propriedades perdidas na revolução, o general autoriza, em concerto com a restauração da escravidão nas colônias francesas, os habitantes das províncias fronteiriças do leste a capturar negros em território haitiano com o objetivo de reescravizá-los a partir de 1805⁵¹⁶.

O insucesso da ofensiva de Dessalines no mesmo ano e o período de instabilidade entre seu assassinato e a fragmentação do país em dois Estados permitiu a restauração do domínio da Espanha, o qual, aos olhos tanto de Pétion quanto de Christophe, era uma alternativa mais desejável que a continuidade da presença francesa. Incapazes de lançar-se à conquista do leste diante do risco de expor-se ao adversário, ambos os líderes colaboraram com os dominicanos e os espanhóis na expulsão de Ferrand. O soberano do norte chegou a tentar capitalizar a situação abordando Madri com uma proposta de compra do território, mas a oferta foi recusada⁵¹⁷. Com o fim das guerras napoleônicas, a Espanha obtém de volta o reconhecimento formal de sua soberania sobre os dois terços da ilha no tratado de Paris de 1814, barrando assim qualquer intenção haitiana de fazer valer as fronteiras de Louverture⁵¹⁸.

Para uma parte dos dominicanos, ainda com frescas lembranças dos excessos da ocupação de Louverture e da violenta invasão de Dessalines, o domínio espanhol, assim como o de qualquer outra potência estrangeira, também vinha como uma alternativa

⁵¹⁵ Acacia; Dubois; Gaffield, 2013, p. 53.

⁵¹⁶ Perez, 1973, p. 98 a 100.

⁵¹⁷ Vidas, 1971, p. 59.

⁵¹⁸ Perez, 1973, p. 109.

desejável, mas ao domínio haitiano. Diante de uma grande desproporção de forças com relação ao Haiti e temerosos pela repetição dos cenários de agressão mencionados, a população hispânica da ilha adota uma postura, que se estenderá por quase todo o século, de buscar ajuda estrangeira para se defender dos desígnios absorventes dos vizinhos haitianos e com ela equilibrar esse desequilíbrio de recursos⁵¹⁹.

Tendo que lidar com a guerra peninsular e os movimentos de independência da América Latina entre as décadas de 1810 e 1820, a Espanha mostrou-se incapaz de administrar e direcionar recursos suficientes para a colônia de Santo Domingo, e esse estado de abandono motivou a organização de movimentos contrários à autoridade espanhola, alguns dos quais chegaram a voltar-se para o Haiti para requisitar sua intervenção⁵²⁰. Por fim, sob liderança do escritor José Nuñez de Cáceres, o leste da ilha declara a independência em 1821 com o nome de República do Haiti Espanhol, sendo o objetivo de Cáceres e de seu grupo pleitear pela incorporação do território à Grã-Colômbia de Simon Bolívar. Guiado pelo princípio constitucional da indivisibilidade de Hispaniola e com a justificativa de ser chamado pela população dominicana, o presidente Jean Pierre Boyer rejeita as intenções de Cáceres e promove, depois de pouco mais de dois meses de independência, a ocupação e anexação da república vizinha ao Haiti de forma relativamente pacífica em 1822. Ao longo dos anos posteriores, como fica claro com o Congresso do Panamá, as relações entre o Haiti e a Grã-Colômbia se amargam em torno do ocorrido com os dominicanos⁵²¹.

Alguns setores dominicanos, temerosos com o domínio de Porto Príncipe, chegaram a solicitar a intervenção do governador francês da Martinica, ocasionando em um pequeno e breve desembarque de tropas francesas na península de Samaná, que logo bateram em retirada diante do avanço haitiano⁵²². Este episódio, apenas o último de uma sequência de outros ocorridos nas décadas antes da anexação, mostra que, apesar do encorajamento de alguns dominicanos ao domínio haitiano, ainda restavam grandes tensões entre os dois povos de Hispaniola. Entre o fim da era Boyer e a secessão de 1844, a estagnação econômica e a falta de representatividade e autonomia política para os dominicanos provocam um forte

⁵¹⁹ Perez, 1973, p. 97.

⁵²⁰ Vidas, 1971, p. 81.

⁵²¹ Perez, 1973, p. 126, 134 e 135.

⁵²² Vidas, 1971, p. 84.

ressurgimento dessas tensões, com as proclamações oficiais denunciando a tirania haitiana e o desrespeito à herança cultural e religiosa dos habitantes do leste⁵²³.

O anti-haitianismo resultante dessa convivência conturbada carregou consigo uma forte conotação racial, evidente em correspondências privadas e diplomáticas por parte de líderes dominicanos, que se consideravam membros da raça europeia e parte de uma disputa cultural e genética entre a civilização e a barbárie. A junta governamental do novo país evitou, no entanto, a utilização de referências raciais públicas ao longo do movimento emancipatório. Com cerca de um sexto da população composta por negros, era importante ao país assegurar seu apoio e seus direitos para não marginalizá-los em direção à colaboração aberta e secreta com Porto Príncipe. Culturalmente parte de uma comunidade cultural hispano-americana juntamente com os cubanos e os porto-riquenhos, aos dominicanos do período faltava também uma clara identidade étnica que os unisse em torno de uma ideia de nação distinta dessa comunidade. O grande fator de união nesse momento era a ideia de cosmopolitismo em oposição ao exclusivismo racial haitiano⁵²⁴.

Entre os haitianos, por outro lado, a questão era abertamente definida em termos raciais. O presidente Pierrot denunciou publicamente os “inimigos da raça africana” por sua contínua resistência à completa emancipação dos negros e de seus descendentes. Em sua visão, ao apoiar a insurgência do leste tais inimigos tinham o objetivo de dividir os haitianos para sabotar sua independência, sendo necessário ao país manter-se em guarda contra o maquiavelismo colonial⁵²⁵. Posteriormente, o presidente Riché decreta em 1846 o banimento de qualquer estrangeiro residente ou em visita ao Haiti que estivesse engajado em comércio com os dominicanos⁵²⁶. Apesar de não mencioná-los, os presidentes miraram os agentes diplomáticos franceses em Hispaniola, os quais tiveram envolvimento direto no planejamento e na consumação da revolta dominicana.

O principal deles foi o cônsul Auguste Levasseur, nomeado no contexto da restauração das relações franco-haitianas em 1838 e tendo como missão garantir o pagamento da indenização à Paris. Uma atribuição secreta de sua função foi arquitetar uma forma de trazer o Haiti mais perto de ser um protetorado da França, o que ocorreu sob a estratégia de aproveitar as dificuldades financeiras do Haiti no começo dos anos 1840 para exigir garantias

⁵²³ Nicholls, 1996, p. 79 e 80.

⁵²⁴ Id., p. 13, 80 e 82.

⁵²⁵ Ibid., p. 81.

⁵²⁶ Logan, 1941, p. 241.

territoriais nas regiões estratégicas do Môle de Saint-Nicholas no oeste e da baía de Samaná no leste. Em resposta à negativa de Porto Príncipe, o plano seguiu com o apoio do sentimento separatista dominicano para obter a cessão de Samaná e a instalação de um protetorado francês sobre a maior parte de Hispaniola⁵²⁷. Mantendo contato próximo com os representantes da parte espanhola que vieram à Porto Príncipe em ocasião da assembleia constituinte de 1843, o cônsul esboçou um acordo entre Paris e Santo Domingo, que ficou conhecido como Plano Levasseur. Tal plano determinou o seguinte curso de ação:

1º - A parte oriental da ilha de Santo Domingo, conhecida por Hispaniola, tomará o nome de República Dominicana livre e independente, administrando-se por si mesma;

2º - A França se obriga a favorecer sua emancipação, ministrando todo o necessário para estabelecer e consolidar seu governo como também dar os subsídios necessários às demandas da administração;

3º - Armas e munições serão dadas pela França em quantidade suficiente para armar a parte ativa da população que seja chamada sob a bandeira da independência;

4º - O governo francês nomeará um governador geral para desempenhar as funções do poder executivo por uma duração de dez anos; não obstante, o governo francês se compromete a não retirar-lo se o Senado pedir por sua permanência;

5º - As portas da República se abrirão à imigração de todos os povos;

6º - Em reconhecimento da alta proteção da França, se renunciará e abandonará a península de Samaná em favor da França⁵²⁸.

No mês anterior à sublevação dominicana, o Haiti havia credenciado o primeiro cônsul estrangeiro ao leste da ilha desde sua anexação em 1822. O francês Estauche Jucherau de Saint Denys chega à cidade de Santo Domingo com uma missão intimamente relacionada com a divisão da ilha e o estabelecimento de um protetorado francês sem o conhecimento de Porto Príncipe. Com o início da emancipação dominicana, o cônsul ficou responsabilizado por mediar a capitulação da guarnição haitiana em Santo Domingo e manter sob sua custódia o armamento confiscado dela⁵²⁹. O acordo entre a França e o novo país, no entanto, nunca se materializou. As razões estavam dos dois lados. Entre os franceses, o plano foi descartado por uma discordância de ação entre os representantes franceses em Hispaniola e Paris, com os últimos evitando alienar excessivamente Porto Príncipe e prejudicar a aproximação ensaiada com a Grã-Bretanha na Europa, preferindo uma mediação entre as duas partes da ilha desde

⁵²⁷ Perez, 1973, p. 155.

⁵²⁸ Id., p. 155 a 157, tradução nossa.

⁵²⁹ Ibid., p. 166 e 168

que cada uma assumisse uma parcela proporcional da indenização. Da parte dos dominicanos, houve resistência aos termos da aliança com a França e à escolha de Paris em detrimento às outras potências locais, que foi crescendo na medida em que o sucesso no campo de batalha contra os haitianos dispensou a necessidade de proteção francesa⁵³⁰.

Outro personagem importante nos bastidores da secessão dominicana foi os Estados Unidos. Durante o mandato de John Calhoun (ex-vice-presidente de Adams e Jackson) como secretário de estado, Washington utilizou-se de fundos do serviço secreto para fornecer armas aos rebeldes dominicanos para ajudá-los, nas palavras do secretário, a “repelir seus invasores mais bárbaros”. A intenção maior de Calhoun, mantida por seus sucessores no cargo e pelos agentes norte-americanos em Santo Domingo, era estabelecer a penetração do país no território da ilha e preparar o terreno político para uma eventual anexação da região aos Estados Unidos, com o secretário considerando que futuramente poderia levar também a uma conquista do Haiti, pondo fim à uma importante base de subversão dos negros do continente. Havia, porém, alguns obstáculos significativos a este objetivo, o principal deles sendo a desconfiança norte-americana com a “impureza” racial dos dominicanos, que exerceu um papel divisivo nas ações norte-americanas no país⁵³¹.

Com a falha na aproximação com a França, o general Pedro Santana, presidente da junta governamental dominicana e herói da guerra de independência, volta-se para os Estados Unidos ao fim de 1844, enviando à Washington o agente diplomático José Maria Caminero para buscar o apoio do presidente Tyler contra os haitianos e o reconhecimento diplomático do novo país⁵³². A missão de Caminero em muito consistiu no esforço de convencer Tyler e Calhoun de que a República Dominicana era uma nação branca, o que foi feito por meio do reforço da ideia de que o país travava uma revolução contra a “ingerência negra” haitiana. A mensagem do agente cativou Calhoun, mas o escravocrata veterano não a tomou como fato e, antes de recomendar o reconhecimento ao presidente, buscou se informar primeiro com o embaixador espanhol em Washington, e enviando no ano seguinte um agente chamado John Hogan com instruções para investigar as condições gerais do país, dentre as quais figurava a proporção “das raças europeias, africanas e mistas”⁵³³.

⁵³⁰ Perez, 1973, p. 180, 193 e 194.

⁵³¹ Crapol, 2006, p. 84.

⁵³² Vidas, 1971, p. 138.

⁵³³ NELSON, William Javier. U.S. Diplomatic Recognition of the Dominican Republic in the 19th Century: a Study in Racism. *Afro-Hispanic Review*. Vol. 10, No. 01, pp. 10-14, p. 10 e 11.

Com a troca de administração em 1845 e o encerramento do mandato de Calhoun como secretário de estado, Hogan apresentou os resultados de sua investigação ao novo secretário James Buchanan. Entre seus destaques estava a grande importância estratégica da península de Samaná e a estimativa de que a população “de cor” constituía pouco mais da metade da demografia dominicana. Mesmo que Buchanan tenha enviado ao Senado uma recomendação para o reconhecimento do país, feita não menos por insistência de seu antecessor, este último prospecto não agradou ao presidente Polk, que preferiu não levar o processo adiante⁵³⁴. Enquanto aqueles contrários à aproximação e absorção da República Dominicana se preocupavam com a parcela de negros e mestiços no país, os defensores argumentaram que os dominicanos eram próximos demais dos brancos para ter negados os direitos de cidadania e serem deixados à própria sorte contra os haitianos. Dessa forma, não era apenas importante mas urgente a aproximação de Washington com Santo Domingo e à extensão de ajuda para a reação desta contra o barbarismo e a favor da ascendência da porção da ilha vista como mais civilizada sobre a que era vista como menos⁵³⁵.

Isso não significou, porém, que Washington não tinha interesses no novo país, motivando o envio de um segundo agente à Santo Domingo, desta vez o tenente da marinha David Porter, cuja missão não estava relacionada à coleta de informações para reconhecimento diplomático, mas sim para a análise da baía de Samaná como potencial base naval norte-americana. Com o início da guerra entre os Estados Unidos e o México, o parecer favorável de Porter teve de ser colocado em espera até que o país pudesse organizar algum tipo de ação em torno dele⁵³⁶. O agente reforçou, porém, que os brancos “puros” eram raridade no novo país, ajustando a proporção anterior de Hogan para cerca de dois terços da população composta por negros e mestiços⁵³⁷. Um terceiro agente, Benjamin Green, enviado em 1849 pelo secretário de estado John Clayton já sob o governo de Zachary Taylor, inicia contato formal com o governo dominicano para a obtenção da baía de Samaná em troca da interferência norte-americana no conflito contra o Haiti⁵³⁸.

A situação dominicana, porém, exigia dos Estados Unidos a ocupação de um espaço estratégico que o país ainda não estava completamente pronto e disposto a ocupar naquele instante, especialmente com a saída e posterior falecimento de Calhoun em 1850 e com

⁵³⁴ Logan, 1941, p. 239.

⁵³⁵ Karp, 2016, p. 67.

⁵³⁶ Nelson, 1991, p. 11.

⁵³⁷ Horne, 2015, p. 199.

⁵³⁸ Vidas, 1971, p. 141.

outros focos mais relevantes de expansão territorial. Todavia, a conduta desesperada de Santo Domingo de certa forma manteve a ala expansionista de Washington refém da situação. Se o apoio norte-americano não viesse na intensidade necessária, os dominicanos simplesmente recorreriam à ajuda dos franceses, dos espanhóis ou mesmo dos britânicos. Dessa forma, para desfrutar das razoáveis concessões que a República Dominicana estava disposta a oferecer, alguém tinha que agir, nem que fosse para impedir o outro de agir primeiro⁵³⁹.

Às demais potências da região, a independência dominicana apresentava um pacote misto de oportunidades e perigos. Os britânicos mostraram-se favoráveis à preservação da plena soberania de Santo Domingo como forma de aumentar as oportunidades comerciais em Hispaniola, até então dominada pela rígida legislação discriminatória de Porto Príncipe⁵⁴⁰. Por outro lado, o expansionismo norte-americano de Tyler e Polk e sua receptividade entre muitos círculos dominicanos causou grande preocupação em Londres, que via a República Dominicana como o início de um efeito dominó que prosseguiria com a subjugação do Haiti e terminaria com a perda da Jamaica. Movida por essa cautela, a Grã-Bretanha atuou como uma força de equilíbrio entre a expansão de Washington e Paris e as disputas de soberania entre as partes de Hispaniola; especialmente por não poder se envolver intensamente na região em decorrência de sua então concentração de forças na Índia e na China⁵⁴¹.

A Espanha foi uma grande beneficiária dessa política, com as circunstâncias políticas locais colocando o fortalecimento espanhol nos interesses britânicos e mesmo nos franceses, visto que o país atuava como um contrapeso útil para a manutenção do status quo contra o avanço norte-americano. Nunca tendo renunciado à sua parte da ilha, aos espanhóis também agradava mais a soberania de uma elite hispânica e acolhedora ao retorno da metrópole do que a permanência da soberania haitiana. Todavia, o país também tinha noção de que era a potência mais frágil da região, assim como a que mais tinha a perder com uma eventual absorção da República Dominicana aos Estados Unidos, que também nutria fortes ambições expansionistas em Cuba e em Porto Rico⁵⁴². Ao longo das décadas de 1840 e 1850, portanto, Madri optou por desempenhar um papel discreto e cauteloso na questão dominicana, vindo a

⁵³⁹ Horne, 2015, p. 213.

⁵⁴⁰ Perez, 1973, p. 183.

⁵⁴¹ Horne, 2015, p. 206 e 223.

⁵⁴² Perez, 1973, p. 163, 191 e 196.

tornar-se proeminente somente a partir de 1861, quando terminou sendo a potência a anexar o território dominicano, mesmo que efemeramente⁵⁴³.

Com todas as potências se beneficiando de alguma forma da divisão de Hispaniola, Porto Príncipe se viu sem qualquer apoio para a retomada do território do leste, numa clara indicação de que sua posição diplomática deteriorou-se antes de ter a oportunidade de decolar tão buscada desde os tempos de Dessalines. Os dominicanos, por outro lado, gozaram de perspectivas diplomáticas favoráveis em torno da percepção de seu status civilizatório supostamente superior ao se utilizarem da situação de instabilidade política e estagnação econômica haitiana como a antítese de seu projeto de nação, sendo vendida como mais cosmopolita, mais democrática e mais branca que o Haiti. Uma demonstração disso foi o rápido reconhecimento dispensado pela Santa Sé, que em 1848, quatro anos após a independência do país, atendeu o pedido dominicano de designar um arcebispo para Santo Domingo enquanto seguia ignorando a mesma demanda haitiana por décadas⁵⁴⁴.

3.5.2 - *A ascensão de Soulouque e a disputa internacional por Santo Domingo*

O primeiro ímpeto de reação haitiana à situação em Hispaniola teve início com a inusitada nomeação de Faustin Soulouque à presidência e seus surpreendentes resultados. Sendo um desses personagens extremamente marcantes e polêmicos tanto entre seus contemporâneos como também em sua contínua trajetória de construção e desconstrução historiográfica, Soulouque e sua improvável ascensão ainda estão para receber a mesma profundidade de análise dedicada a líderes oitocentistas como Jean-Jacques Dessalines e Henry Christophe. A tradicional retratação histórica de Soulouque o introduz como o candidato ideal para o perfil que o Senado haitiano buscava para suceder o presidente Riché em 1847: uma autoridade negra desconhecida do público e desconectada das redes políticas para ocupar a presidência temporariamente enquanto se decidia uma forma de consolidar nacionalmente o poder da elite urbana e mestiça do sul do país⁵⁴⁵. Mais do que isso, o chefe da guarda presidencial mostrou-se o candidato tampão mais conveniente possível por sua origem escrava e sua reputação como um homem analfabeto, ignorante e estúpido, acostumado a ser alvo de piadas do ex-presidente Boyer. Segundo a narrativa que formou-se acerca dele, Soulouque era tão acomodado e sem ambições que custou a acreditar que sua

⁵⁴³ Vidas, 1971, p. 137.

⁵⁴⁴ Perez, 1973, p. 212.

⁵⁴⁵ MACLEOD, Murdo J. The Soulouque Regime in Haiti, 1847-1859: A Reevaluation. *Caribbean Studies*, Vol. 10, No. 3, pp. 35-48, 1970, p. 35.

nomeação à presidência não fosse mais uma piada às custas dele⁵⁴⁶. Tais anedotas, no entanto, entram em contradição com o caráter do novo presidente no momento em que este assume o cargo.

Sua atuação não poderia ter se afastado mais das expectativas, visto que Soulouque acabou se revelando não só um político muito capaz, mas também um exterminador implacável da elite mestiça, contra quem ele se voltou logo após sua eleição, eliminando da cena política aqueles que o colocaram no poder e governando o país com mão de ferro pelos próximos doze anos⁵⁴⁷. Tal comportamento foi comumente atribuído por seus inimigos dentro e fora do Haiti como a manifestação de suas paixões primitivas a partir do momento que o poder lhe subiu à cabeça, com sua megalomania assumindo proporções absurdas em sua auto elevação à posição de imperador em 1849, com o nome Faustino I⁵⁴⁸. O episódio ganhou grande atenção internacional na Europa e nos Estados Unidos em tons quase que exclusivamente negativos, ressaltando a frivolidade e o ridículo da autoridade pomposa e burlesca do novo imperador⁵⁴⁹. A mesma constituição que elevou Soulouque à realeza também instituiu a criação de uma nobreza à exemplo da que existiu durante o reino de Christophe. Porém, enquanto o reino só chegou a ter um máximo de 77 nobres, o novo império nomeou, em seu auge, um total de 750 nobres⁵⁵⁰.

Ganhando destaque na historiografia francesa e norte-americana, Soulouque foi retratado por elas como um lamentável intervalo entre lideranças haitianas mais humanas e capazes, sempre ressaltando seu caráter brutal e paranóico⁵⁵¹. Com sua elevação à imperador antecedendo em poucos anos o plebiscito na França que converteu Luís Napoleão à imperador Napoleão III, muitos jornalistas e caricaturistas franceses se utilizaram de críticas à figura de Faustino I como forma de oposição velada ao segundo império francês. Tal exercício subjetivo, no entanto, sempre veio com grande inspiração racista que aplicava-se somente ao soberano haitiano⁵⁵². Na visão de historiadores como Laurent Dubois e Karel Salt, a rejeição racializada de Soulouque como estúpido e inepto em parte se deve à sua teimosia e falta de docilidade no campo diplomático, conduzido habilmente pelo ministro Louis Dufresne, mais tarde nomeado Duque de Tiburon, o qual concedeu muito pouco aos

⁵⁴⁶ Macleod, 1970, p. 36.

⁵⁴⁷ Vidas, 1971, p. 131 e 132.

⁵⁴⁸ Forma aportuguesada de Faustin.

⁵⁴⁹ Macleod, 1970, p. 36.

⁵⁵⁰ Blancpain, 2016, p. 163.

⁵⁵¹ Macleod, 1970, p. 37.

⁵⁵² Blancpain, 2016, p. 163.

governos estrangeiros de Washington e Paris em especial. A atuação internacional do imperador também se destaca à dos demais governantes haitianos à exceção de Dessalines por seu uso de uma soberania mais explicitamente negra, destinada a normalizar imagens e linguagens que misturavam a identidade cultural, religiosa e racial haitiana com poder e política⁵⁵³.

Internamente, os feitos mais significativos de Soulouque foram a destruição da oposição que debilitou em sequência as presidências de Boyer, Hérard e Pierrot, impedindo-a de fazer o mesmo em seu mandato; a pacificação do país e a restauração de sua união interna em torno de um único interesse coeso e a construção de uma vasta base de poder formal e informal em todas as classes sociais por meio de uma complexa rede de fidelidade, dependência, medo e admiração. Essa última realização se deu justamente por meio da nobreza, um dos aspectos mais criticados de seu governo. Diferentemente de sua contraparte europeia, porém, a nobreza de Soulouque funcionou como uma espécie de funcionalismo público, servindo para conferir prestígio especial às pessoas influentes que já atuavam no governo, e para aproximar do imperador outras pessoas influentes sem filiação ao Estado, como líderes rurais, comerciantes e sacerdotes do vodu. Aqueles que tinham direito a algum tipo de pensão, e não eram todos, a recebiam em valores muito pequenos e comparáveis aos de funcionários de um regime republicano, o que tornava a nobreza de Soulouque relativamente barata de se manter considerando os retornos políticos que ela trouxe⁵⁵⁴.

Num aspecto ainda pouco explorado tanto pelos historiadores do Haiti quanto os da África e da diáspora africana, a escolha pela monarquia e pelo título de imperador, feita também por Dessalines e Christophe, deu-se sobretudo por ser um tipo de governo que possuiu forte apelo diante das camadas populares haitianas do século XIX⁵⁵⁵, que possuíam origem étnica principalmente entre os bakongo, yorubá e fon. Dessa forma, os dois experimentos monárquicos haitianos de maior duração tiveram em comum o mimetismo da realeza europeia, em parte como forma de aceitação e de status internacional, e padrões de liderança reminiscentes dos antigos sistemas políticos da África ocidental e centro-ocidental, de certa forma presentes na memória e na tradição de muitos haitianos⁵⁵⁶. Outro aceno do imperador à identidade africana do país foi o até então inédito incentivo ao desenvolvimento

⁵⁵³ Salt, 2019, p. 122 e 128.

⁵⁵⁴ Macleod, 1970, p. 40 e 44.

⁵⁵⁵ Id., p. 43.

⁵⁵⁶ BELLEGARDE-SMITH, Patrick. The Armorial of Haiti: Symbols of Nobility in the Reign of Henry Christophe. *Caribbean Studies*, Vol. 36, No. 1, pp. 143-146, 2008, p. 143.

do vodu, com o estabelecimento de laços oficiais com mambos, bokors e o sacerdócio vodu em geral sendo utilizado como um valioso instrumento de apoio e controle social. Esse envolvimento do imperador e do Estado haitiano também foi atacado por observadores estrangeiros como mais um sinal da superstição e da barbárie que dominavam o governo. De toda forma, Soulouque também pressionou a Santa Sé, sem sucesso, pela regularização da igreja haitiana e sua hierarquia com a assinatura de uma concordata⁵⁵⁷.

Toda essa afirmação dos traços africanos do país e seu expurgo das elites mestiças do Haiti eventualmente causaram um importante problema para Soulouque ao longo de suas três campanhas militares contra os dominicanos, começando em 1849, na primeira ação militar contra Santo Domingo em cinco anos. Com os dominicanos buscando apoio internacional com base em sua autopercepção como brancos, as ofensivas lançadas pelo Haiti foram retratadas como uma guerra de raças na qual a República Dominicana aparentava ser a parte mais vulnerável e ter a causa mais capaz de despertar a empatia das grandes potências, que já se mostravam favoráveis à divisão da ilha. Tal narrativa foi comprada por figuras como Calhoun, que a trouxe para o debate norte-americano dentro desses termos⁵⁵⁸.

Com uma força próxima de quinze mil soldados comandados pelo ainda presidente Soulouque, os haitianos cruzam a fronteira com a República Dominicana no dia 9 de março de 1849. No dia anterior à operação, Soulouque emitiu uma declaração aos dominicanos em francês e espanhol pedindo-lhes para encerrar a rebelião e se unir ao Haiti, o que foi repetido outras duas vezes ao longo do avanço e das primeiras vitórias haitianas até a tomada no início de abril da cidade de Azua, localizada há cem quilômetros de Santo Domingo⁵⁵⁹. O pânico resultante entre as autoridades dominicanas sob o presidente Manuel Jimenes pode ser constatado no imediato retorno à tradicional tendência de buscar proteção estrangeira para o país, com os cônsules britânico e francês, assim como o agente comercial norte-americano e o capitão-geral de Porto Rico sendo todos abordados com propostas de assumir parte da soberania dominicana em troca de uma intervenção no conflito⁵⁶⁰.

Em meio à relutância das potências em aceitar a responsabilidade de intervir de forma tão brusca e imediata, a guerra terminou tomando rumos inesperados. Por razões até hoje não esclarecidas, os soldados haitianos permaneceram em Azua por duas semanas em vez de dar

⁵⁵⁷ Macleod, 1970, p. 44 e 45.

⁵⁵⁸ Horne, 2015, p. 185 e 205.

⁵⁵⁹ Vidas, 1971, p. 133 e 134.

⁵⁶⁰ Perez, 1973, p. 217.

prosseguimento à sua marcha até a capital dominicana, dando tempo para a reorganização e o reagrupamento das forças inimigas, as quais, novamente sob a liderança do general Pedro Santana, lançaram ataques de cavalaria coordenados com um bombardeio naval, cortando as linhas de comunicação empurrando os haitianos, já no limite de seus suprimentos, de volta para seu lado da fronteira. Mesmo derrotado, Soulouque transmite a retirada haitiana como uma decisão sua para interromper o derramamento de sangue e conceder aos dominicanos tempo para pensar sobre suas propostas de união⁵⁶¹.

Ainda que o subterfúgio de negar a derrota não tenha funcionado com Santo Domingo e com os observadores estrangeiros, o presidente foi recebido de volta em Porto Príncipe como um líder vitorioso, utilizando-se dessa percepção e da aprovação gerada pelos sucessos iniciais da campanha para construir e consolidar o apoio popular ao seu governo. Poucos meses depois de seu aparente retorno triunfante, oficiais do exército circularam, com a permissão de Soulouque, uma petição demandando ao Senado a elevação do presidente ao título de imperador. Acuado pelos expurgos do ano anterior, a reminiscência da elite política não se atreveu a contestar, e Soulouque foi proclamado imperador no dia 26 de agosto de 1849⁵⁶².

O insólito fortalecimento político doméstico de Soulouque e seu desejo de cruzar novamente a fronteira com a República Dominicana no ano seguinte causou apreensão no país vizinho, especialmente após Maxime Raybaud, o cônsul francês em Porto Príncipe, ter alertado o governo dominicano sobre os supostos preparativos para uma guerra de extermínio. A retratação dos haitianos como selvagens e sanguinários não deixou de ser uma estratégia para mobilizar toda a Europa, os Estados Unidos e a República Dominicana contra Porto Príncipe com o simples reavivamento de velhos estereótipos dos tempos revolucionários⁵⁶³. Tais rumores levaram o novo presidente Buenaventura Báez a entrar em contato com o governador-geral das Antilhas francesas clamando pelo envio de navios de guerra à costa haitiana. Embora as instâncias superiores em Paris e Londres não tenham embarcado neste pânico, preferindo insistir em uma solução negociada com o governo haitiano, o boato foi utilizado por Green, o agente norte-americano em Santo Domingo, para levar Washington a assumir o papel que os franceses se negaram a cumprir. No dia 8 de março de 1850, Green chega a Porto Príncipe à bordo do navio de guerra *Vixen*,

⁵⁶¹ Vidas, 1971, p. 134 e 135.

⁵⁶² Macleod, 1970, p. 43.

⁵⁶³ Horne, 2015, p. 196.

acompanhado de outros dois navios com a incumbência de dissuadir o imperador à levar adiante seus planos de invadir novamente a república vizinha⁵⁶⁴.

A presença de Benjamin Green no que configura mais um exemplo de *gunboat diplomacy* contra o Haiti por si só já não era um bom presságio para os haitianos. Filho de Duff Green, poderoso político *Whig* e verdadeiro embaixador da escravidão cuja inspiração expansionista fica patente por meio de seu envolvimento na anexação do Texas e na guerra contra o México; o agente norte-americano compartilhava as visões hemisféricas do pai. Segundo ele, se a garantia da soberania da República Dominicana se tornasse responsabilidade de Washington, então seria necessária uma grande imigração norte-americana para estabelecer a ascendência dos brancos na ilha. Além de lidar com a questão dominicana, o agente norte-americano desembarca em Porto Príncipe com dois outros objetivos especificamente voltados ao Haiti. O primeiro deles foi a cobrança de uma indenização de quase quarenta anos pela retenção de navios norte-americanos por Henry Christophe. Descrito por Green como um ato “arbitrário, ilegal e opressivo das autoridades haitianas”, o ocorrido deveria ser compensado por um valor sugerido de quinhentos mil dólares a serem pagos em ouro ou prata em Nova York⁵⁶⁵.

Alegando desconhecimento do incidente, Porto Príncipe solicita um prazo para consultar seus registros, concedido por Green sob a condição do cumprimento de seu segundo objetivo: o reconhecimento do agente comercial dos Estados Unidos ao nível de cônsul, conseqüentemente isentando o país das tarifas adicionais até então pagas pela ausência de representação diplomática. Sem alternativa, o Duque de Tiburon acata à exigência, e os únicos tiros disparados pelo canhão da *Vixen* foram em saudação à bandeira norte-americana içada pela primeira vez no mastro da agência comercial dos Estados Unidos no Haiti. Ainda assim, o ministro conseguiu evitar o pagamento da dívida alegando que Green não possuía autoridade para negociar tal questão e que o governo se prontificava a debater o assunto assim que Washington providenciasse a documentação original⁵⁶⁶.

A primeira demonstração de força dos Estados Unidos contra os haitianos, decidida sem qualquer consulta às potências europeias, acabou preocupando muito mais a França e a Grã-Bretanha do que o Haiti, que respondeu ao ato invocando seu direito de manter a unidade e a independência do império. A comoção gerada entre os europeus, no entanto, não passou

⁵⁶⁴ Perez, 1973, p. 233 e 238.

⁵⁶⁵ Horne, 2015, p. 214.

⁵⁶⁶ Logan, 1941, p. 249 a 252.

despercebida ao Duque de Tiburon, que se utilizou da oportunidade para dividir ainda mais a pressão estrangeira costurando com os europeus um acordo no qual Porto Príncipe propõe o estabelecimento de uma confederação com Santo Domingo sob a liderança de Soulouque⁵⁶⁷.

Uma resolução pacífica para o conflito em Hispaniola eliminaria as justificativas para uma intervenção e conseqüente expansão norte-americana sobre a ilha, o que motivou Green a retornar às pressas para a República Dominicana a fim de persuadir o presidente Báez a recusar a oferta. Santo Domingo então faz uma solicitação oficial pela mediação dos Estados Unidos, da França e da Grã-Bretanha na guerra com o Haiti, obtendo como resultado uma posição conjunta que demandou de Porto Príncipe o reconhecimento da independência dos dominicanos e a assinatura de um tratado de paz. A posição haitiana a esse desdobramento também foi clara: o país só concordaria com as propostas enquanto a unidade de Hispaniola fosse mantida, sinalizando que aceitaria somente um armistício, o que, considerando o estado do exército haitiano após a ofensiva de 1849, já estava em vigência na prática⁵⁶⁸.

Embora o ano 1850 tenha sido palco de grandes tensões internacionais diante da expectativa de um contra-ataque haitiano, a violência entre os dois países, com exceção de uma pequena escaramuça de fronteira em 1851, não retornaria até fins de 1855. O que se inicia em 1850 e se prolonga pelo resto da década é um período de forte movimentação diplomática na região, com o foco das potências mudando de Santo Domingo para Porto Príncipe, forçada à posição defensiva pela pressão internacional aplicada ao país para a aceitação do statu-quo⁵⁶⁹. Na visão de Albert de Vidas (1971), o jogo diplomático em Hispaniola girou em torno de três grandes agendas concorrentes entre si:

- 1) Os esforços da República Dominicana em manter sua independência ou pelo menos sua separação do Haiti a qualquer custo, incluindo um protetorado estrangeiro, anexação direta ou cessão de território;
- 2) Os esforços do Haiti em não reconhecer o *fait accompli* da separação dominicana e de isolar a República Dominicana de qualquer apoio estendido por uma das quatro grandes potências;

⁵⁶⁷ Perez, 1973, p. 237.

⁵⁶⁸ Vidas, 1971, p. 148 a 150.

⁵⁶⁹ Id., p. 144.

3) Os esforços das quatro grandes potências de impedir o Haiti de reconquistar o leste da ilha e de tentar separadamente obter os melhores termos possíveis da República Dominicana enquanto exclui os demais três da cena⁵⁷⁰.

Em decorrência disso, Porto Príncipe se encontrava diante de um dilema no qual permitir a independência dominicana possivelmente expunha o país ao risco de algum tipo maior ou menor de seção de soberania de Santo Domingo para alguma das grande potências do Caribe, ao mesmo tempo que qualquer tentativa de reconquistar a região à força teria como consequência a própria intervenção que os haitianos buscavam impedir a todo custo⁵⁷¹. A estratégia empregada pelo Duque de Tiburon dentro desse contexto de pressão estrangeira foi uma oscilação de intransigência e protelação, conforme permitia o contexto, como forma de ganhar tempo para a preparação do exército.

Levando em consideração o peso geopolítico do Haiti e a soma das forças voltadas contra ele, o desempenho diplomático do país de 1850 em diante não deixa de ser impressionante, com o país sendo capaz de transformar as demandas por uma trégua de dez anos em uma trégua de apenas um ano, que só não foi melhor explorada na ofensiva de 1855 pela evidente inépcia de Soulouque como estrategista militar. O legado histórico do imperador entre o ocidente e os dominicanos é predominantemente negativo, e mesmo entre os haitianos ele ainda inspira reações mistas. De toda forma, a atuação de Soulouque foi marcada pela compreensão de que era inútil esperar por uma concessão externa do pleno direito de soberania e de um status internacional a par com os demais países americanos, então ele buscou construí-los por conta própria⁵⁷². Bem sucedido ou não nesse esforço, seu governo foi capaz de manter um pequeno país negro unido e intacto num período de ascensão do imperialismo europeu e do Destino Manifesto norte-americano, além de ter grande influência na posterior resolução do conflito com a República Dominicana no tratado de 1874, no qual os dois países se comprometeram a não permitir nenhum tipo de intrusão estrangeira em Hispaniola sem o consentimento de ambos⁵⁷³.

⁵⁷⁰ Vidas, 1971, p. 136, tradução nossa.

⁵⁷¹ Logan, 1941, p. 238.

⁵⁷² Salt, 2019, p. 123.

⁵⁷³ Macleod, 1970, p. 47.

Conclusão

A presente dissertação buscou a construção de uma análise geral do processo de inserção internacional do Haiti, a qual foi dividida em três níveis. O primeiro consistiu em um exame do surgimento e desenvolvimento da sociedade internacional europeia e sua gradual e hierarquizada conversão em uma sociedade global, ainda em andamento ao longo do recorte temporal do trabalho. A avaliação histórica deste processo nos permite concluir que o conceito de sociedade internacional, assim como seus conceitos auxiliares de lei internacional, civilização e soberania; foram concebidos e utilizados de forma a justificar a expansão colonial europeia e de elencar os valores culturais, políticos e econômicos do ocidente como os únicos com mérito e amplitude suficientes para uma aplicação universal, com todos os demais tendo de ser adaptados em conformidade.

Os aspectos crescentemente raciais da lei internacional e dos critérios para a entrada na chamada “família das nações” serviram também para subjugar as nações de outras raças e de outras partes do mundo ao longo da expansão da sociedade internacional europeia, exigindo-lhes concessões e reformas que dificultavam sua inserção internacional e anulavam os benefícios de adesão à esta sociedade. O lento e custoso processo de inserção internacional do Haiti pode ser visto como parte inicial da elaboração deste sistema, que foi sendo aprimorado ao longo das décadas seguintes até se tornar o sistema imperialista que marcou o mundo, em especial os continentes africano e asiático, entre o fim do século XIX e a entrada do século XX. Ademais, os métodos diplomáticos agressivos empregados repetidas vezes pelos europeus e norte-americanos contra a soberania de Porto Príncipe podem ser encarados como uma espécie de laboratório para incursões agressivas semelhantes cometidas contra a soberania dos povos africanos e asiáticos no ápice do imperialismo europeu.

O segundo nível consistiu no exame da trajetória haitiana e de suas estratégias para se estruturar como uma nação soberana e digna dos mesmos direitos e deveres que as demais nações do mundo em oposição às imagens de um país isolacionista e desinteressado em se engajar na diplomacia regional. Conclui-se que a combinação do o legado de violência da Revolução Haitiana e a composição racial do Haiti e sua utilização política representaram os maiores obstáculos para a aceitação da soberania do país pelas potências coloniais presentes no Caribe. Atores importantes como a França e a Grã-Bretanha passaram as primeiras três

décadas de existência do Estado haitiano buscando maneiras de se apoderar de sua soberania ou, pelo menos, de alguns aspectos dela baseados tanto no potencial econômico do Haiti quanto na crença de que um Estado-nação de origem africana ainda não tinha a mesma capacidade para o exercício da soberania.

As diferentes estratégias internacionais empregadas pelo Estado haitiano frequentemente entraram em conflito com a ordem social do país, com uma população que havia acabado de escapar do sistema de escravidão e que não tinha interesse em retornar a regimes de trabalho e produção similares para sustentar os projetos de poder e de prestígio das elites haitianas. É importante considerar que nesse período o país ainda carregava, em âmbito interno e externo, a reputação de ser o território mais rico do mundo para a produção de *commodities*. O constante conflito social do país em torno da reestruturação da economia agroexportadora de *plantation*, agravado com o reconhecimento francês e a cobrança de uma exorbitante indenização dos haitianos, constituiu o pilar central da instabilidade política e econômica que minou a capacidade do Estado, colocando o país numa trajetória de crises que eventualmente resultou na ocupação do Haiti pelos Estados Unidos em 1915.

Por fim, o terceiro nível consistiu no exame da trajetória política e internacional do principal antagonista do projeto de nação haitiano: os Estados Unidos. Constituindo-se ao longo do século XIX como o bastião do sistema escravista, o país exerceu um forte contrapeso ao avanço do abolicionismo e da liberdade dos indivíduos de origem africana no continente. Tal característica foi resultado de um processo político conduzido especialmente por elites e lideranças ligadas à produção escravista e seus pressupostos políticos, culturais e intelectuais; criando uma forte convergência entre os interesses internacionais da manutenção da escravidão com os dos Estados Unidos.

Tendo em vista o caráter fortemente racial da Revolução Haitiana e da construção do Estado haitiano, a relação do país com seu vizinho do norte, forjada política e institucionalmente em ideias raciais opostas, inescapavelmente pautou-se na animosidade entre brancos e negros por todo o século. Debater o Haiti nas instâncias políticas superiores dos Estados Unidos automaticamente trazia à tona as tensões raciais existentes no país, provocando fortíssimas reações dos setores políticos ligados à escravidão.

A oposição existente entre os dois países, que inicialmente se manifestou somente com estratégias norte-americanas de desengajamento e afastamento, acaba tomando uma

dimensão mais direta com a independência da República Dominicana, que surge como uma oportunidade de todas as potências da região em fortalecer sua posição estratégica às custas do Haiti. Dentre todas elas, os Estados Unidos representou a ameaça mais perigosa aos haitianos pela sua convicção em ideais de hierarquia racial e pelo significativo fortalecimento da projeção de poder militar norte-americana na região nas décadas de 1840 e 1850.

As ambições políticas e diplomáticas dos líderes haitianos, baseadas na expectativa de que a aceitação do Haiti como membro soberano da “família das nações” era uma simples questão de estruturação política, tiveram de ser constantemente reajustadas diante de um cenário internacional persistentemente hostil e desfavorável à soberania de uma nação negra nas Américas.

Referências Bibliográficas

Fontes:

Annals of Congress, 1789-1824, Library of Congress. Disponível em: <<https://memory.loc.gov/ammem/amlaw/lwac.html>>. Acesso em: 6 de dez. de 2019.

Register of Debates, 1824-1837, Library of Congress. Disponível em: <<https://memory.loc.gov/ammem/amlaw/lwrtd.html>>. Acesso em: 6 de dez. de 2019.

Transcrição da Doutrina Monroe (1823), Our Documents [s.d.]. Disponível em: <<https://www.ourdocuments.gov/doc.php?flash=false&doc=23&page=transcript>>. Acesso em: 6 de dez. de 2019.

Livros:

ACACIA, Michel; DUBOIS, Laurent; GAFFIELD, Julia (ed.). *Constitutional Documents of Haiti, 1790-1860*. Boston: De Gruyter, 2013.

ARMITAGE, David; PITTS, Jennifer (Orgs.). *The Law of Nations in Global History*. Oxford: Oxford University Press, 2017.

_____; GAFFIELD, Julia. *The Haitian Declaration of Independence in an Atlantic Context*. Charlottesville: University of Virginia Press, 2016.

BAILEY, Thomas A. *Democrats vs Republicans: the Continuing Clash*. Nova York: Meredith Press, 1968.

BINKLEY, Wilfred Ellsworth. *História dos Partidos Políticos Americanos*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

BLANCPAIN, François. *Histoire de Saint-Domingue, Haiti*. Matoury: Ibis Rouge Éditions, 2016.

BULL, Hedley. *The Anarchical Society: A Study of Order in World Politics*. Londres: Macmillan, 1979.

_____; WATSON, Adam. *The Expansion of the International Society*. Oxford: Clarendon, 1984.

CRAPOL, Edward P. *John Tyler: The Accidental President*. Chapel Hill: The University of North Carolina, 2006.

DASH, J. Michael. *Haiti and the United States: National Stereotypes and the Literary Imagination*. Londres: Palgrave Macmillan, 1997.

DRESCHER, Seymour. *Abolition: A History of Slavery and Antislavery*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

DUBOIS, Laurent. *Avengers of the New World: the story of the Haitian Revolution*. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, 2004.

DUN, James Alexander. *Dangerous Neighbors: Making the Haitian Revolution in Early America*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2016.

ELIAS, Norbert. *The Civilizing Process: Sociogenetic and Psychogenetic Investigations. Revised Edition*. Oxford: Blackwell Publishing, 2000.

FANNING, Sara. *Boyer's Recognition Project*. In: *Caribbean Crossing: African Americans and the Haitian Emigration Movement*. Nova York: New York University Press, 2008.

FASSBENDER, Bardo; PETERS, Anne (Orgs.) *The Oxford Handbook of the History of International Law*. Oxford: Oxford University Press, 2012.

FEHRENBACHER, Don Edward. *The Slaveholding Republic: An Account of the United States Government's Relations to Slavery*. Nova York: Oxford University Press, 2002.

FISCHER, Sybille. Bolívar in Haiti: Republicanism in the Revolutionary Atlantic. In: CALARGÉ, Carla; DALLEO, Raphael; DUNO-GOTTBERG, Luis; HEADLEY, Clevis (ed.). *Haiti and the Americas*. Jackson: University Press of Mississippi, 2013.

GAFFIELD, Julia. *Haitian Connections in the Atlantic World: Recognition after Revolution*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2015.

GEGGUS, David Patrick. *Haitian Revolutionary Studies*. Bloomington & Indianapolis: Indiana University Press, 2002.

_____ (ed.). Preface. *The Impact of the Haitian Revolution in the Atlantic World*. Columbia: University of South Carolina Press, 2001.

GIRARD, Philippe R. *Paradise Lost: Haiti's Tumultuous Journey from Pearl of the Caribbean to Third World Hot Spot*. Nova York: Palgrave Macmillan, 2005.

GOEBEL, Julius. *The Recognition Policy of the United States*. Nova York: Longmans, Green & Company, 1915.

GONG, Gerrit W. *The Standard of 'Civilization' in International Society*. Oxford: Clarendon Press, 1984.

GONZALEZ, Johnhenry. *Maroon Nation: a History of Revolutionary Haiti*. New Haven: Yale University Press, 2019.

GOULD, Eliga H. *Among the Powers of the Earth: The American Revolution and the making of a New World Empire*. Cambridge: Harvard University Press, 2012.

GROVOGUI, Siba N'Zatioula. *Borderlines, Volume 3: Sovereigns, Quasi-Sovereigns, and Africans*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996.

HAMA, Boubou. KI-ZERBO, Joseph. Lugar da História na Sociedade Africana. In: *História Geral da África. Volume I - Metodologia e Pré-história*. Brasília: UNESCO, 2010.

HERRING, George C. *From Colony to Superpower: U.S. Foreign Relations since 1776*. Oxford: Oxford University, 2008.

HORNE, Gerald. *Confronting Black Jacobins: the United States, the Haitian Revolution and the Origins of the Dominican Republic*. Nova York: Monthly Review Press, 2015.

HORSMAN, Reginald. *Race and Manifest Destiny: The Origins of American Racial Anglo-Saxonism*. Cambridge, Harvard University Press, 1981.

KARP, Matthew. *This Vast Southern Empire: Slaveholders at the Helm of American Foreign Policy*. Cambridge: Harvard University Press, 2016.

LEIGHLEY, Jan E. (ed.). *The Oxford Handbook of American Elections and Political Behavior*. Oxford: Oxford University Press, 2012.

LOGAN, Rayford W. *The Diplomatic Relations of the United States with Haiti 1776-1891*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1941.

MAINGOT, Anthony; PARRY, J.H.; SHERLOCK, Philip. *A Short History of the West Indies*. Londres: Macmillan Education, 1987.

NICHOLLS, David. *From Dessalines to Duvalier: Race, Colour and National Independence in Haiti*. New Brunswick, Rutgers University Press, 1996.

PEREZ, Carlos Federico. *História Diplomática de Santo Domingo (1492-1861)*. Santo Domingo: Escuela de Servicios Internacionales de la Universidad Nacional Pedro Henríquez Ureña, 1973.

PETERSON, M.J. *Recognition of Governments: Legal Doctrine and State Practice, 1815-1995*. Londres: Palgrave Macmillan, 1997.

PITTS, Jennifer. *Boundaries of the International: Law and Empire*. Cambridge: Harvard University Press, 2018.

PLUMMER, Brenda Gayle. *Haiti and the United States: The Psychological Moment*. Athens: The University of Georgia Press, 1992.

ROBERTS, Neil. *Freedom as Marronage*. Chicago: The University of Chicago Press, 2015.

SALT, Karen. *The Unfinished Revolution: Haiti, Black Sovereignty and Power in the Nineteenth-Century Atlantic World*. Liverpool: Liverpool University Press, 2019.

TROUILLOT, Michel-Rolph. *Silencing the Past: Power and the Production of History*. Boston: Beacon Press, 1995.

_____. *Haiti: State Against Nation. The Origins and Legacy of Duvalierism*. Nova York: Monthly Review Press, 1990.

VIDAS, Albert de. *The Foreign Relations of Haiti in Hemispheric Affairs from Independence to Occupation*. Ann Arbor: University Microfilms International, 1971.

Artigos:

ADLER, David Gray. The President's Recognition Power: Ministerial or Discretionary? *Presidential Studies Quarterly*. Vol. 25, No. 2, pp. 267-286, 1995.

ALEXANDROWICZ-ALEXANDER, Charles Henry. The Quasi-Judicial Function in Recognition of States and Governments. *The American Journal of International Law*. Vol. 46, No. 4, pp. 631-640, 1952.

ANGHIE, Anthony. Finding the Peripheries: Sovereignty and Colonialism in Nineteenth-Century International Law. *Harvard International Law Journal*. Vol. 40, No. 1, pp. 1-71, 1999.

BELLEGARDE-SMITH, Patrick. HAITI: PERSPECTIVES OF FOREIGN POLICY: An Essay on the International Relations of a Small State. *Caribbean Quarterly*. Vol. 20, No. 3/4, pp. 21-38, 1974.

_____ (review). The Armorials of Haiti: Symbols of Nobility in the Reign of Henry Christophe (review). *Caribbean Studies*, Vol. 36, No. 1, pp. 143-146, 2008.

BENOIT, Joachim. Commerce et décolonisation. L'expérience franco-haïtienne au XIXe siècle. *Annales. Economies, sociétés, civilisations*. Vol. 27, No. 6, pp. 1497-1525, 1972.

CRAWFORD, James. The Criteria for Statehood in International Law. *British Yearbook of International Law*. Vol. 48, No. 1, pp. 93-182, 1977.

EUGÈNE, Itazienne. La normalisation des relations franco-haïtiennes (1825-1838). *Outre-mers*. Vol 90, No. 340-341, pp. 139-154, 2003.

FENWICK, Charles G. The Authority of Vattel. *The American Political Science Review*. Vol. 07, No. 3, pp. 395-410, 1913.

GAFFIELD, Julia. Complexities of Imagining Haiti: A Study of National Constitutions, 1801-1807. *Journal of Social History*. Vol. 41, No. 1, pp. 81-103, 2007.

JENSON, Deborah. Dessalines's American Proclamations of the Haitian Independence. *Journal of Haitian Studies*. Vol. 15, No. 1/2, pp. 72-102, 2009.

_____. States of Ghetto, Ghetto of States: Haiti and the “Era de Francia” in the Dominican Republic, 1804-1808. *The Global South*. Vol. 6, No. 1, Special Issue: States of Freedom, Freedom of States, pp. 156-171, 2012.

KLINGBERG, Frank L. The Historical Alternation of Moods in American Foreign Policy. *World Politics*. Vol. 4, No. 2, pp. 239-273, 1952.

LAUTERPACHT, Hersch. Recognition of States in International Law. *The Yale Law Journal*. Vol. 53, No. 3, pp. 385-458, 1944.

MACLEAN, William Jerry. Othello Scorned: the Racial Thought of John Quincy Adams. *Journal of the Early Republic*, Vol. 4, No 2, pp. 143-160, 1984.

MACLEOD, Murdo J. The Soulouque Regime in Haiti, 1847-1859: A Reevaluation. *Caribbean Studies*, Vol. 10, No. 3, pp. 35-48, 1970.

MATTHEWSON, Tim. Jefferson and Haiti. *The Journal of Southern History*. Vol. 61, No. 2, pp. 209-248, 1995.

_____. Jefferson and the Nonrecognition of Haiti. *Proceedings of the American Philosophical Society*. Vol. 140, No. 1, pp. 22-48, 1996.

MCINTOSH, Tabitha; PIERROT, Gregory. Capturing the likeness of Henry I of Haiti (1805-1822). *Atlantic Studies*, Vol. 14, No. 2, pp. 127-151, 2017.

NELSON, William Javier. U.S. Diplomatic Recognition of the Dominican Republic in the 19th Century: a Study in Racism. *Afro-Hispanic Review*. Vol. 10, No. 01, pp. 10-14, 1991.

LACERTE, Robert K. Xenophobia and Economic Decline: the Haitian case, 1820-1843. *The Americas*. Vol. 37, No. 4, pp. 499-515, 1981.

WEEKS, Gregory. Almost Jeffersonian: U.S. Recognition Policy toward Latin America. *Presidential Studies Quarterly*. Vol. 31, No. 3, pp. 490-504, 2001.

Sites:

A Guide to the United States' History of Recognition, Diplomatic, and Consular Relations, by Country, since 1776. Office of the Historian (Departamento de Estado Americano) [s.d.]. Disponível em: <<https://history.state.gov/countries>>. Acesso em: 12 de jun. de 2019.